



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

MATEUS DA SILVA REIS

**ANÁLISE DO TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO NO MUSEU DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ**

**BELÉM – PA
2020**

MATEUS DA SILVA REIS

**ANÁLISE DO TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO NO MUSEU DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Gestão da Informação e Organização do Conhecimento

Linha de Pesquisa: Organização da Informação

Orientador: Roberto Lopes dos Santos Júnior

Agência de Fomento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

**BELÉM – PA
2020**



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R375a Reis, Mateus da Silva
Análise do Tratamento da Informação no Museu do Instituto
Histórico e Geográfico do Pará / Mateus da Silva Reis. — 2020.
125 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Roberto Lopes dos Santos Junior
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas,
Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

1. Tratamento da Informação. 2. Tratamento Descritivo da
Informação. 3. Tratamento Temático da Informação. 4. Ficha
Catalográfica. 5. MIHGP. I. Título.

CDD 069.52

MATEUS DA SILVA REIS

**ANÁLISE DO TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO DO MUSEU DO
INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

DATA DE APROVAÇÃO: / /2020

CONCEITO:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Roberto Lopes dos Santos Júnior - Orientador
Universidade Federal do Pará (UFPA) – PPGCI/UFPA

Profa. Dra. Franciele Marques Redigolo
Universidade Federal do Pará (UFPA) – PPGCI/UFPA

Profa. Dra. Flávia Olegário Palácios
Universidade Federal do Pará (UFPA) – PPGPATRI/UFPA

Profa. Dra. Rosangela Marques de Britto
Universidade Federal do Pará (UFPA) – PPGARTES/UFPA

**BELÉM – PA
2020**

AGRADECIMENTOS

À Deus e a Nossa Senhora de Nazaré, por me permitirem alcançar meus objetivos, por me abençoarem por toda a vida e por me iluminarem em meio a tantos obstáculos.

Aos meus pais, Tacilene e Waldir, por acreditarem em meus sonhos e por apoiarem minhas escolhas. Agradeço por todo o amor e compreensão, por lutarem pela minha educação e por serem o maior exemplo de vida. Ao meu irmão, Gabriel, pela parceria e pela troca de experiências entre campos científicos nos momentos chave. À minha avó, Verônica, por todo o carinho e amor de vó.

Ao meu amor, Marília. Minha companheira de vida e razão das minhas forças e sorrisos. Agradeço pelo amor, paixão e felicidade. Agradeço pelos dias cotidianos, de calma ou tempestade, e por todos os carinhos que me permitiram prosseguir. Agradeço por ser minha inspiração, sempre.

À todos os meus amigos. Primeiramente à Denise e ao Fernando, por me proporcionarem momentos inesquecíveis e por serem pessoas incríveis. Ao Matheus, Raissa, Renato e Yasmin, por mostrarem que parceria não depende de distância e tempo. À Nicolle, por ser um ponto museológico no meio da Ciência da Informação e por todos os cafés na UFPA. E, especialmente, à Mikaela, Ana e Leonardo, por todo o apoio, união e lanches. Conto com vocês para tudo.

Aos meus colegas de turma, Ana, Glenda, Nilzete, Anézia, Vanessa, Letícia, Layane, Rodrigo, Jaci, Eduardo, Cris, Ester, Zilah e Nara. Agradeço por todos os conhecimentos repassados e por todas as discussões no decorrer do mestrado.

Ao meu orientador, Roberto. Agradeço por todo o conhecimento repassado e pela paciência e dedicação em me apresentar as possibilidades da Ciência da Informação. Aos meus professores, Cristian, Franciele, Mariângela, Lena Vânia, Thiago, João e Alegria. A todos, muito obrigado por me ajudarem a construir perspectivas no campo da informação.

À administração do Instituto Histórico e Geográfico do Pará e do Museu do IHGP, em especial a Prof.^a. Marcela Guedes Cabral. Agradeço por colaborarem na realização desta pesquisa.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão da bolsa de estudos no curso de mestrado, tornando possível aprofundamento desta dissertação.

À todos, obrigado por tudo!

RESUMO

O Tratamento da Informação investiga as dimensões de suporte e tematicidade que compõem o documento, buscando formular pontos de acesso e representações que possibilitam a relação entre usuário x informação x documento em diversas unidades de informação. Nesse sentido, esta pesquisa surge a partir da inquietação acerca do tratamento informacional do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (MIHGP), localizado no Centro Histórico Belém – PA, no qual já foram observadas fragilidades nos processos de organização e representação da informação. Esta pesquisa busca analisar o Tratamento da Informação do MIHGP, com foco na ficha catalográfica, utilizando, de forma interdisciplinar, elementos conceituais e metodológicos da Organização do Conhecimento e da Informação. Trata-se de uma pesquisa descritiva e experimental, utilizando como estratégia metodológica a observação direta. Os procedimentos metodológicos configuraram-se como: a seleção de bibliografias relacionadas à Organização do Conhecimento e da Informação e ao Tratamento Temático e Descritivo; construção de níveis de tratamento informacional, nas dimensões descritivas e temáticas, a partir da análise destas bibliografias; a adequação dos campos da ficha catalográfica aos níveis estabelecidos; observação dos níveis alcançados pelo instrumento de pesquisa, delineando potencialidades e fragilidades. Notou-se nos resultados que o tratamento informacional atingiu níveis satisfatórios na esfera descritiva, ao possibilitar funções essenciais de investigação do suporte dos objetos do MIHGP. Entretanto, o instrumento de pesquisa não atingiu níveis aceitáveis de tratamento temático, ao não permitir a indexação termos ligados ao conteúdo do documento e a identificação da associação entre proprietários e os objetos do MIHGP. Como solução para essas problemáticas, buscou-se a reformulação desse instrumento a partir do software Tainacan, utilizando novas diretrizes e processos presentes no campo da Arquivologia, Museologia e Ciência da Informação. Concluiu-se que a discussão proposta compõe uma série de debates que buscam minimizar as problemáticas que cercam o contexto informacional da instituição museológica apresentada. Esta investigação pode complementar a trajetória do MIHGP referente à necessidade de organização das informações de seus acervos, podendo ser encarada como um dos passos para normas e diretrizes mais eficazes para a representação da informação, como por exemplo, uma política de indexação.

Palavras-chave: Tratamento da Informação; Tratamento Descritivo da Informação; Tratamento Temático da Informação; Ficha Catalográfica; MIHGP;

ABSTRACT

Information Treatment investigates the support and subject dimensions that make up the document, seeking to formulate access points and representations that enable the relationship between user x information x document in different information units. In this sense, this research arises from the concern about the informational treatment of the Museum of the Historical and Geographic Institute of Pará (MIHGP), located in the downtown of Belém - PA, in which weaknesses in the processes of organization and representation of information have already been observed. This research seeks to analyze the Information Treatment of MIHGP, focusing on the catalog card, using, in an interdisciplinary way, conceptual and methodological elements of the Organization of Knowledge and Information. It is a descriptive and experimental research, using direct observation as a methodological strategy. The methodological procedures were configured as: the selection of bibliographies related to the Organization of Knowledge and Information and the Subject and Descriptive Treatment; construction of levels of informational treatment, in the descriptive and thematic dimensions, from the analysis of these bibliographies; the adequacy of the fields of the catalog to the established levels; observation of the levels reached by the research instrument, outlining strengths and weaknesses. It was noticed in the results that the informational treatment reached satisfactory levels in the descriptive sphere, by enabling essential functions of investigation of the support of the objects of the MIHGP. However, the research instrument did not reach acceptable levels of subject treatment, as it did not allow indexing terms related to the content of the document and the identification of the association between owners and the objects of the MIHGP. As a solution to these problems, we sought to reformulate this instrument using the Tainacan software, using new guidelines and processes present in the field of Archivology, Museology and Information Science. It was concluded that the proposed discussion comprises a series of debates that seek to minimize the problems surrounding the informational context of the presented museum institution. This investigation can complement the MIHGP's trajectory regarding the need to organize the information of its collections, and can be seen as one of the steps towards more effective norms and guidelines for the representation of information, such as, for example, an indexation policy.

Keywords: Information Treatment; Descriptive Treatment of Information; Subject Treatment of Information; Cataloguing; MIHGP.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Processo analítico-sintético	30
Figura 2 - Acervo do MIHGP	57
Figura 3 - Numeração dos objetos do MIHGP	60
Figura 4 - Plano de Classificação	62
Figura 5 - Classe "Transporte"	63
Figura 6 - Sistema de Documentação do MIHGP	64
Figura 7 - Lista de objetos tombados	66
Figura 8 - Instrumento de Arrolamento do MIHGP	67
Figura 9 - Ficha Catalográfica do MIHGP	70
Figura 10 - Sinalização dos campos considerados problemáticos	77
Figura 11 - Análise da operação descritiva	86
Figura 12 - Análise da operação temática.....	88
Figura 13 - Instrumento construído no Tainacan (Segmento 1).....	92
Figura 14 - Instrumento construído no Tainacan (Segmento 2).....	93
Figura 15 - Instrumento construído no Tainacan (Segmento 3).....	94
Figura 16 - Instrumento construído no Tainacan (Segmento 4).....	95
Figura 17 - Instrumento construído no Tainacan (Segmento 5).....	96
Figura 18 - Instrumento construído no Tainacan (Segmento 6).....	97
Figura 19 - Instrumento construído no Tainacan (Segmento 7).....	98
Figura 20 - Instrumento construído no Tainacan (Segmento 8).....	99
Figura 21 - Instrumento construído no Tainacan (Segmento 9).....	100
Figura 22 - Instrumento construído no Tainacan (Segmento 10).....	101
Figura 23 - Instrumento construído no Tainacan (Segmento 11).....	102
Figura 24 - Instrumento construído no Tainacan (Segmento 12).....	103
Figura 25 - Instrumento construído no Tainacan (Segmento 13).....	104
Figura 26 - Instrumento construído no Tainacan (Segmento 14).....	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparação entre instrumentos	107
--	-----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AACR2 – Código de Catalogação Anglo-Americano

AD – Análise Documentária

ATOM – Access To Memory

CIDOC – Comitê de Documentação do ICOM

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos

ICA – Conselho Internacional de Arquivos

ICOM – Conselho Internacional de Museus

IHGP – Instituto Histórico e Geográfico do Pará

ISAAR (CPF) – Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias

ISAD (G) – Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística

LD – Linguagem Documentária

MIHGP – Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará

NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística

SDM – Sistema de Documentação em Museus

SIDM – Sistema de Informação Documentária em Museus

TTI – Tratamento Temático da Informação

UFPA – Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO: CONCEITOS, ELEMENTOS E PROCESSOS	21
2.1 TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO: CONCEITOS E OPERAÇÕES	22
2.1.1 Tratamento Descritivo da Informação	24
2.1.2 Tratamento Temático da Informação	25
2.1.3 Análise Documentária	27
2.2 NOÇÕES DE DOCUMENTO E TRATAMENTO INFORMACIONAL NO ÂMBITO DA ARQUIVOLOGIA E MUSEOLOGIA	32
3 PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA MUSEOLOGIA: DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA	40
3.1 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A DOCUMENTAÇÃO EM MUSEUS	41
3.2 CONCEITOS E ETAPAS DA DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA	44
3.3 A DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA E A ANÁLISE DOCUMENTÁRIA	47
3.4 USO E ACESSO DAS INFORMAÇÕES EM MUSEUS	49
3.5 SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO EM MUSEUS (SDM) E SISTEMA DE INFORMAÇÃO DOCUMENTÁRIA EM MUSEUS (SIDM)	50
3.6 FICHA CATALOGRÁFICA	51
4 MUSEU DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ: HISTÓRICO, ACERVOS E O SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO	53
4.1 O MIHGP, SUA FORMAÇÃO, A CONSOLIDAÇÃO DE SEUS ACERVOS E SUAS PERSPECTIVAS ATUAIS	53
4.2 O ACERVO DO MIHGP	56
4.3 PROPOSTAS DE SALVAGUARDA	59
4.4 SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO DO MIHGP	60
4.5 FICHA CATALOGRÁFICA DO MIHGP	66
4.5.1 Procedimento de Avaliação	75
5 METODOLOGIA	80
6 ANÁLISE DA FICHA CATALOGRÁFICA DO MUSEU DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ	85
5.1. OPERAÇÃO DESCRITIVA	85
5.2. OPERAÇÃO TEMÁTICA	87
7 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA	90
7.1 REESTRUTURAÇÃO DA FICHA CATALOGRÁFICA NO SOFTWARE TAINACAN	91
7.1.1 Identificação do objeto	91

7.1.2 Análise do Objeto	98
7.1.3 Conservação do Objeto	100
7.1.4 Notas	101
7.1.5 Outros dados	102
7.2 COMPARAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA	105
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
REFERÊNCIAS	113
APÊNDICE I – Medalha registrada no instrumento 1.0	122
APÊNDICE II – Medalha registrada no instrumento 2.0	123
ANEXO I – Ficha preenchida	124

1 INTRODUÇÃO

A Ciência da Informação (CI) é o campo científico que busca investigar as propriedades da informação e o comportamento informacional, além de analisar os fenômenos que envolvem o tratamento informacional referente à origem, coleção, organização, armazenamento, recuperação, interpretação, transmissão, transformação e utilização da informação (BORKO, 1968). Com origem datada no período pós Segunda Guerra Mundial, no século XX, a CI surgiu com a produção cada vez mais crescente de informação e acompanhou os avanços das tecnologias de informação (TIC's) e da Revolução Científica, e na problemática da organização, crescimento e disseminação do conhecimento registrado, conforme Oliveira (2011). Deste modo, a Ciência da Informação, objetivou tratar da expansão do conhecimento registrado, compartilhada pelas disciplinas ligadas a Recuperação da Informação e Documentação (OLIVEIRA, 2011).

A CI, no decorrer do século vinte, evoluiu através da inter-relação com outras áreas, que puderam potencializar suas ferramentas e seu campo de atuação, onde autores como, por exemplo, Saracevic (2008), apontam que uma das razões da existência e evolução da área é sua natureza interdisciplinar. Nesse sentido, a definição clássica de Borko (1968, p.2) já havia apontado que a CI é uma ciência proveniente de “campos relacionados, tais como a Matemática, Lógica, Linguística, Psicologia, Ciência da Computação, Engenharia da Produção, Artes Gráficas, Comunicação, Biblioteconomia, Administração, e outros campos científicos semelhantes”. Tais relações junto a outras áreas colaboraram para uma definição do escopo da CI, suas áreas de atuação e seus instrumentos de pesquisa. Nestas relações, destaca-se como ponto chave a criação de meios de classificação e recuperação da informação registrada.

Entretanto, ressalta-se que anteriormente à consolidação do campo da Ciência Informação já eram existentes disciplinas que colaborariam para origem da CI. Le Coadic (2004) aponta como disciplinas antecedentes atuantes no campo da informação a biblioteconomia; a documentação, já citada anteriormente; o jornalismo; e a Museologia. Segundo o referido autor, a área, ligada em subdisciplinas como, por exemplo, a museonomia responsabilizava-se pelas “coleções de objetos e reservas técnicas (formação, desenvolvimento, classificação, conservação, uso por cientistas não-museólogos e exposições para o público)” (LE COADIC, 2004, p. 14), e referente à gestão de museus, acervos e coleções e o processo de documentação de acervos museológicos.

No que tange a Museologia, pode-se afirmar que é um campo científico que busca tratar a relação entre indivíduo e realidade (MENSCH, 1994), por intermédio da materialidade e imaterialidade.

A Museologia, assim como diversas disciplinas, surgiu de uma base prática definida nas atividades de conservar, registrar e organizar os objetos de museus. Este fato pode ser notado dentro da visão de Mensch (1994), no qual o autor aponta que em seus primórdios, a Museologia tinha como finalidade a organização de museus e seus objetos. A perspectiva de que a Museologia era a “ciência dos museus” foi considerada ultrapassada no final da década de 70 (CURY, 2014), no entanto, o campo museológico ainda adotava suas práticas como base para evolução da esfera teórica. Da mesma forma que as discussões teóricas cresciam, as discussões referentes às práticas museológicas se relacionavam a outros campos científicos, como a Documentação e a Ciência da Informação. Neste cenário, os processos de documentação em museu tornaram-se alvo de pesquisas, assim como a compreensão de documento, apresentada por Otlet, que também se estendeu ao objeto museológico.

A Ciência da Informação, conforme Oliveira (2011), ainda tem dificuldade em isolar o seu objeto de pesquisa, a informação. Entretanto, pode-se considerar que o documento é um dos elementos de pesquisa da CI. O documento pode ser definido como uma unidade de informação, explicado por Otlet (1934) como um “conjunto de fatos ou ideias apresentadas em formato de texto ou imagem e ordenados segundo uma classificação ou um plano determinado pelo objeto ou o propósito a que se propõem seus redatores” (OTLET, 1934, p. 5). Nota-se que em primeiro momento, o autor aponta, dentro da obra “Tratado da Documentação”, que o documento é reconhecido pelas suas dimensões textuais e pictóricas. Posteriormente, Otlet (1934, p. 337) aponta como formas de documentos os objetos materiais, afirmando que as “próprias coisas materiais (objetos) podem ser entendidas como documentos quando são construídas como elementos sensíveis, de estudo direto, ou provas de uma demonstração”. Na expansão da noção de documento, Suzanne Briet propõe, em sua obra “O que é Documentação?”, de 1951, uma definição mais atual e abstrata do documento, definindo este como “todo indício, concreto ou simbólico, conservado ou registrado, com a finalidade de representar, reconstituir ou provar um fenômeno físico ou intelectual” (BRIET, 2016, p. 1).

A ampliação do conceito de documento, baseada nas duas visões citadas acima, contribuiu de forma significativa para vários campos. Na Museologia, a compreensão de documento se estendeu para o objeto de museu, a *museália*. Para Desvallées e Mairesse

(2013), a *museália* é uma coisa que foi exposta ao processo de musealização¹, “sendo “coisa” definida como qualquer tipo de realidade em geral” (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013, p. 68). A noção de que o objeto museológico pode ser reconhecido como um documento de museu, pode ser sustentada na afirmação de Briet (2016). O objeto/documento de museu é o testemunho entre a relação indivíduo e realidade (STRANSKY, 1985 apud LOUREIRO, 2019). Em consonância às ideias de Otlet e Briet, Mensch (1989) explica que além das dimensões físicas do objeto de museu, outros fatores devem ser considerados. Segundo o referido autor, o documento de museu possui uma escala referente ao significado e função, no qual categoriza como significado primário, ligado ao significado funcional e expressivo (valor emocional) e secundário, ligado ao significado simbólico e metafísico. Além de possuir valor documental, o documento de museu também é dotado de musealidade, ou valor museal, definido por Desvallées e Mairesse (2013) como um valor que emana de coisas musealizadas, ou um valor documental da realidade.

No que tange o tratamento da informação do documento, a Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, subárea da CI, é responsável por desenvolver e aplicar processos e técnicas com intuito de representa-lo. Segundo Lima e Alvares (2012, p. 23), o ato de organizar “envolve o processo e como fazer análise, classificação, ordenação e recuperação”, já o ato de representar corresponde à relação com o documento, “com a materialização e com o registro da simbologia que substitui o objeto ou ideia”. Contendo perspectivas divergentes dentro da esfera da CI, este segmento subdivide-se em Organização da Informação (OI), no qual busca, através do tratamento descritivo, organizar e representar a *forma* do documento, ou seja, o que está gravado, suas dimensões e toda propriedade física; e em Organização do Conhecimento (OC), no qual aborda processos que buscam organizar o *conteúdo*, ou assunto, do documento, resultando na representação deste conteúdo em índices, terminologias e resumos. Além disso, a OR aborda o Tratamento Temático da Informação, presente nos processos de classificação e de indexação, referente à seleção de conceitos, descritores e termos que tem como objetivo a recuperação da informação (LIMA; ALVARES, 2012).

Na esfera da Museologia, a OI e a OC estão presentes na teoria e prática da documentação em museus. A documentação em museus, ou Documentação Museológica, é

¹ A Musealização é um processo de transformação do objeto comum em objeto de museu. Esta pode ser compreendido, entre muitos conceitos, a partir da formulação teórica de Cury (2005), no qual é afirmado que este processo é formado por etapas, a partir da aquisição, pesquisa, conservação, documentação e comunicação, ou difusão do objeto.

uma das vertentes na gestão de acervos museológicos, responsabilizando-se pela organização, registro e mediação da informação (ROCHA, 2014). Partindo deste princípio, um museu busca desenvolver e adotar métodos que possibilitem a documentação de suas coleções. Caso isto não seja possível, este não cumpre seu papel como instituição de promoção do conhecimento, a partir da organização de suas coleções. Segundo Yassuda (2009, p. 22) “[...] a documentação museológica representa um dos aspectos da gestão dos museus destinada ao tratamento da informação em todos os âmbitos, desde a entrada do objeto no museu até a exposição”. Além disso, Ferrez (1994) complementa afirmando que a documentação em museus pode ser interpretada como um processo de transformação, catalisando as informações das coleções em dados para pesquisas científicas ou instrumentos de transmissão do conhecimento.

Tratar tanto os documentos de museus, quanto o processo de documentação museológica, implica em explicitar o funcionamento da gestão e fluxo de informações nos espaços museológicos. Conforme Ceravolo e Tálamo (2000), a documentação em museus divide-se em duas abordagens, os Sistemas de Documentação em Museus (SDM) e os Sistemas de Informação Documentária de Museus (SIDM). Para as autoras, a primeira categoria refere-se a uma abordagem mais administrativa, no qual tende a se preocupar com o registro da entrada do objeto no museu e as formas de doação. Na segunda categoria, o SIDM adota uma abordagem de tratamento documental. Neste sistema, adotam-se as práticas de classificação, descrição e indexação, os processos da análise documentária e demais processos da Organização e Representação do Conhecimento e da Informação. Como instrumentos de pesquisa neste sistema, destacam-se a ficha catalográfica, instrumento documentário que permite não só o processo de descrição do conteúdo do documento de museu, mas também contém o resultado do processo descritivo registrado na própria ficha.

Considerando que a OI e a OR buscam organizar e representar o documento, a partir do tratamento temático e descritivo da informação, pode-se afirmar que este é realizado a partir da aplicação da ficha catalográfica. Para Yassuda (2009), a ficha catalográfica reúne a descrição física e temática do documento de museu, além das características históricas, iconográficas e estilísticas. As operações temáticas e descritivas são componentes do processo de catalogação e seguem padrões e normas que são estabelecidas por um órgão internacional ou pelo próprio museu. Um ponto de interesse é que a Museologia ainda segue padrões de descrição estabelecidos pelos próprios espaços museológicos ou por obras de autores especialistas no assunto, diferente de outros campos científicos, como a Biblioteconomia e

Arquivologia, que utilizam padrões internacionais para realizar tais operações. Entretanto, afirmar que a Museologia, em especial a brasileira, utiliza padrões descritivos formulados pelos próprios museus não confirma a inexistência de uma norma internacional estabelecida. Nesse sentido, destaca-se a Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus, lançada pelo Comitê Internacional de Documentação (CIDOC) do Conselho Internacional de Museus (ICOM), que define padrões para o tratamento informacional em espaços museológicos.

O Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (MIHGP), localizado no Centro Histórico de Belém, no bairro da Cidade Velha, possui um acervo que envolve diferentes tipologias de objetos, como indumentárias, armarias, artes visuais, etc. Com construção datada junto à instalação do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), no Solar Barão do Guajará, em 1917, o acervo do MIHGP foi formado a partir da doação de diferentes indivíduos, desde a elite dos séculos XIX e XX, especificamente os barões da borracha, até os atuais membros do IHGP. Por conter tipologias de objetos provenientes de diferentes décadas e de diversos doadores, compreende-se que o acervo do MIHGP contém características históricas, estilísticas e iconográficas que complementam o caráter histórico do museu.

Em meio a esse contexto, o MIHGP, junto ao projeto de extensão, denominado “Projeto de Documentação dos Acervos Museológicos do MIHGP”, criado e coordenado pela Prof.^a. Msc. Marcela Guedes Cabral da Universidade Federal do Pará (UFPA), desenvolveram um sistema de documentação com intuito de suprir as necessidades informacionais advindas dos acervos históricos que o Museu abriga. O objetivo deste projeto, no qual participo como voluntário, desde 2015, é de desenvolver meios que possibilitem a salvaguarda dos objetos residentes no MIHGP. Para isso, foram realizadas ações primárias de Documentação Museológica - conforme citado, baseado na gestão do fluxo de informações nos espaços museológicos -, evoluindo posteriormente para um sistema funcional. O planejamento desse sistema de registro de informações possui como objetivo propor métodos para a organização do acervo, a partir da elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem facilitar o fluxo informacional e na atualização dos dados referentes aos objetos.

Para o registro deste acervo, o Projeto de Documentação do MIHGP desenvolveu um instrumento de pesquisa que pudesse descrever os elementos intrínsecos e extrínsecos dos objetos. Dessa maneira, foi criada a ficha catalográfica do MIHGP, baseada no modelo e padrões estabelecidos por Cândido (2006) e contendo 38 campos de registro que englobam elementos referentes às formas de doação do objeto, as técnicas, dados históricos,

conservação do objeto, publicações referentes ao objeto, termos, etc. Com a criação deste instrumento, foi possível realizar uma descrição objetiva dos objetos museológicos, além de contribuir para a organização das informações do acervo e classificar as diferentes peças do MIGP.

A ficha catalográfica foi construída em 2017 e foi aplicada primeiramente ao acervo de pinturas do museu, abrangendo posteriormente o acervo de medalhas. Em uma observação inicial, notou-se que este instrumento funcionava de forma estável no processo de registro, mas continha alguns campos de descrição ociosos quando aplicados em acervos diferentes, ou seja, alguns campos permaneciam vazios na descrição de pinturas, mas eram preenchidos quando a descrição era realizada, por exemplo, em uma medalha. No decorrer do segundo semestre de 2017 e no início de 2018, a ficha catalográfica foi posta em avaliação, proposta no meu trabalho de conclusão de curso “Museu e Informação: Uma Proposta de Avaliação da Ficha de Catalogação do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará”, no qual foi reunido opiniões de profissionais e pesquisadores da Museologia acerca deste instrumento. Como resultados, observou-se que a ficha catalográfica do MIHGP continha alguns problemas referentes à sua estrutura, no qual os avaliadores apontaram a localização confusa de alguns campos de descrição. Além disso, foram apontados campos desnecessários, áreas pouco exploradas dentro da ficha, e alguns campos que possivelmente causariam confusão no responsável pelo processo de descrição do objeto, tais como o campo “Controle da Imagem”, referente ao registro fotográfico. Por mais que houvessem fragilidades referentes à estrutura da ficha catalográfica, os avaliadores apontaram que este instrumento obtém relativo êxito no processo de descrição do acervo do MIHGP.

Com esse trabalho, levantaram-se questionamentos a respeito do aprimoramento do tratamento da informação e expansão da ficha, podendo assim englobar, de forma mais eficiente, não só o acervo do MIHGP, como também as coleções de diversos espaços museológicos. Nesse sentido, a presente pesquisa baseia sua análise a partir da seguinte questão: Com base na identificação de fragilidades na estrutura da ficha catalográfica do MIHGP, uma análise deste instrumento, com o uso de bibliografias que abordam o núcleo da organização e representação informacional, colaboraria no melhor tratamento da informação dos objetos museológicos?

Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar o Tratamento da Informação do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, com foco na ficha catalográfica, utilizando, de forma interdisciplinar, elementos conceituais e metodológicos da Organização do

Conhecimento e da Informação. Como objetivos específicos, este estudo busca conceituar as esferas da Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, Análise Documentária e Documentação Museológica, direcionando estas para o tratamento informacional de forma e conteúdo; analisar os conceitos de documento e Tratamento da Informação, nas dimensões descritiva e temática, nas áreas da Arquivologia e Museologia; Apresentar o Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, buscando refletir acerca das fragilidades e potencialidades do Sistema de Documentação e delinear o funcionamento da ficha catalográfica; formular uma discussão a partir da análise de tratamento informacional no MIHGP, baseada em bibliografias referentes ao tema, visando ressaltar as fragilidades e potencialidades na instituição e no campo museológico; indicar soluções para possíveis fragilidades no tratamento da informação no MIHGP.

Este estudo justifica-se na consideração de que por ser um elemento que induz o tratamento da informação, além de compor os processos de Análise Documentária e de Documentação Museológica (REIS, 2019), uma análise da ficha catalográfica do MIHGP pode potencializar estes mesmos processos, colaborando para uma melhor organização, representação e recuperação da informação. Esta dissertação busca refletir sobre o tratamento informacional do museu, por intermédio da ficha catalográfica, no qual esta já apresentou algumas falhas aparentes, além de servir como base para futuras investigações. A esfera museológica já apresenta métodos satisfatórios para o tratamento documental dos objetos de museus, no entanto, propor discussões que envolvem elementos e métodos de outros campos científicos, como a Arquivologia, assim como a própria Ciência da Informação e da Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, talvez possa colaborar para novas abordagens teóricas e práticas no que tange o fenômeno informacional dentro dos espaços museológicos, possibilitando novos diálogos entre Museologia, a CI e suas subáreas.

Trata-se de uma pesquisa descritiva² e experimental³, utilizando como estratégia metodológica a observação direta. Os procedimentos metodológicos configuraram-se como: a seleção de bibliografias relacionadas à Organização do Conhecimento e Informação e ao Tratamento Temático e Descritivo; construção de níveis de tratamento informacional, nas dimensões descritivas e temáticas, a partir da análise destas bibliografias; a adequação dos

² Conforme Braga (2007), a pesquisa descritiva objetiva identificar um determinado problema ou questão e descrever o comportamento dos fatos e fenômenos.

³ Gil (2002, p. 48) configura a pesquisa experimental a partir de três propriedades: a manipulação, no qual o pesquisador precisa manipular uma das características do elemento estudado; o controle, em que o pesquisador “precisa induzir um ou mais controles na situação experimental”; e a distribuição aleatória, o teste, “a designação dos elementos para participar dos grupos experimentais”.

campos da ficha catalográfica aos níveis estabelecidos; observação dos níveis alcançados pelo instrumento de pesquisa, delineando potencialidades e fragilidades; reestruturação do instrumento no ambiente virtual do Tainacan, utilizando diretrizes de tratamento informacional como a Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus e a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE); testagem em um item do MIHGP, ressaltando as diferenças de níveis entre os instrumentos.

Este estudo subdivide-se em cinco capítulos. O primeiro refere-se à esfera da Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, buscando apresentar processos, instrumentos e abordagens teóricas, tais como a Análise Documentária e o Tratamento Temático da Informação. Neste capítulo serão utilizados estudos de autores como Guimarães (2009/2013), Bräscher e Café (2008), Fujita, Nardi e Santos (1998), Kobashi (1996), Lima e Alvares (2012), etc. O segundo capítulo busca discorrer sobre a Documentação Museológica enquanto processo de organização e representação do conhecimento, utilizando autoras como Camargo-Moro (1986), Padilha (2014), Yassuda (2009), Cândido (2006), Ferrez (1994) e entre outras. No terceiro serão apresentados os processos de formação do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, seu sistema de documentação e a ficha catalográfica, utilizando autores como Negrão e Maia (1998) e Trindade (1995). O quarto capítulo deste estudo indicará o processo de análise do tratamento informacional do MIHGP, delineando uma proposta metodológica que ressalte as fragilidades e potencialidades da ficha catalográfica. O quinto capítulo apresenta soluções para as possíveis fragilidades, indicando o processo de reestruturação da ficha catalográfica e customização de metadados no ambiente virtual do Tainacan, ressaltando também a diferença entre instrumentos de pesquisa a partir do registro de um item museológico do MIHGP nas duas interfaces.

2 ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO: CONCEITOS, ELEMENTOS E PROCESSOS

Neste capítulo serão explicitadas características que definem a Organização e Representação da Informação e do Conhecimento, buscando distinguir a terminologia desta subárea e abordando os elementos e processos, como a classificação, indexação, Tratamento Temático da Informação, Tratamento Descritivo da Informação e a Análise Documentária. A abordagem referente ao tratamento informacional, nas dimensões físicas e temáticas, e ao documento nas áreas da Arquivologia e Museologia será de maior explicitação neste capítulo, pois irá identificar de que forma o tratamento da informação é realizado, com base em bibliografias, normas e softwares presentes nestas esferas, buscando posteriormente direcionar para o processo de análise do tratamento informacional do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

A Organização e Representação da Informação e do Conhecimento define-se como uma subárea da Ciência da Informação que objetiva o tratamento dos documentos, a nível físico e de conteúdo, a fim de organizar, descrever, representar e propor modos de recuperação da informação destes, através de instrumentos, produtos e processos teórico-metodológicos (LIMA; ALAVARES, 2012).

Na esfera da CI, os termos “conhecimento” e “informação” abrem margem para discussões referentes à semântica, conceitos, relações e distinções entre termos. Segundo Lima e Alvares (2012), estes termos relacionam-se e caracterizam-se como etapas de um processo, conforme o ciclo informacional, no qual a informação transforma-se em conhecimento, a partir de percepções culturais de um determinado grupo, e, logo depois, transforma-se novamente em informação, ao ser assimilado por outros grupos. Entretanto, os autores afirmam que nem toda informação de um documento será transformada em conhecimento, “pois quem aprende precisa ter os elementos fundamentais para a decodificação da informação” (LIMA; ALVARES, 2012, p. 25). Nesse sentido, os elementos cognitivos, tais como a especialização em determinada área social, literária ou científica, direcionam o processo de transformação da informação em conhecimento.

As questões semânticas também se entrelaçam à esfera teórica, resultando em distinções conceituais entre Organização e Representação do Conhecimento (ORC) e Organização e Representação da Informação (ORI). Para Bräscher e Café (2008), não há homogeneidade conceitual entre os campos de pesquisa, todavia, os termos são comumente utilizados como equivalentes. Lima e Alvares (2012, p. 27) apontam que a Organização do Conhecimento

(OC) envolve “atividades de organização, representação e recuperação da informação”. Além disso, estes também afirmam que a OC preocupa-se com o modo que o conhecimento é representado. Hjørland (2008) complementa afirmando que a OC pode ser entendida a partir dos processos de descrição, classificação e indexação, além de investigar os Processos de Organização de Conhecimento (POC) e Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC), a organização de documentos e a representação de conceitos. Bräscher e Café (2008) reiteram afirmando a OC e RC não foca na informação registrada, mas no conceito do documento, a temática e o assunto. Deste modo, as autoras apontam que a Representação do Conhecimento está presente nos Sistemas de Organização do Conhecimento, sendo estes definidos como “sistemas conceituais semanticamente estruturados que contemplam termos, definições, relacionamentos e propriedades dos conceitos” (CARLAN; MEDEIROS, 2011, p. 54).

No que se refere à Organização e Representação da Informação, Bräscher e Café (2008) definem esta como o processo da descrição física e de conteúdo dos documentos. O resultado deste processo são representações da informação, caracterizadas como resumos e terminologias, assim como “elementos descritivos que representam os atributos de um objeto informacional específico” (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008, p. 5). Para as autoras, a Organização da Informação (OI) busca, na esfera física, o registro da informação, da forma do documento, se afastando das questões cognitivas que direcionam a OC. Deste modo, compreende-se que a OI tem como elemento chave a descrição, no qual esta colabora para a representação e acesso da informação (BRÄSCHER; CAFÉ, 2008).

No entrelaçamento dos dois campos de pesquisa, destacam-se alguns âmbitos e processos que compreendem a relação entre informação e conhecimento, sendo estes o Tratamento da Informação e suas operações.

2.1 TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO: CONCEITOS E OPERAÇÕES

O Tratamento da Informação busca investigar as propriedades do documento em seus diversos formatos, utilizando como orientação as dimensões físicas, a partir do tratamento descritivo, e as dimensões conceituais e contextuais, a partir do tratamento temático da informação. Segundo Maimone e Tálamo (2008), todos os materiais registrados são potenciais fontes de informação e são credores de um processamento informacional que analisa suas características específicas, no qual este processamento busca configurar as informações relevantes do documento. Além disso, as autoras reiteram que o tratamento da informação é um agente relevante na construção do conhecimento, possibilitando a análise e representação das informações do documento. Por objetivar a construção do conhecimento, o

tratamento informacional busca processar os documentos de modo que as informações e interpretações extraídas sejam úteis e acessíveis aos usuários de um sistema de informação (MAIMONE; TÁLAMO, 2008).

Na concepção de Lopes e Valetim (2013), o tratamento da informação encontra um arcabouço teórico-metodológico na análise documentária, mais explicitada adiante. Para os autores, o tratamento informacional “consiste em um conjunto de procedimentos que visam à análise e tratamento de conteúdos informacionais, a fim de obter eficácia no processo de recuperação e uso da informação por parte do usuário” (LOPES; VALETIM, 2013, p. 163). Ressalta-se que este processamento informacional além de analisar as características intrínsecas e extrínsecas, permite a síntese do conteúdo informacional, resultando em resumos e representações terminológicas ligadas ao documento. Nesse sentido, Dias (2001) aponta que nos sistemas informacionais e de recuperação da informação, o tratamento informacional descreve os documentos do ponto de vista físico e temático. Todavia, para além disso, esse processo resulta na construção de representações documentais, como fichas de catálogos, referências bibliográficas, resumos, etc., que facilitam a utilização em um sistema de recuperação e tornam mais simples a “avaliação do usuário quanto à relevância que o documento integral possa ter para as suas necessidades de informação” (DIAS, 2001, p. 3).

Para Dias (2001), o tratamento informacional não é realizado de modo autônomo, dependendo de diferentes códigos e terminologias, tais como as linguagens de indexação. Além disso, este também afirma que o tratamento da informação pode variar de acordo com o nível de detalhamento solicitado por um sistema ou instrumento de pesquisa. Com isso, compreende-se que o tratamento informacional se torna mais amplo a partir de fatores a saber: a tipologia de documento a ser tratado; as diretrizes de tratamento informacional, como por exemplo, as normas de descrição e catalogação em arquivos, bibliotecas e museus; e a formatação dos sistemas e instrumentos de catalogação.

Nesse cenário, Fujita, Rubi e Boccato (2009, p. 2), apontam que o tratamento documentário é “uma operação intermediária que cuidará desde o controle e registro material do documento, descrição do conteúdo até a sua armazenagem para que seja possível a difusão”. Deste modo, como já citado, este tratamento apresenta uma bipartição de operações, sendo estas: o tratamento descritivo, focando no material e dimensão física da informação; e o tratamento temático, como foco no conteúdo informacional. As autoras explicam que essa dicotomia se dá por conta do desenvolvimento das duas operações, nos quais estas alcançam

diferentes interfaces informacionais que, por fim, se complementam em um panorama informacional completo. Dessa maneira, o tratamento informacional busca a análise do documento em dois níveis diferentes, detalhados por Fujita, Rubi e Boccato (2009) como:

- o da forma - análise descritiva ou bibliográfica - o tratamento físico da informação ligado como suporte;
- e o do conteúdo - tratamento temático da informação e destina-se à representação condensada do assunto intrínseco ou extrínseco tratado em um determinado documento. (FUJITA; RUBI; BOCCATO, 2009, p. 2).

Tanto no âmbito analógico quanto no digital, a exploração destes dois níveis colabora para uma maior especificidade em um sistema de recuperação da informação. Dias (2001) destaca as linguagens documentárias como principais resultantes do tratamento informacional destes dois níveis – forma e conteúdo. Estas tipologias de linguagens contêm diferentes graus de especificidades, começando por termos ligados às dimensões descritivas do suporte e se aprofundando às terminologias ligadas à tematicidade do documento, com base em operações cognitivas.

Nos próximos tópicos, serão especificadas as operações que compõem o tratamento da informação, sendo estas o Tratamento Descritivo e o Tratamento Temático da Informação.

2.1.1 Tratamento Descritivo da Informação

O Tratamento Descritivo da Informação, ou a Representação Descritiva, busca tratar as especificidades físicas do suporte do documento. Conforme Maiomone, Silveira e Tálamo (2011, p. 28), o tratamento descritivo da informação representa características que possibilitam a individualização do documento, definindo e padronizando “pontos de acesso, responsáveis pela busca e recuperação da informação, assim como pela reunião de documentos semelhantes”. Originalmente denominada como catalogação descritiva, a representação descritiva possui uma base teórica com característica própria, atualizando com o passar dos anos as diretrizes a partir do surgimento de diferentes tipologias de suporte (MAIOMONE; SILVEIRA; TÁLAMO, 2011).

Segundo Lourenço e Alvarenga (2007 apud BAPTISTA, 2007), a representação descritiva se desenvolveu junto à catalogação e a bibliografia, preocupando-se em identificar os elementos essenciais e complementares que possibilitariam a formação de uma satisfatória representação documental. Baptista (2007) complementa que a lógica da descrição não se baseia na visão fixa do documento estático, mas sim na própria desconstrução da descrição, em que mesmo seguindo padronizações, permita que toda representação descritiva possa ser

considerada como ponto de acesso ao documento e aos relacionamentos entre o objeto tratado e os demais “nomes, entidades, locais, histórias, enfim com uma série de elementos ontológicos e contextuais que ampliam, de forma dramática, o potencial do conhecimento sobre determinado assunto” (BAPTISTA 2007, p. 182).

Sob a perspectiva da semiótica, Reis et al (2018) afirmam o tratamento descritivo não é uma operação simples, contendo níveis de interpretação do documento a ser descrito. Na pesquisa, são apresentados dois diferentes conceitos que podem ser considerados durante o tratamento descritivo, sendo estes a *obra* e a *manifestação*. Para os autores, ambos os conceitos podem viver em sincronia, nos quais estes especificam que a *obra* se destaca como a ideia a ser reproduzida em diferentes suportes, em diferentes *manifestações*. Os autores reiteram esta afirmação apresentando o exemplo da publicação de livros, no qual a *obra*, o material original, pode ser reproduzida em diferentes suportes e edições, sendo estes suportes as *manifestações*.

Na perspectiva de Campos (2006), é apontado que o tratamento informacional é uma execução de uma sequência sistemática de operações sobre dados documentários. Desse modo, tais operações, como o tratamento descritivo, permitem a descrição e interpretação destes dados, possibilitando a identificação, localização e gestão dos documentos.

Entretanto, para serem realizadas tais funções nos diferentes campos científicos, o tratamento descritivo segue diretrizes que podem abarcar “questões relativas a diferentes documentos que precisam de instrumentos normativos, claros, abrangentes [...]” (CATARINO; SOUZA, 2012, p. 84). Nesse sentido, Sousa (2015) esclarece que as normas de padronização do registro informacional e do tratamento descritivo desempenham um importante papel, evitando a desorganização de um acervo, construindo pontos de acesso. No âmbito da biblioteconomia, destaca-se o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2), que direciona a catalogação e representação descritiva de livros e periódicos. Já na Arquivologia e Museologia, destacam-se, consecutivamente, a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE) e a Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus, mais explicitados nos tópicos adiante.

2.1.2 Tratamento Temático da Informação

O Tratamento Temático da Informação (TTI) é o âmbito da Organização e Representação da Informação que busca analisar, descrever e representar o conteúdo

informacional do documento (GUIMARÃES; FERREIRA; FREITAS, 2013). Segundo Guimarães (2009), além de envolver processos referentes ao tratamento de conteúdo, o TTI colabora para a construção de instrumentos de pesquisa e de estratégias de recuperação da informação. Além disso, Guimarães, Ferreira e Freitas (2013) reiteram afirmando que este âmbito possibilita o entendimento da relação entre produção e uso da informação, através da investigação do conteúdo.

O TTI se entrelaça a processos teóricos-metodológicos de organização e representação informacional direcionados à análise de conteúdo, sendo estes: a catalogação de assunto, de origem norte-americana, que resulta no desenvolvimento de produtos: a indexação, de origem anglo-saxônica, que foca na construção de instrumentos; e a análise documental, de origem francesa, que objetiva o processo de análise e síntese informacional do documento (GUIMARÃES, 2009).

A catalogação de assunto é a operação que visa a construção de catálogos que auxiliam na compreensão, e tradução, de uma linguagem de assunto específica. Nesse sentido, esta se define pela construção de cabeçalhos de assunto⁴ e listas de termos autorizados diretamente ligados à determinada área de conhecimento, como, por exemplo, as palavras-chave (GUIMARÃES, 2009). Em complemento, Shoham e Kedar (2001 apud GUIMARÃES; FERREIRA; FREITAS, 2013, p. 186) afirmam que a catalogação de assunto “consiste em examinar o documento, de modo a extrair os assuntos nele contido para determinar os rótulos verbais, que servirão de ponto de acesso para busca e recuperação do documento original”.

A indexação é definida a partir das funções de controle, registro e representação das informações de um determinado assunto, com intuito de otimizar as estratégias de busca em bibliotecas especializadas e centros de documentação (GUIMARÃES, 2009). Para Guimarães, Ferreira e Freitas (2013), a indexação tem por objetivo descrever o conteúdo informacional do documento, conforme seu assunto, retirando elementos sintéticos e representativos, traduzidos em termos padronizados. O “conteúdo semântico”, conforme o referido autor, configura-se como uma forma de acesso à informação, denominando-se como representação temática. Sousa, Bandeira e Silva (2012) definem a representação temática, de forma ampla, como a representação do conteúdo do documento, a partir de símbolos, permitindo a identificação do tema referente ao documento. No caso de documentos ligados

⁴ Segundo Guimarães, Ferreira e Freitas (2013, p. 186), os cabeçalhos de assunto “assumem especial importância visto caracterizar um vocabulário controlado que padroniza e uniformiza a descrição sintética dos assuntos, atuando como ferramenta para a catalogação de assunto”.

às esferas da Arquivologia e Biblioteconomia, a representação temática visa o conteúdo escrito, à que o documento se refere. Entretanto, a representação de documentos arquivísticos também busca analisar o contexto, a fim de representar o assunto de forma completa. Na Museologia, a representação temática foca na investigação do contexto do documento museológico, buscando compreender a relação indivíduo x objeto, com intuito de representar este documento a partir de termos ligados às dimensões históricas, estilísticas e iconográficas.

Enquanto a catalogação de assunto e a indexação focam na construção da representação temática por meio de termos controlados, a análise documental objetiva representar, de modo processual, utilizando também descrições e resumos que envolvem tanto as dimensões físicas e de contexto do documento. Esta abordagem teórica, que envolve as noções de TTI, pode ser mais especificada no tópico a seguir.

2.1.3 Análise Documentária

Com a expressão oficialmente conceituada por Jean-Claude Gardin, em 1981, a Análise Documentária surgiu com a premissa de propor a representação de um documento, partindo de um processo de análise e síntese. Conforme Fujita, Nardi e Santos (1998), este processo elucida a uma desestruturação do conteúdo de um documento, para a criação de um novo produto documentário. As autoras apontam que o processo de AD funciona de forma sequencial e ordenada, a partir das seguintes operações:

ANÁLISE: leitura e segmentação do texto para identificação e seleção dos conceitos;
 SÍNTESE: construção do texto documentário com os conceitos selecionados: enunciado de assunto e resumo;
 REPRESENTAÇÃO: a representação possui duas naturezas distintas: na primeira, a representação é construída através de um processo de condensação intensiva do texto original, gerando os diferentes tipos de resumo; na segunda, a representação é realizada através do uso de uma Linguagem documentária [...] (FUJITA; NARDI; SANTOS, 1998, p. 21).

Visando a representação do conteúdo e a concepção de produtos, a Análise Documental também é considerada como um processo cognitivo e intelectual. Esta afirmação sustenta-se com base no estudo de Chaumier (1979, p.13, apud MOLINA, 1989, p. 327, tradução livre), onde conclui que a AD é “uma operação intelectual mais ou menos complicada, dependendo do grau de elaboração, e o seu resultado será o nascimento de diversos produtos secundários”. Deste modo, compreende-se que a concepção destes instrumentos documentários advém de um conhecimento prévio do documentalista, ou indexador, a respeito do conteúdo do documento.

Para Kobashi (1996), a Análise Documentária, quanto operação, transforma o conteúdo, ou texto-base, em dois tipos de representação: o resumo e o índice. Estes produtos definem-se de forma distinta, a partir das noções apresentadas pela autora. A indexação, segundo Kobashi, se caracteriza pela máxima condensação do texto-base, resultando em uma fragmentação dos conceitos e criação de palavras e sintagmas. Por outro lado, o resumo caracteriza-se pela sua aproximação com o texto-base, contendo uma “estrutura informacional” semelhante à sua origem. Pode-se afirmar que, diferente do resumo, os índices são mediados por “um instrumento comutador – a linguagem documentária – que generaliza as informações do texto, integrando-o a "classes" já previstas no referido instrumento” (KOBASHI, 1996, p. 9).

Os métodos e operações utilizados na AD partem da experiência e do “bom senso” dos documentalistas, para a criação de uma ou outra palavra-chave, buscando a recuperação do documento (CUNHA, 1987). Em seu estudo, Cunha (1987, p. 38) afirma que para a realização da análise, a Biblioteconomia e Documentação utilizavam uma leitura de caráter único, fechado e universal. A referida autora também afirma que o processo de transformação de um texto original para alguma forma de representação é semântico, mesmo não seguindo uma regra ou padronização explícita. Todavia, mesmo que o analista da documentação trabalhe sob uma esfera empírico-pragmática, este deve considerar algumas variáveis para a realização da análise, sendo estas: o discurso, a idioma, a organização interna e a ideologia.

Na esfera da semiologia e semiótica, Lara (1993, p.225) aponta que a preocupação da Análise Documentária não é com o signo documentário em si, mas com “o conjunto de reflexões que permita pensar teórica e operacionalmente a questão da construção e recepção do signo documentário”. Esta complementa que são destacados dois momentos distintos na AD, a criação das Linguagens Documentárias⁵ (LD), e a utilização destas por usuários. À vista disso, compreende-se que a AD colabora com a dinâmica de sistemas de documentação e de recuperação de informações. Partindo da etapa da concepção da LD, os analistas, em geral, visam as necessidades do usuário.

Conforme Guimarães (2009), pode-se constatar que o processo de AD, enquanto agente de fragmentação do conteúdo do documento e representação deste, apresenta finalidades bem definidas. Em vista disso, compreende-se que a “concepção de AD reside na identificação, na

⁵ “As Linguagens Documentárias são consideradas metarrepresentações, ou representações documentárias, ao lado de outras formas de representação da informação, como resumos, catálogos, bibliografias, índices, inventários, repertórios, etc.” (DODEBEI, 2002, p. 39).

descrição de etapas, para cujo desenvolvimento se utilizam de instrumentos e de onde decorre a geração de produtos” (GUIMARÃES, 2009, p. 111). Além disso, o autor reitera que, com ênfase neste procedimento, pode-se ressaltar a natureza cognitiva da Análise Documental.

Se a Análise Documentária, além de ser uma experiência cognitiva, busca identificar e representar conteúdos pertencentes aos documentos, é de se esperar que este processo se desdobre em outros procedimentos. Diante disso, surge em debate a questão da análise de conteúdo. Composta por um conjunto de técnicas que permitem destacar o conteúdo de documentos gravados/escritos, a Análise de Conteúdo “pretende enfocar tanto a expressão como a coisa, independentemente da espécie de textos [...], desde que o analista suspeite que haja no conteúdo inferências úteis para o conhecimento dos homens que as produzem” (CUNHA, 1987, p. 41-42). Dessa forma, conclui-se que esta tipologia de análise mergulha nas nuances do documento, além do que está registrado, levando em consideração a expressividade do autor.

Ao adentrar na esfera de discussão relacionada ao conteúdo, devemos nos atentar à seguinte noção: o conteúdo do documento refere-se além das demarcações de registro, no entanto, segundo Lara (2001), sua definição é absolutamente imprecisa. Com finalidade da AD em representar, deve-se primeiro considerar que conteúdo deve ser representado. Para a referida autora,

É preciso verificar o que entendemos por conteúdo e que conteúdo representamos no contexto documentário quando utilizamos uma linguagem documentária. Assim como a segmentação de conteúdo feita por Marco Polo se fazia a partir de referências anteriores, no processo documentário "representar conteúdos" se relaciona a propósitos e concepções definidas de antemão (LARA, 2001, p. __).

A tentativa em definir o que é conteúdo resulta em consequências problemáticas. No entanto, deve-se considerar a interpretação do enunciador ao tentar representar o conteúdo, a partir do público-alvo a ser destinado. Em continuidade, a autora aponta que

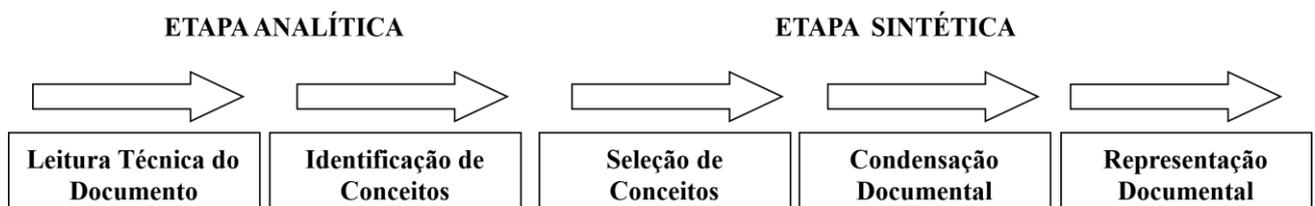
A noção de conteúdo, portanto, não é simples. Sob a ótica do enunciador, a constituição de sistemas de informação para transferência é uma operação carregada de intencionalidade. A representação não tem um fim em si mesma, ao contrário, é uma construção que persegue objetivos específicos. Num determinado contexto uma vaca é um tipo de mamífero; noutra, um bicho sagrado e etc. [...] Conseqüentemente, um mesmo universo documental pode ser organizado e representado de diversas maneiras, pautando-se nos distintos propósitos a que se destinam (LARA, 2001, p. __).

Observa-se que o conteúdo pode ser moldável, conforme as intenções do enunciador para a indexação. À vista disso, entende-se que a noção do conteúdo não é universalmente um

consenso, este se difere a partir de cada realidade em que está sendo analisado e cada finalidade a ser representado.

Conforme afirmado acima, a Análise Documental é composta por etapas que permitem a análise, síntese e representação do conteúdo. Desta maneira, nota-se que há uma concordância ao afirmar que o processo de AD é realizado a partir de uma operação analítico-sintética, partindo da fragmentação de conceitos e condensação destes para a criação de produtos documentários. Por outro lado, mesmo com esta concordância, algumas etapas tornam-se pouco claras para a compreensão deste processo. Com isso, opta-se utilizar neste estudo as operações apontadas por Guimarães (1994/2007), no qual este apresenta a Análise Documental de Conteúdo da seguinte forma:

Figura 1 - Processo analítico-sintético



Fonte: GUIMARÃES (1994/2007)

Conforme o autor, compreende-se, neste processo, a leitura documentária como primeira etapa. Esta é interpretada no momento em que o documentalista explora a estrutura do texto, buscando encontrar o conteúdo temático que define o documento, com base em um conjunto de estratégias metacognitivas⁶ (GUIMARÃES; MORAES; GUARIDO, 2007). Segundo Fujita (2004), a leitura documentária caracteriza o indexador como leitor profissional que realiza este procedimento, deste modo, “o indexador torna-se um leitor no ato de análise de um documento com a finalidade de realizar a indexação para representação do conteúdo por meio de termos que serão, posteriormente, recuperados por um usuário do sistema de informação” (FUJITA, 2004, n.p). Por seguinte, a autora aponta que a leitura documentária abarca três variáveis, sendo estas: o texto, referente à estrutura textual do documento; o leitor, ligado à imagem do indexador; e o contexto, referente à indexação do conteúdo em sistemas de recuperação.

A segunda etapa refere-se à identificação dos conceitos presentes no documento. Neste momento, após a identificação das partes que definem a temática do documento, são

⁶ Conforme Ribeiro (2003, p. 109), metacognição está “para além da cognição, isto é, a faculdade de conhecer o próprio ato de conhecer, ou, por outras palavras, consciencializar, analisar e avaliar como se conhece”.

construídos enunciados de assuntos. Com base na aplicação de um conjunto de categoriais conceituais, esta operação destaca-se pela formulação de termos relacionados diretamente ao conteúdo do documento.

Como primeira operação da etapa sintética, a seleção de conceitos está ligada à escolha dos enunciados construídos na operação anterior. Segundo Guimarães, Moraes e Guarido (2007, p. 95), os “enunciados de assunto são categorizados em principais, secundários e periféricos, e, por seguinte, ordenados logicamente, tendo como parâmetro a estrutura, a função e os usos (tipos de busca informacional ligados ao documento)”. Compreende-se que neste processo é dada maior importância aos termos principais encontrados pós análise da temática do documento.

As operações de Condensação Documental e Representação Documental incidem diretamente nas noções de Kobashi (1996) a respeito da construção de resumos e índices. Este primeiro procedimento se caracteriza pela redução do documento original, do texto base, para construção de um micro documento, enquanto o segundo se responsabiliza pela tradução do conteúdo temático do documento para a indexação, possibilitando a representação por meio dos índices (GUIMARÃES; MORAES; GUARIDO, 2007).

Este processo elucida, de forma clara, como a dinâmica da Análise Documentária funciona. Em vista disso, compreende-se que a AD se inicia na leitura dos documentos, identificando as nuances que compõem este, com base na experiência cognitiva e normas que regem esta operação. Entende-se também que o processo de AD se responsabiliza pela identificação dos conceitos do documento, além da seleção dos enunciados e a representação do conteúdo por meio dos produtos documentários.

Com a explicitação destas etapas, nota-se que é possível localizar estas em alguns campos científicos. Segundo Reis (2015, p.40), a “Análise Documentária tem como objeto o texto e para expressar o seu conteúdo da melhor forma possível, ela se aproxima de outras áreas (disciplinas) com fins semelhantes”. Com estas finalidades, a AD se vincula, de forma interdisciplinar, com áreas que tratam a organização e representação das informações dos documentos, focando aqui na Museologia, por intermédio da documentação museológica, conforme será visto no próximo capítulo.

2.2 NOÇÕES DE DOCUMENTO E TRATAMENTO INFORMACIONAL NO ÂMBITO DA ARQUIVOLOGIA E MUSEOLOGIA

Neste subtópico serão apresentadas as noções de documento nas esferas da Arquivologia e Museologia, direcionando o tratamento destes a partir da gestão, descrição e armazenamento. A partir do apontamento dos processos descritivos das duas áreas, serão indicados de que forma estes podem colaborar para a proposta desta pesquisa, a análise do tratamento da informação no MIHGP. Além disso, a etapa de armazenamento será tratada a partir da temática do repositório, buscando aplicar as noções aqui apresentadas na proposta de protótipo de repositório a ser desenvolvido.

Os documentos arquivísticos podem ser definidos a partir de seu caráter comprobatório, assim como suas relações e repercussões. Segundo Negreiros e Dias (2008, p. 5), diferente do documento biblioteconômico, o documento arquivístico foca sua análise “no ato e fato de suas repercussões administrativas, fiscais e legais”. Nesse sentido, Santos (2012) define os princípios ou características definidoras do documento arquivístico tradicional como: Fixidez, Organicidade, Naturalidade, Unicidade, Autenticidade e Imparcialidade.

Compreende-se que o documento arquivístico também permeia o espaço eletrônico, abrindo margem para discussões a respeito sua legitimidade no ambiente eletrônico/ digital. Em relação a estas discussões, pode-se apontar que este formato documental só será considerado arquivístico se conter os mesmos princípios dos documentos tradicionais (NEGREIRO; DIAS, 2008).

Na Museologia, a definição de documento liga-se às noções da esfera da Documentação, no qual é apontado, por Otlet (1934), que o documento ultrapassa a ideia de livros, apresentando este como qualquer unidade documental, como o objeto de museu (TANUS; RENAU; ARAÚJO, 2012). O objeto/documento de museu só possui valor, ou só chega ao status de documento, se for musealizado, no qual é transformado em *musealia* e passa a conter musealidade, o valor museal. Stránský (1995) aponta que o processo de musealização ocorre para além dos espaços museológicos. Deste modo, entende-se que o documento museológico pode conter formas convencionais ou não convencionais, entretanto, o foco é conteúdo, que corresponde à relação do indivíduo x objeto. Como já apresentado anteriormente, Mensch (1989) aponta que as matrizes que definem o objeto/documento dividem-se da seguinte forma: as propriedades físicas, ligadas à materialidade, técnica e morfologia; a função e significado; e a história do objeto.

Em ambas as esferas, o documento é tratado como item de representação de determinado contexto, dotado de questões sociais e valores patrimoniais, configurando-se em um bem cultural. Para Chagas (1994), nesta relação entre interfaces, “o importante é compreender que uma coisa ou objeto só se transforma em bem cultural quando alguém (indivíduo ou coletividade) diz e o valoriza de um modo diferenciado. É preciso dizer para que o bem cultural se constitua como tal” (CHAGAS, 1994, p. 36-37). Nesse sentido, em consonância com o autor, a partir deste auto reconhecimento do documento para determinado grupo, é posto em evidência demais conceitos, sendo estes a preservação, comunicação e investigação, que complementam o entendimento das relações entre informação, patrimônio e memória.

No que tange os processos de tratamento, organização e representação informacional dos documentos arquivísticos, as práticas representadas pela gestão de documentos focam em medidas que buscam identificar, classificar e preservar as propriedades funcionais, temáticas e físicas desses conjuntos documentais. Conforme o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005), a gestão de documentos consiste em um conjunto de procedimentos e métodos referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária⁷, visando sua eliminação ou recolhimento para a fase permanente. Para Medeiros e Amaral (2010), a gestão de documentos é um processo que visa intervir no ciclo de vida dos documentos, além de buscar a redução precisa da massa documental a um nível manipulável, com Bernardes e Delatorre (2008) complementando que a gestão de documentos recorre à pesquisa da produção documental e de seu organismo produtor, com intuito de identificar a tipologia e o fluxo informacional do documento produzido.

A gestão documental é composta pelas atividades de: produção de documentos, a partir da padronização de tipos e séries documentais; da utilização dos documentos, no qual são realizadas todas as atividades de protocolo e do arquivo, tais como registro, classificação, reprodução e formas de recuperação da informação; a destinação dos documentos, no qual inclui a avaliação do documento como meio de estabelecer um prazo de guarda e de destinação final; a tramitação, referente ao estudo das instâncias de decisão, padronização e

⁷ O ciclo de vida dos documentos se caracteriza em três fases: a 1ª idade, a fase corrente, referente a documentos vigentes e frequentemente consultado, compondo o arquivo corrente; a 2ª idade, a fase intermediária, referente a documentos de final de vigência, no qual aguardam a destinação final de exclusão ou recolhimento permanente e compõem o arquivo intermediário; e a 3ª idade, a fase permanente, referente a documentos que perderam a vigência administrativa mas são providos de valor secundário ou histórico cultural, compondo o arquivo permanente (BERNARDES; DELATORRE, 2008).

controle do fluxo documental; a organização e arquivamento, seguindo um plano de classificação estabelecido; a reprodução, referente à duas finalidades, a de preservação do documento ou a de reprodução do documento, a fim de substituí-lo; a classificação, no qual recupera o contexto de produção do documento, ou seja, a função e atividade que levou à produção deste; e a avaliação, onde é possível identificar valores dos documentos e analisar o ciclo de vida (BERNARDES; DELATORRE, 2008).

A classificação responsabiliza-se pelo funcionamento de algumas etapas de sistematização, onde segundo Sousa (2003, p. 240 apud RODRIGUES, 2006, p. 110), é entendida como medida crucial dentro da gestão de arquivos, pois esta “determina e é determinada pelas demais atividades que compõem a Gestão de Documentos”. Além disso, Rodrigues (2006) aponta que o termo classificação se refere somente aos arquivos correntes, determinando, através de um consenso arquivístico, o termo “arranjo” para a classificação nos arquivos permanentes.

A partir das funções citadas, foram desenvolvidos dois instrumentos que realizam de forma eficaz a gestão documental, sendo estes o Plano de Classificação de Documentos de Arquivos e a Tabela de Temporalidade de Documentos de Arquivos. Para Bernardes e Delatorre (2008, p. 10), além de simplificar e racionalizar o processo de gestão, estes instrumentos também garantem “maior agilidade e precisão na recuperação dos documentos e das informações, autorizando a eliminação criteriosa de documentos desprovidos de valor que justifique a sua guarda e a preservação dos documentos de guarda permanente”. Conforme as autoras, o Plano de Classificação corresponde à etapa de classificação e agrupa os arquivos com base no órgão produtor, função, sub função e atividade responsável por sua produção. A Tabela de Temporalidade caracteriza-se como instrumento resultante da atividade de avaliação, no qual define o prazo de guarda dos documentos e autoriza a exclusão ou recolhimento destes.

O tratamento informacional no âmbito museológico refere-se ao reconhecimento do significado, contexto e função do documento. Segundo Albuquerque (2015), os espaços museológicos desenvolvem normas e padrões que podem mediar as informações do objeto, levando em consideração a interlocução de seu contexto cultural. Conforme a autora, a catalogação envolve o tratamento documental, a partir da investigação dos dados extrínsecos e intrínsecos do objeto. Define-se estes dados a partir dos apontamentos de Mensch (1987), Ferrez (1998) e Chagas (2014), no qual é afirmado que o documento de museu é composto por propriedades físicas, intrínsecas, e propriedades ao significado e contexto, extrínsecas.

Compreende-se que o TTI, no processo de catalogação, se inicia na investigação das propriedades físicas do objeto e é direcionado para a investigação do conteúdo, através da pesquisa do histórico e estilo do objeto analisado (ALBUQUERQUE, 2015). Dessa maneira, o processo de catalogação busca o tratamento da relação física x relação temática, por intermédio da ficha catalográfica.

No que tange a prática em arquivos como processo que visa à organização, representação e recuperação informacional, e os procedimentos que realizam o tratamento documental, o foco será o processo descritivo dos documentos arquivísticos, a partir das normas nacionais de descrição.

Sousa et al (2006) aponta que a aplicação da descrição arquivística geralmente ocorre nos arquivos permanentes. Segundo Hagen (1998), o processo descritivo sofreu uma evolução sobre sua definição, onde, nos primeiros livros que tratam o processo, como, por exemplo, o Manual da Associação dos Arquivistas Holandeses (1898), a prática descritiva era apresentada de forma localizada, focando na construção de instrumentos de pesquisa que realizariam o processo técnico.

Nas décadas seguintes, com o intuito de padronizar o processo de descrição, o Conselho Internacional de Arquivos desenvolveu normas de referência que pudessem indicar de forma mais aprofundada as etapas de produção e aplicação desse procedimento. Entre elas, destacam-se a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD (G) e a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias – ISAAR (CPF). Segundo Sousa et al (2006), a preocupação com essa normalização da descrição no ambiente arquivístico é recente, datando aproximadamente no final da década de 80.

Os autores apontam que a ISAD (G) foi formulada em 1992, e publicada um ano depois, contendo como objetivo principal a descrição arquivística, seja no todo, seja em partes, de determinado acervo, a partir de estrutura hierárquica, “no qual a descrição é feita em níveis, denominando-se assim *estrutura multinível*” (SOUSA et al, 2006, p. 43), ou seja, é realizada do geral para o particular. A ISAD (G) possui os elementos de descrição caracterizados em Área de Identificação, referente a questões de título, data, dimensão, etc.; Área de Contextualização, referente ao nome do produtor, procedência e histórico; Área de Conteúdo e Estrutura, referente ao âmbito e conteúdo, arranjo, etc.; Área de Condições de Acesso e Uso, referente à condições de mediação, acesso informacional e instrumentos de pesquisa; Áreas de

Fontes Relacionadas, referente às notas de publicação e localização de originais e cópias; Áreas de Notas; e Área de Controle de Descrição, no qual é identificado o nome do arquivista.

Já a ISAAR (CPF) é uma norma que objetiva os pontos de acesso da descrição arquivística, lançada em 1996, com uma segunda edição publicada em 2004. A norma tem por objetivo garantir o entendimento dos conceitos e melhorar a prática de gestão de documentos. Encarada como complemento da ISAD (G), a ISAAR (CPF), em sua primeira edição, compreendia somente as áreas de Controle de Autoridade, Informação e Notas (SOUSA et al, 2006). Atualmente, em conformidade com a segunda edição, a ISAAR (CPF) estrutura o registro de autoridade em Área de Identificação, ligada ao tipo de entidade e nome de autoridade; Área de Descrição, ligada ao histórico, local, funções, ocupações e atividades; Área de Relacionamentos, referente aos nomes das entidades, ou indivíduos, relacionados; Área de Controle, relacionada ao identificador do registro de autoridade, etc. Sousa et al (2006) apontam que a ISAAR (CPF) foca na descrição dos produtores do documento, contendo metodologias localizadas presentes também na Biblioteconomia.

No cenário brasileiro, destaca-se a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE). Lançada em 2006, pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), a NOBRADE tem por objetivo estabelecer diretrizes de descrição de documentos arquivísticos no Brasil, compatíveis com as normas da ISAD (G) e ISAAR (CPF), propondo qualidade do trabalho técnico e contribuindo para a “economia de recursos aplicados, e para a otimização das informações recuperadas” (CONARQ, 2006, p. 10), adequada ao arquivo permanente, mas podendo ser utilizada nos arquivos intermediários e correntes. Contendo 8 áreas de descrição, a NOBRADE estrutura-se de forma semelhante às diretrizes da ISAD (G) e ISAAR (CPF), em Área de Identificação, Área de Contextualização, Área de Conteúdo e Estrutura, Área de Condições de Acesso e Uso, Área de Fontes Relacionadas e Área de Notas. Segundo Carpes e Flores (2014), dentre 28 elementos de descrição, somente sete são obrigatórios: código de referência; título; data; nível de descrição; dimensão e suporte; nome do produtor; condições de acesso.

A descrição, em ambos os campos, possibilita a construção de diferentes instrumentos de pesquisa onde, segundo Sousa et al (2006), tem por objetivo o acesso do usuário aos documentos e coleções. Conforme os autores, os instrumentos de pesquisa podem ser identificados como guias, sendo estes os instrumentos mais populares, permitindo uma visão geral do acervo; inventários, no qual estes abrangem o acervo e descrevem a composição do fundo arquivístico; catálogos, no qual incluem todos os documentos pertencentes a diversos

fundos e agrupa pelo mesmo assunto; repertórios, no qual apresentam descrições minuciosas sobre documentos mais específicos ou de grande importância; índices, referente ao agrupamento de descritores, termos ou palavras-chave, que complementam os catálogos; e tabela de equivalência ou concordância, no qual acompanha a evolução terminológica dos arquivos (SOUSA et al, 2006, p. 44-45).

O processo de descrição no âmbito museológico busca atender as características físicas e de conteúdo do objeto, resultando na construção de terminologias e resumos, denominados como “descrição do objeto”, que representam o documento. Na Museologia, a norma padrão para a formulação de procedimentos descritivos e construção de metadados é a do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC), do ICOM, intitulada como Declaração de Princípios de Documentação em Museu e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação. Publicada no Brasil em 2014, em parceria com o Museu da Imigração do Estado de São Paulo e a Pinacoteca do Estado de São Paulo, a norma objetiva orientar os espaços museológicos “no desenvolvimento de suas políticas de gestão de documentação e acervo” (CIDOC, 2014, p. 19). Para atender ao registro das matrizes do documento museológico, a diretriz contém 22 grupos de informação, sendo os principais referentes à identificação, conservação, fotografia, aquisição, medição, assunto representado, etc. Entretanto, parte dos espaços museológicos não utilizam a diretriz do CIDOC, resultando na criação das próprias normas de descrição ou utilização de diretrizes de outras bibliografias da Museologia, como a obra de Cândido (2006), intitulada “Documentação Museológica”, presente no Caderno de Diretrizes Museológicas. Na obra, a autora indica os procedimentos de descrição por intermédio da ficha catalográfica, no qual é possível construir um panorama informacional do documento registrado.

Em relação ao armazenamento de documentos arquivísticos em formato digital, destacam-se os Repositórios Arquivísticos Digitais como elementos da preservação e descrição de documentos e do fluxo informacional. Para Santos e Flores (2015), os repositórios digitais são ambientes autênticos que permitem a preservação a longo prazo, a partir de ferramentas para implementação de estratégias e a aplicação de metadados, no qual os autores complementam que estes metadados, dentro do ambiente do repositório virtual, podem ser preservados junto aos documentos digitais. Nas Diretrizes para a Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis, o repositório digital é definido como “ambiente de armazenamento e gerenciamento de materiais digitais” (CONARQ, 2015, p. 9), e

o repositório arquivístico digital é entendido como um ambiente que armazena e gerencia os documentos em fase corrente, intermediária e permanente.

Nesse ambiente digital, destaca-se, como repositório arquivístico, o software *Access To Memory* (AToM) como principal ferramenta de descrição de documentos arquivísticos. Anteriormente tratado como Ica-AToM, ligado ao Conselho Internacional de Arquivos (CIA), o repositório é um software livre utilizado para descrição de documentos a partir das normas da ISAD (G) e da ISAAR (CPF). Segundo Lima e Flores (2016), este software era encarado apenas como instrumento de descrição, todavia, sua funcionalidade atual corresponde as funções de acesso e uso informacional. Conforme os autores, o AToM pode ser considerado como uma “plataforma de acesso e difusão das informações custodiadas pelas instituições públicas, servindo como meio de possibilitar o acesso dos documentos públicos à sociedade, como determina a Lei de Acesso à Informação” (LIMA; FLORES, 2016, p. 221). Além disso, por conter opções para a customização de metadados, o AToM abre margem para construção de instrumentos documentários por intermédio de suas ferramentas. Para Batista (2018, p. 155), o AToM tem “possibilitado o registro informacional dos objetos, de forma eficiente e eficaz, ao considerar as limitações existentes na instituição, na situação do acervo e a falta de recursos”.

Os metadados são elementos utilizados para a descrição e gestão de documentos no ambiente eletrônico/digital. Lucca, Charão e Stein (2006) apresentam a definição de metadados, da Dublin Core Metadata Initiative, em que estes são conjunto de dados estruturados, que captam elementos de determinado documento, permitindo identificar o modo de descrição, uso e preservação. Para Sayão (2010), os metadados podem ser identificados em três categorias: descritivos, estruturais e administrativos. Para esta pesquisa, os metadados descritivos são o foco para o desenvolvimento da proposta de reestruturação do instrumento documentário. Segundo o autor, os metadados descritivos são definidos como a face mais conhecida dos metadados, no qual estes descrevem um recurso com o objetivo de descoberta e identificação, incluindo elementos referentes ao título, autor, palavras-chave, resumo, etc.

No cenário museológico, ainda não é popularizado um repositório virtual e metadados que refletem as diretrizes internacionais do CIDOC, tal como é o caso do AToM e do ICA. Segundo Lima, Santos e Segundo (2016, p. 67), no neste contexto, “os museus, em sua maioria, ainda não utilizam normas e padrões de metadados que possibilitem uma melhora no acesso da informação pelo usuário nem a interoperabilidade entre sistemas de museus

internacionais”. No entanto, existem opções de softwares que realizam a gestão dos acervos museológicos, como o Tainacan, que customiza metadados descritivos a partir das necessidades dos espaços museológicos. Conforme Martins, Carmo e Germani (2018), o Tainacan é um software livre que permite organizar a publicações informações de diferentes acervos de espaços de memória, possibilitando a construção de uma rede virtual de acervos digitais e se popularizando entre instituições museológicas públicas.

3 PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA MUSEOLOGIA: DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA

O processo de documentação em museus, ou Documentação Museológica, consiste em uma série de técnicas e procedimentos que realizam o registro, organização, representação e difusão das informações contidas no objeto em museus. Importante nas discussões teóricas no campo da Museologia, a documentação museológica se faz presente como uma das etapas que compõe o processo de musealização. Conforme Cury (2005), entende-se a etapa de documentação como responsável pela sistematização das informações referentes à peça museológica, buscando métodos eficazes para a disseminação de suas propriedades.

Com os avanços teóricos na Museologia, algumas reflexões sobre os termos “documentação de museus”, “documentação em museus” e “documentação museológica” foram propostas nos últimos anos. Segundo Ceravolo (1998), o termo “documentação de museus” corresponde à prática de documentar no âmbito dos espaços museológicos, no processo de documentação de informações. Além disso, a autora aponta que o termo “documentação museológica” refere-se diretamente à noção, segundo suas palavras, “simplória”, da Museologia enquanto campo prático, se limitando às atividades em museus. Em complemento, Carvalho e Scheiner (2014, p. 4588) apontam que a confusão terminológica entre os termos “documentação em museus” e “documentação museológica” se dá “por conta da fusão da Museologia e os museus”, no qual as autoras apontam que o termo “museológico” pode ser relacionado ao âmbito dos museus, resultando em uma simplificação errônea da Museologia enquanto que disciplina que estuda somente os museus. Neste trabalho, optou-se a usar tanto o termo “documentação em museus”, conforme os apontamentos acima, como também o termo “documentação museológica”, popularizado por autoras como Padilha (2014), Yassuda (2009) e Cândido (2006).

A abordagem deste capítulo refere-se à identificação da Documentação Museológica enquanto processo de Organização e Representação da Informação. Desta maneira, serão apresentadas noções a respeito da origem da Documentação Museológica, definições, distinções entre Sistema de Documentação em Museus (SDM) e Sistemas de Informação Documentária em Museus (SIDM) e a identificação dos conceitos de Análise Documentária neste processo e nos seus instrumentos de pesquisa. Por fim, serão explicitadas definições a respeito da ficha catalográfica e suas propriedades.

3.1 UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A DOCUMENTAÇÃO EM MUSEUS

Apesar da documentação em museus ser uma prática antiga, durante séculos, sem procedimentos padronizados ou regras, esta atividade era realizada com intuito apenas de identificar os objetos das instituições museológicas. Conforme Ceravolo e Tálamo (2007), essa prática era considerada de menor qualidade, quando comparada às outras atividades, como a conservação e a expografia. Até a década de 1950, a documentação “era guiada por visões singulares e do bom senso” (CERAVOLO; TÁLAMO, 2007, p. 2).

Em seu estudo a respeito da documentação museológica, Ceravolo e Tálamo (2007, p. 2) afirmam que o estabelecimento deste eixo percorreu um caminho gradativamente lento, passando por “fases de acerto e erro, envolvendo, inclusive, uma certa tensão no seu exercício já que, dependendo da natureza das coleções que um museu abriga, são os curadores ou especialistas que a exercem”. Neste período, era atribuído ao responsável pela documentação o papel de coadjuvante, ignorando a importância deste nas comissões que discutiam as ações a serem executadas no acervo. Com isso, “a importância da documentação de museus escapava, de fato, a muitos trabalhadores dessas instituições” (CERAVOLO; TÁLAMO, 2007, p. 2).

A partir de meados do século vinte, a prática de documentação em museus foi discutida e lentamente delineada. Destacam-se, como casos que possibilitaram o aprimoramento da área, as iniciativas do L’Office International des Musées (OIM), uma agência integrante do International Institute of Intellectual Cooperation (Liga das Nações), com sede em Paris, na qual propôs, no período de 1927 a 1945, a formulação e aplicação de fichas e etiquetas descritivas, para o suporte e identificação das obras de arte em trânsito internacional (CERAVOLO; TÁLAMO, 2007). Compreende-se que as medidas propostas pelo OIM demarcam um momento de consolidação da documentação museológica, por conta da formulação de fichas de identificação, planos de classificação e demais instrumentos que seriam importantes na transformação dessa prática.

Outro marco na trajetória da documentação museológica é a criação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC), em 1950, adjunto ao International Council of Museums (ICOM). Ligado à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e criado em 1946, o ICOM é um órgão dotado de comitês e subcomitês responsáveis pelos eixos que envolvem a esfera museológica. Parte ativa do ICOM, o CIDOC é responsável pela criação e normalização de políticas, ações e técnicas que permitem a organização e representação das informações dos objetos museológicos. Supervisionado, na época, pelo Centro de Documentação da UNESCO/ICOM, este comitê recebeu apoio da

bibliotecária Yvonne Oddon⁸, que “ajudou a moldar um esquema de classificação museológica para bibliotecas e centros especializados em museus” (CERAVOLO; TÁLAMO, 2007, p. 3). Desta maneira, o CIDOC oferece à comunidade museológica “conselhos sobre boas práticas e desenvolvimentos na documentação dos museus” (ICOM/CIDOC, s/d)⁹.

Entre as ações do CIDOC, destaca-se a tentativa em coordenar os sistemas de documentação, com o uso de métodos informatizados, a partir do Grupo de Trabalho para a Documentação de Coleções. Após a missão em instaurar uma padronização de um plano internacional para o registro de museus, na década de 60, o comitê “defrontou-se com a proposição de extrair procedimentos normalizados dos sistemas existentes que pudessem satisfazer a maioria dos sistemas informatizados” (CERAVOLO; TÁLAMO, 2007, p. 3). Nota-se que o comitê se responsabilizou em converter para o meio informatizado o máximo de normas ligadas aos sistemas de documentação, realizadas, até então, apenas no meio analógico, tentando desenvolver um sistema de documentação padronizado e informatizado para o uso em museus. Posteriormente, em 1976, é concluído que

a informatização não poderia resolver problemas de coleta sistemática de informações sobre a propriedade cultural — questão a ser adotada por políticas nacionais —, mas poderia tratar do armazenamento, organização e comunicação dessa informação de modo rápido. Um comitê de documentação é então criado. Composto por membros de 22 países, institui três grupos de trabalho para tratar especificamente da terminologia, bibliografia e documentação de coleções de museus (OLCINA, 1986, p. 312 apud CERAVOLO; TÁLAMO, 2007, p. 3-4).

Nota-se que a expansão informacional e a popularização do ciberespaço¹⁰ não adentraram, em um primeiro momento, na documentação museológica na segunda metade do século vinte. Segundo Ceravolo e Tálamo (2007), apesar disso, a documentação em museus não escapou da discussão referente à informatização como forma de resolução dos problemas encontrados na área. Destaca-se que a expansão do meio informacional colaborou para a formulação de catálogos virtuais e meios para a recuperação das informações, assim como foi possível abrir margem para a compreensão da documentação e sua atuação nos museus (CERAVOLO; TÁLAMO, 2007).

Ceravolo e Tálamo (2007) também reconhecem como componentes da trajetória da documentação museológica, em um contexto brasileiro, os trabalhos de José Antônio do Prado Valladares (1946), Regina Real (1958) e Fernanda Camargo-Moro (1986). A

⁸ Yvonne Oddon (1902-1982) foi uma das responsáveis pela reforma das bibliotecas francesas, além de membro da resistência francesa durante a Segunda Guerra Mundial.

⁹ Disponível em: <http://network.icom.museum/cidoc/organisation/who-we-are/>. Acesso em 25 jun., 2019

¹⁰ Pierre Levy define o ciberespaço como o “principal equipamento coletivo internacional da memória, pensamento e comunicação” (LEVY, 1999, p. 167).

participação brasileira nesta trajetória está ligada as práticas desenvolvidas em alguns museus do país, bem como bibliografias referentes a instruções e recomendações publicadas. O livro de Valladares (1946), denominado *Museus para o povo*, consistia em ações de documentação ligadas ao registro dos objetos por meio de etiquetas. Com o estudo *Museu Ideal*, de 1958, Regina Real sustenta a importância das etiquetas no espaço museológico, apresentando também o termo “ficha de registro” (CERAVOLO; TÁLAMO, 2007).

Destaca-se entre as obras nacionais o trabalho de Fernanda Camargo-Moro, de 1986, denominado *Museus Aquisição/Documentação*. Neste estudo, a autora reúne e padroniza recomendações relacionadas à documentação em museus, desde a entrada dos objetos no museu, por meio das tipologias de aquisição; a realização de um diagnóstico inicial das peças; a formulação de etiquetas provisórias; as normas de marcação no objeto; a criação das fichas catalográficas e os instrumentos para a classificação dos acervos. É possível também encontrar recomendações referentes ao registro fotográfico para o auxílio da documentação. Dessa maneira, pode-se afirmar que este livro contribuiu para os setores de documentação em várias instituições museológicas, além de, posteriormente, embasar diversas pesquisas que fortaleceram a documentação museológica no país.

A obra *Thesaurus para Acervos Museológicos* pode ser considerada um dos pontos de referência no que tange a potencialização da documentação em museus no Brasil. Publicada em 1987, pela Fundação Nacional Pró-Memória, e de autoria de Helena Dodd Ferrez e Maria Helena Bianchini, o Thesaurus é responsável pela terminologia referente às diversas tipologias de acervo. Dividido em duas partes, em ordem alfabética e sistemática, esta obra apresenta uma lista contendo o termo geral e relacionado dos objetos museológicos. Deste modo, compreende-se que o Thesaurus para Acervos Museológicos contribuiu para a discussão da organização e representação do conhecimento no âmbito da Museologia.

Outro ponto de interesse é a criação do Sistema de Informação do Acervo do Museu Nacional de Belas Artes (SIMBA). Criado para o Museu Nacional de Belas Artes (MNBA), do Rio de Janeiro, este sistema está ligado ao banco de dados DONATO e baseado no Thesaurus para Acervos Museológicos. Este software foi criado com intuito de propor “a catalogação e gerenciamento de informações de seu acervo e desenvolvido para atender às necessidades de trabalho dos técnicos do MNBA, bem como de pesquisadores e visitantes” (LIMA; SANTOS; SEGUNDO, 2016, p. 65). A criação do SIMBA/DONATO marca a consolidação do primeiro sistema informatizado para a gestão de acervos museológicos no

país, a partir do uso de instrumentos de documentação museológica, como a determinação de classes e subclasses das peças e as formas de aquisição.

Com a entrada do século vinte e um, a documentação museológica tornou-se um dos principais eixos da Museologia. Deste modo, nota-se que seu aprimoramento e atualização é constante, abrindo espaço para discussões referentes à padronização e estabelecimento de políticas e normas para o registro das informações dos acervos museológicos. Nota-se também que, com o passar dos anos, a documentação em museus possui instrumentos que facilitam o registro e identificação do objeto, assim como o entendimento de sua função e narrativa. Em grande parte, estes instrumentos foram adquiridos de outras áreas e adaptados à realidade museológica, como a ficha catalográfica. Entretanto, este eixo ainda enfrenta adversidades, como ausência de um sistema que possa reunir dados dos mais diversos espaços museológicos, que possa contribuir para a construção da memória nacional. Ademais, é possível afirmar que a documentação museológica caminha para uma otimização, a partir da crescente discussão global a respeito da “elaboração de um ambiente museológico que acompanhe a tendência mundial de compartilhamento da informação” (LIMA; SANTOS; SEGUNDO, 2016, p. 68).

3.2 CONCEITOS E ETAPAS DA DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA

Delinear um processo de Documentação Museológica não é de fácil tarefa, pois diversas tendências moldam essas discussões. Neste sentido, compreende-se que este processo pode estar atuando em realidades divergentes como, por exemplo, o uso em curadoria de objetos artísticos, por meio de execução de diagnósticos destes objetos, nos debates referentes à necessidade da Análise Documentária dentro do processo de documentação em museus (CERAVOLO, 1998) e, no âmbito da Ciência da Informação e Organização do Conhecimento, as propostas de tecnologia e inovação que circundam o documento em museus. Autoras como Padilha (2014), Ferrez (1994) e Cândido (2006) apontam que a Documentação Museológica tem por finalidade o registro, análise, tratamento, organização e difusão das informações pertencentes nos acervos museológicos, além de ter por intuito a transformação do conteúdo do objeto/documento de museu em conhecimento.

Pioneira nas discussões referentes à Documentação Museológica no contexto brasileiro, Camargo-Moro (1986) aponta que, no ato de estabelecer um sistema de documentação apropriado para os objetos museológicos, deve-se levar em consideração as estruturas técnicas, gerais e especializadas, bem como suas convenções. Nesse sentido, é possível

afirmar que uma das primeiras operações deste procedimento é o conhecimento e análise aprofundados das peças de acervo.

Na concepção de Ferrez (1994), a Documentação Museológica é um conjunto de informações referentes aos itens museológicos, no qual são representados por meio de palavras e fotografias. Além disso, este processo é considerado como um instrumento de recuperação de informações, conforme a interpretação dos objetos de museu como fontes informacionais para pesquisas científicas. Padilha (2014, p. 35) complementa afirmando que a documentação de acervos museológicos tem por finalidade a compilação de dados e o tratamento informacional de cada objeto adquirido por um espaço museológico. A autora também aponta as diferenças do termo “documentação”, no âmbito das instituições museológicas, onde se faz alusão ao registro das peças de museu, mas também se refere à “documentação produzida pela instituição para legitimar suas práticas desenvolvidas”, como por exemplo documentos de caráter administrativo.

Para Chagas (1994), a construção teórica da documentação em museus é realizada por intermédio por três conceitos fundamentais: a preservação, a comunicação e a investigação. Dentro da esfera museológica, compreende-se que estes conceitos estão presentes em recomendações e políticas que encorajam os museus em seus papéis de difundir. Em vista disso, conseqüentemente, o processo de Documentação Museológica é responsável pela formulação de instrumentos, etapas, operações, etc., que possam otimizar as estratégias de pesquisa, disseminação e preservação dos acervos para o público, possibilitando o fortalecimento da relação indivíduo x museu.

Em suma, o processo de Documentação Museológica compromete-se com a produção do conhecimento. Diante disso, Cândido (2006) aponta que

[...] a produção de conhecimento dentro de um museu demanda uma rotina de pesquisa interdisciplinar, associada a discussões teóricas, além de uma constante interlocução com outras áreas que operam, de algum modo, com a questão do documento / bem cultural. Esses são os fundamentos básicos para a aplicação de um sistema de documentação museológica que atenda às demandas contemporâneas de socialização de informações e de construção contínua de memórias e identidades (CÂNDIDO, 2006, p. 35).

Nesse sentido, compreende-se que este procedimento envolve uma cooperação entre os diversos setores de um museu, assim como o estabelecimento de relações extramuros. Além disso, a execução de etapas de um sistema de documentação em museus também encontra sua base na experiência cognitiva dos documentalistas, a partir de experiências prévias que

permitem o melhor registro e organização das informações, presente no processo de análise e síntese documental, conforme apresentado acima.

Este processo abarca desde a aquisição dos objetos até a comunicação e representação por meio de exposições ou a elaboração de índices, inventários e catálogos. Padilha (2014) aponta que a Documentação Museológica se inicia pela seleção da peça, por meio dos processos de doação, até a difusão da informação localizada no objeto. Segundo Padilha (2014, p. 13), o tratamento informacional dos acervos museológicos é realizado da seguinte maneira:

- **Selecionar**, através de ações de aquisição por parte dos museus;
- **Pesquisar**, a partir de uma análise das propriedades físicas, iconográficas, históricas e estilísticas do objeto;
- **Interpretar**, interpretação do objeto sob um contexto histórico ou social;
- **Organizar**, momento da descrição, classificação, produção de termos relacionados ao objeto;
- **Armazenar**, formulação de acondicionamento para peça, a partir da premissa de que tudo deve ser conservado e documentado;
- **Disseminar**, ação por intermédio do uso de termos, ou palavras-chave relacionados ao objeto, a partir de um sistema de recuperação de informações;
- **Comunicar**, a partir do uso de exposições, educação patrimonial e demais ações culturais, com base nas informações obtidas.

Para a execução destas etapas, são utilizados produtos documentários que permitem um melhor desempenho. Pode-se afirmar que estes são provenientes do processo de documentação em museus. Com isso, dentre estes, destacam-se a utilização da Ficha Catalográfica e as Linguagens Documentárias (LD). Pode-se afirmar que estes instrumentos são pontos interessantes para o processo de documentação, onde a ficha catalográfica permite a análise completa do objeto, sua descrição e formulação de um resumo que possa representar o conteúdo da peça. Além disso, este instrumento também implica no registro de dados extrínsecos, definidos pelo contexto do objeto museológico e suas características iconográficas, estilísticas e históricas.

As Linguagens Documentárias são formuladas partindo de uma pesquisa prévia, buscando compreender e interpretar as finalidades do objeto. Em vista disso, as LD's têm por finalidade a representação dos objetos museológicos por meio de termos e palavras-chave, com base na função destas peças.

3.3 A DOCUMENTAÇÃO MUSEOLÓGICA E A ANÁLISE DOCUMENTÁRIA

Pode-se afirmar que a Análise Documental pode ser identificada na documentação museológica? A resposta para a questão é talvez, visto que ambas as práticas são encaradas como uma forma de tratamento documental, com intuito de possibilitar a disseminação do conteúdo de seus documentos.

Ao tentar desenvolver uma identificação de conceitos, compreende-se que grande parte das etapas do processo analítico-sintético, elaborado por Guimarães, Moraes e Guarido (2007), reside na etapa de organização apontada por Padilha (2014). Em um exercício de observação, pode-se afirmar que as operações na Análise Documental presentes na Museologia são visualizadas da seguinte forma:

Leitura Documentária

Como primeira etapa, a leitura documentária propõe uma análise técnica do documento, a partir de fatores cognitivos e um conhecimento prévio. No âmbito museológico, a leitura documentária é realizada desde o primeiro contato com o objeto, buscando compreender as características suas físicas do objeto, independente do suporte. Em relação às normas, definir um procedimento padrão de leitura documentária para os objetos de museus torna-se uma tentativa infrutífera. O objeto de museu pode ser qualquer coisa, a partir de sua significação. Contudo, pode-se destacar um procedimento padrão prévio, com a leitura de pinturas, gravuras, desenhos, etc., registradas em um suporte bidimensional. Com base em experiências adquiridas com decorrer do tempo, a leitura documentária destes documentos pode ser realizada observando minuciosamente os detalhes da obra, começando pela parte superior, até a inferior, seguindo pela esquerda até a direita.

Identificação de Conceitos

Pós leitura do documento, a identificação dos conceitos do documento museológico se realiza a partir de uma pesquisa deste. Qual sua definição? A que este se refere? Em que contexto ele se insere? Estas são perguntas comumente realizadas para reconhecer o conteúdo e conceito da obra. No caso de objetos históricos, torna-se fácil identificar suas propriedades.

Deve-se levar em consideração também a quem o objeto pertenceu, seja indivíduo ou comunidade, fatores esses que devem ser destacados para a localização conceitual do documento

Seleção de Conceitos

Ligada diretamente à identificação de conceitos, esta etapa tem por objetivo selecionar o que vai ser representado. No meio museológico, a seleção leva em consideração todas as propriedades do objeto, abarcando desde suas dimensões, localização, e a presença deste em alguma publicação científica. Contudo, esta etapa ainda respeita uma ordem de importância do que vai ser representado. Desta maneira, pode-se afirmar que os conceitos de classe primária se referem às propriedades históricas, iconográficas, estilísticas e sociais do objeto. Por seguinte, a classe secundária abarca as características físicas, as marcas, as dimensões do objeto, as formas de aquisição, etc. Por último, a classe terciária está ligada às características adicionais da obra, como a presença desta em alguma publicação científica.

Condensação Documental

A Condensação Documental tem por objetivo a criação de resumos e índices para a representação. Dentro da Documentação Museológica, este processo de síntese, pós análise, é realizada na ficha de catalogação, a partir da descrição. A compressão do texto-base, ou documento-base, é executada como uma segunda leitura. Contudo, o resumo produzido engloba todos os conceitos de primeira classe, representando o máximo do conteúdo documental. No quesito de índices e terminologias, o Thesaurus¹¹ para Acervos Museológicos¹² é um dos principais exemplos.

Representação Documental

Como última etapa, a representação documental é realizada na etapa de disseminação na Documentação Museológica. O conteúdo documental dos acervos museológicos é representado por meio de terminologias, índices e resumo. Dessa maneira, a Museologia formula catálogos e estratégias que possibilitam o usuário realizar uma busca direta. Não há

¹¹ Considerado como uma Linguagem Documentária, o Thesaurus, ou Tesouro, refere-se à uma relação de termos de domínio, com finalidade da indexação e recuperação em um sistema de recuperação da informação. O Tesouro não é moldado a partir de uma linguagem natural, mas de uma lista de termos correspondentes a um referente (CAMPOS; GOMES, 2006).

¹² O Thesaurus para Acervos Museológicos é uma lista de terminologias referentes a dezesseis categorias de acervos museológicos. Lançado em 1987, este foi construído por Helena Dodd Ferrez e Maria Helena Bianchini.

um formato padrão para a realização destes, cabendo a cada museu desenvolver suas estratégias de busca e de representação, com base no Thesaurus.

3.4 USO E ACESSO DAS INFORMAÇÕES EM MUSEUS

A usabilidade de informações é um dos principais fatores que rodeiam a missão de um museu. Com isso, formular estratégias de busca para os usuários torna-se uma obrigação. Se a Documentação Museológica visa o registro e organização das informações dos acervos museológicos, pode-se afirmar que esta também se responsabiliza pela concepção de novas formas para o uso e acesso das informações para os museus, a partir de catálogos, índices e demais instrumentos (CAMARGO-MORO, 1986).

No âmbito museológico, o usuário é interpretado como todo o visitante, ou pesquisador, interessado nas ações culturais e pesquisa nos acervos de um museu. Na perspectiva do visitante, as exposições são o principal atrativo. Neste sentido, a Documentação Museológica atua como mediadora das informações contidas no objeto museológica para os salões de exposição. Dessa maneira, este processo busca auxiliar na formulação de planos expográficos que possam incluir uma participação dinâmica dos usuários, por intermédio de propostas de mediação e educação cultural (NASCIMENTO, 1994).

O processo de documentação ultrapassa as noções primárias, como registro, identificação e numeração (NASCIMENTO, 1994). À vista disso, compreende-se que o acesso e o uso de informações, com o apoio deste mesmo processo, perpassa a esfera da comunicação cultural. Segundo Nascimento (1994),

[...] a documentação museológica vai fundamentar o fazer museológico das outras ações no interior da instituição museu, não deve ser entendida como a principal, ou a mais importante, mais deve ser concebida como um processo educativo e comunicativo que estará engajado à uma concepção de Educação e de Museu, não sendo assim, continuará como um banco de dados de ítems que nada comunicam, a não ser o que menos se necessita para a compreensão do objeto museal (NASCIMENTO, 1994, p. 37).

Deste modo, parte das estratégias de uso e acesso em museus se dá pela ação cultural, mediação cultural e educação patrimonial, potencializados pelo processo de Documentação Museológica.

Na perspectiva da pesquisa, a Documentação Museológica é o principal agente de aproximação entre usuário e museu. Para a busca de informações, coleções, objetos e demais conteúdos, sejam históricos, iconográficos e estilísticos, o processo de documentação em museus elabora instrumentos e estratégias para disponibilizar as informações, por intermédio

de sistemas de busca online, utilizando terminologias, imagens, índices, catálogos e demais instrumentos de representação de conteúdo do objeto museológico.

Entretanto, o meio museológico enfrenta algumas dificuldades referente ao acesso de informações. A interpretação de usuário no âmbito dos museus define-se, em parte, pelos visitantes que frequentam e entram em contato com as experiências de mediação cultural. A ideia de um usuário que busca informações, partindo de suas necessidades, nos acervos museológicos, geralmente não é uma preocupação dos museus. A utilização de sistemas de recuperação da informação e a preocupação com a formulação de estratégias de busca estão cada vez mais presentes em arquivos e em bibliotecas do que em museus. Dessa forma, compreende-se que os espaços museológicos ainda não se propõem a discutir, de forma mais ferrenha, a importância destes sistemas como instrumentos para a potencialização da operação de difusão.

3.5 SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO EM MUSEUS (SDM) E SISTEMA DE INFORMAÇÃO DOCUMENTÁRIA EM MUSEUS (SIDM)

Ao desenvolver um parâmetro entre Sistema de Documentação em Museus (SDM) e Sistema de Informação Documentária em Museus (SIDM), pode-se atentar à semelhança de ambos enquanto Sistemas Documentários. Conforme Ortega e Lara (2010), estes Sistemas Documentários referem-se à base de dados que tem por finalidade o registro, no qual cada registro é composto por campos. O registro é a unidade principal de um Sistema Documentário, responsável pela interpretação da finalidade deste sistema. Nesse sentido, a ligação entre SDM e SIDM tem como base a unidade de registro, aproximando ambos os sistemas em seu processo de organização informacional.

No entanto, Sistemas de Documentação em Museus e Sistemas de Informação Documentária em Museus apresentam também divergências quando comparados. Cabe ressaltar que o SDM provém da teoria e métodos da Documentação Museológica, dentro do âmbito da Museologia, levando em consideração o histórico e significação do objeto/documento e o meio de aquisição, e resultando na representação e mediação do conteúdo para fins de comunicação e pesquisa. No sentido contrário, os SIDM's seguem o viés da Documentação, embasada por Otlet, com o Tratado de Documentação, de 1934, e por demais pensadores. No que tange o conceito de Documentação nesse viés, pode-se concordar que este se define pelo “desenvolvimento de técnicas e princípios preocupados com a organização e recuperação informacional, voltada ao tratamento documental” (SIQUEIRA, 2010, p. 63).

Os Sistemas de Documentação em Museus e a Documentação Museológica, mesmo presentes em uma esfera epistemológica diferente, correspondem às práticas e métodos encontrados no campo da Biblioteconomia. Na década de 60, a bibliotecária Yvonne Oddon, sugeriu para composição da Documentação Museológica e SDM's, etapas referentes ao processamento técnico, partindo da modelação de fichas e caracterização dos instrumentos documentários, responsáveis pela descrição e classificação dos objetos, assim como no âmbito biblioteconômico (CERAVOLO; TÁLAMO, 2000).

3.6 FICHA CATALOGRÁFICA

A ficha catalográfica de acervos museológicos é um dos principais instrumentos que compõem um Sistema de Informação Documentária em Museus. Denominado por Camargo-Moro (1986) como ficha de inventário, ou ficha de registro, este instrumento de pesquisa foi formulado por Yvonne Oddon e possibilitou inicialmente o tratamento descritivo de objetos museológicos, a partir da captação de dados referentes ao suporte e demais propriedades físicas. Com a definição de informação museológica delineada, autoras como Cândido (2006), Yassuda (2009) e Padilha (2014) expandiram a ficha catalográfica para funções de registro de relações extrínsecas, incluindo esferas de relações sociais e buscando formular um panorama informacional completo referente aos objetos registrados.

Entende-se que a ficha tem por objetivo o registro de informações referentes a determinada peça, a partir da elaboração de metadados descritivos que possibilitam esta ação. Para Padilha (2014), a ficha de catalogação pode ser compreendida como um auxílio indispensável no processo de registro das informações de uma peça. Botallo (2010) infere sobre a utilização do documento de catalogação como uma ferramenta de trabalho, onde este possibilita um agrupamento de dados informacionais. Pode-se afirmar que a ficha de documentação realiza o registro, organização e difusão das propriedades informacionais do objeto museológico. Além disso, Yassuda (2009) complementa que a ficha de registro é um instrumento que direciona o tratamento informacional no âmbito museológico, a partir da sua possibilidade em descrever, interpretar e indexar as informações ligadas ao conteúdo e suporte do item museológico registrado.

Historicamente, a ficha de catalogação era utilizada em diversos sistemas de documentação museológica, no qual estes percorreram um lento processo de desenvolvimento e otimização de suas técnicas e métodos (CERAVOLO; TÁLAMO, 2007). Junto à evolução da documentação museológica no meio científico, a ficha catalográfica sofreu as mais diversas mudanças em seus campos. Contudo, mesmo com o corte ou extensão de suas

propriedades, este instrumento sempre foi dotado de sua característica primária, a captação de informações.

Este instrumento possui em sua principal missão o registro e organização das informações e dados coletados de determinada peça, funcionando como uma identidade de um objeto museológico salvaguardado pelo museu, fornecendo uma numeração de inventário e uma classificação adequada para o enquadramento deste objeto no banco de dados da instituição.

Considerada também como auxílio para o profissional de museu, uma ficha catalográfica sustenta grande parte das investigações referentes ao objeto museológico. Para Ferrez (1994), este documento de registro e organização compõe o sistema de documentação de um museu e, mediante a isso, é responsável pela intermediação entre o pesquisador e as informações contidas no artefato. Dessa maneira, o caráter aproximativo que possibilita a relação homem x objeto se faz presente nas funções deste instrumento catalográfico.

Contudo, não se deve omitir o viés de mediação presente nas fichas catalográficas, a partir de sua função de disseminação. Com isso, complementa-se que o documento de catalogação de acervos museológicos, sendo bem utilizado pelo profissional de museu, deve possibilitar, para os pesquisadores interessados, um caminho acessível à informação (FERREZ, 1994). A ficha catalográfica de um museu é um instrumento chave para organização geral de dados e informações referentes às coleções e acervos. Esta pode ser definida pelo seu objetivo em propor campos que facilitem um registro eficiente das características de uma peça, buscando organizar e difundir a carga informacional obtida no processo. Nesse sentido, entende-se também que o instrumento de documentação museológica, é delineado como um “agente de aproximação” entre o museu e o meio social e científico no qual faz parte.

4 MUSEU DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ: HISTÓRICO, ACERVOS E O SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO

Neste capítulo foram abordados pontos referentes ao histórico do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, sua construção e tombamento, e a criação do Museu do IHGP, focando na formação de seu acervo e a proposta de pesquisa e salvaguarda desse conjunto documental. Este segmento também focou na discussão e aplicação do sistema de documentação do acervo, em especial a elaboração dos instrumentos de pesquisa. Posteriormente foi discutido o processo de criação da ficha catalográfica e as instruções de descrição, influenciada pelas ideias de Cândido (2006), assim como o processo de avaliação desse instrumento de pesquisa realizado em 2017, identificando as fragilidades encontradas na ficha catalográfica, apresentadas no Trabalho de Conclusão de Curso “Museu e Informação: Uma Proposta de Avaliação da Ficha de Catalogação do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará”.

4.1 O MIHGP, SUA FORMAÇÃO, A CONSOLIDAÇÃO DE SEUS ACERVOS E SUAS PERSPECTIVAS ATUAIS

Parte integrante do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), o MIHGP é um museu histórico que abriga acervos referentes a variados contextos históricos brasileiros e paraenses. O museu, junto à sede do IHGP, está localizado no prédio histórico denominado Solar do Barão de Guajará, deste modo, o MIHGP atribui-se de diversas peças doadas, pelos sócios do IHGP, a sua instituição regente. O edifício se encontra na antiga Tomázia Perdigão, hoje rua D’Aveiro, nº 62, Cidade Velha, em frente à Praça D. Pedro II, integrando o leque de prédios tombados que compõem o Centro Histórico de Belém – Pa.

Fundado em 03 de maio de 1900, e reinstalado em 06 de março de 1917, o Instituto Histórico e Geográfico do Pará surgiu durante o período republicano, reunindo em suas assembleias diversas figuras políticas e intelectuais da época (NEGRÃO; MAIA, 1998). Originalmente denominado como Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Pará, este possuía como objetivo propor debates e estudos referentes ao contexto em que os integrantes viviam, englobando as esferas históricas, geográficas e etnográficas, sobre o cenário amazônico. Em relação ao seu caráter constitutivo, Negrão e Maia (1998) afirmam que esta instituição foi primordialmente idealizada e administrada pelos seus sócios fundadores, dentre estes se destacam figuras conhecidas, como Palma Muniz, Domingos Antônio Raiol e entre outras personas que colaboraram nos primeiros avanços da pesquisa regional.

O edifício em que a Instituição e o Museu residem, o Solar Barão do Guajará, possui arquitetura de caráter eclético, contendo em sua estrutura diversas propriedades estilísticas. Este foi dado de presente de casamento ao Barão de Guajará, transformando-se em um ponto de nobreza na região e abrigando objetos de luxo e mobiliários estrangeiros. Nesse sentido, a edificação foi tombada em 1943, ao ser adquirido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Pará, considerado como “um bem histórico do Patrimônio Nacional” (TRINDADE, 1995).

Em seu histórico de posse, o Solar registrou diversos proprietários. Este edifício foi dado à esposa de Domingos Antônio Raiol, Maria Vitória de Chermont, Baronesa do Guajará, pelo seu tio, Antônio de Lacerda Chermont, o Visconde de Arary, como presente de casamento, automaticamente passando a antiga residência do Visconde para a posse do Barão do Guajará. Com o tempo, o Solar foi modificado e reestruturado pelos seus proprietários, desenvolvendo novos espaços que atendiam as demandas de conforto da nobreza paraense. Após a morte do Barão do Guajará, em 1912, o edifício continuou como patrimônio familiar durante três décadas, onde depois foi repassado à prefeitura de Belém, por meio de venda, pelo filho do Barão, Pedro Raiol (NEGRÃO; MAIA, 1998).

Posteriormente, o Solar Barão do Guajará passou a ser gerido pelo corpo de sócios do IHGP. Dessa maneira, os espaços foram reorganizados pela direção, iniciando um período de parcerias e iniciativas, públicas e privadas, que resultaram em revitalizações por todo o prédio. Atualmente, o Solar responde ao título de sede do IHGP, funcionando como um espaço de discussão, ensino e pesquisa, além de propor novas oportunidades e experiências no meio científico.

Em relação a administração do IHGP, a instituição é possuínte de sócios que se responsabilizam pelos diversos setores desta. Hoje, o IHGP encontra-se dirigido pela Prof. Dra. Anaíza Vergolino, compartilhando a administração junto à demais pesquisadores que encabeçam as diferentes áreas pertencentes à instituição, como por exemplo, o Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, dirigido pela Prof.^a Msc. Marcela Cabral.

O Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará foi criado em conjunto com a reinstalação do IHGP, em 1917. Consequentemente, era de necessidade que a reinstalação propusesse a criação de um Arquivo, para a organização de documentos históricos, uma Biblioteca, para o armazenamento e gestão das bibliografias, e um Museu, onde este devia formular meios que, inicialmente, tratassem da preservação dos objetos históricos. Deste modo, com base nos Estatutos do IHGP, Capítulo VIII, Art. 44, é de conhecimento e

responsabilidade que “O Instituto manterá organizada uma Biblioteca, um Arquivo e um Museu, onde sejam colecionados, conservados e expostos livros, mapas, selos, cédulas e moedas antigas, documentos e objetos relativos à Geografia, História e afins” (ESTATUTOS DO IHGP, p. 17).

Data-se neste momento a criação do MIHGP, no qual este possuía como função primária a coleção, conservação e exposição das variadas peças pertencentes ao IHGP e encontradas no Solar. À vista disso, compreende-se que a primeira missão do MIHGP tinha como intuito somente a preservação dos objetos, com objetivo de manter a integridade total das peças, conservando suas características intrínsecas apenas.

O MIHGP acompanhou a trajetória, os percalços e os avanços de sua instituição regente. No entanto, pode-se afirmar que o museu manteve essa posição preservacionista mesmo com as novas experiências sócio científicas provenientes do campo da Museologia. Encontra-se aqui uma das principais problemáticas apresentadas pela instituição museológica, esta manteve-se desatualizada das recomendações propostas pelo meio museal, resultando então na falta de idealizações de métodos e experimentações que correspondessem às demandas atuais.

Contudo, torna-se errônea a ideia de que o Museu e os seus acervos estiveram sempre nestas condições de “desorganização”. Faz-se necessário ressaltar que as diferentes direções do MIHGP se comprometeram com a salvaguarda dos acervos. Destaca-se os principais esforços e avanços obtidos, como o arrolamento das peças do Museu, realizado pelo ex-diretor do MIHGP, Pedro Roumié, e publicado no Relatório de 2002-2003. Ressalta-se também a importância da direção no processo de captação de recursos para a restauração do prédio.

O MIHGP se responsabilizou pela preservação das peças relacionadas à história paraense. Junto com a sua Instituição regente, estes produziram estudos e levantamentos referentes ao Solar e aos acervos residentes. Em 2014, a perspectiva museológica chegou e se intensificou nos interiores do Museu, por meio da parceria entre a Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Instituição, através da execução do Projeto de Documentação dos Acervos Museológicos do MIHGP, coordenado pela Prof.^a Msc. Marcela Cabral, do Curso de Museologia da UFPA. Este projeto inicialmente teve como objetivo o registro das peças do Museu, a partir do desenvolvimento de arrolamentos e a ficha de catalogação, além de se responsabilizar pela formulação de medidas de conservação das peças salvaguardadas.

O projeto se estendeu e possibilitou o desenvolvimento e avanço do MIHGP. Como exemplo, destaca-se a criação de uma Reserva Técnica, que possibilitou a realização de oficinas técnicas de conservação e documentação. A coordenação do projeto também se comprometeu em desenvolver estudos referentes ao histórico, formação e salvaguarda do acervo, onde são propostas análises específicas dos objetos e seu contexto de origem.

No momento presente, o MIHGP encontra-se indisponível para visitas de longa duração, aberto apenas para visitas e pesquisas agendadas, por conta da ausência de um roteiro expográfico e de uma equipe de mediação. No entanto, o Museu encontra-se disponível para a pesquisa em seus interiores, dispondo de um quadro de pesquisadores voluntários, em grande parte discentes do Curso de Museologia da UFPA. No que tange à divulgação de pesquisas, o MIHGP desenvolve eventos e grupos de pesquisas que possibilitam a obtenção de informações referentes aos diversos contextos históricos da região, tornando possível a troca de ideais com o meio científico paraense.

O Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, atualmente, também é um instrumento para o estudo dos cenários históricos, sociais, geográficos e econômicos da região norte. Apesar das adversidades, destacam-se a consolidação de propostas referentes a preservação dos acervos e sua organização informacional. A partir dessas iniciativas, consolidou-se um sistema de documentação e pesquisa, identificando, de forma parcial, o processo de formação dos acervos, os donatários da peça e suas características iconográficas, prática essa explicada no tópico a seguir.

4.2 O ACERVO DO MIHGP

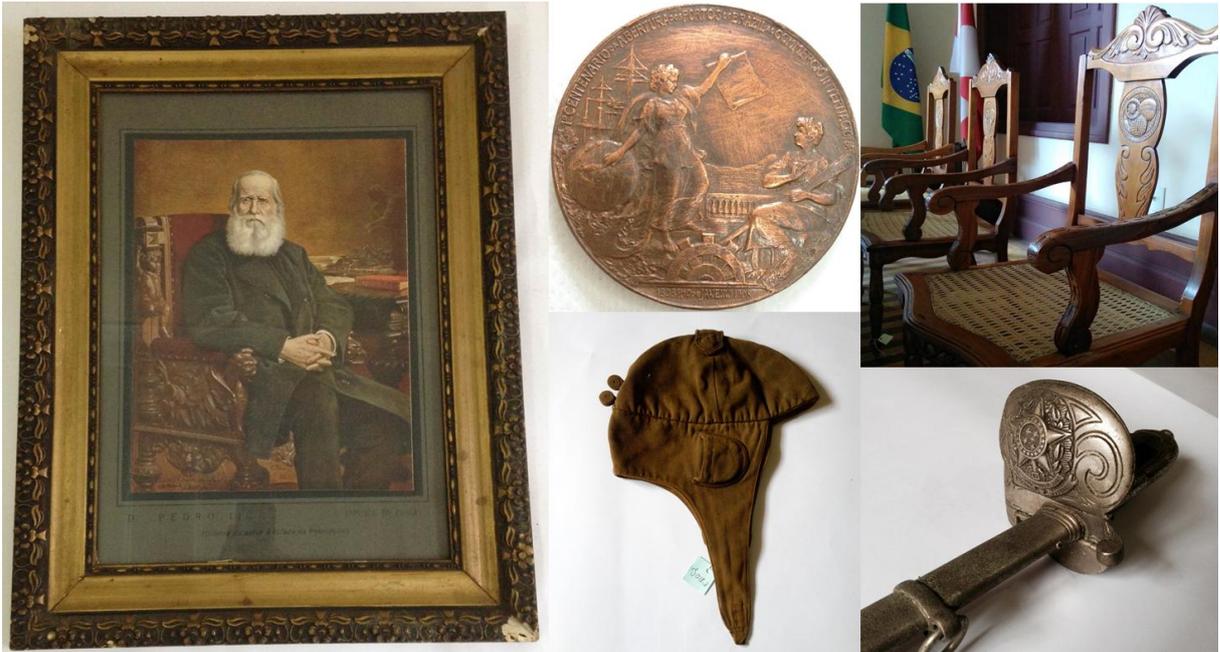
O acervo do Museu foi formado por doações de sócios ou pessoas ligadas ao IHGP, e, em momento posterior, adquirido junto à compra do prédio. O acervo é composto por diversas tipologias de peças e objetos, passando por coleções de medalhas, esculturas, armarias e pinacoteca. Conforme os Estatutos do IHGP,

Art. 47 – O Museu será constituído por todas as peças, inclusive de Numismática, Filatelia, e Medalhística, que tenham interesse para as finalidades do Instituto, doadas ou por ele adquiridas. Á sua guarda ficarão também as peças da Pinacoteca, mesmo que distribuídas pelas dependências do Instituto (ESTATUTOS DO IHGP, p. 18).

Desta maneira, o Museu contém peças que contribuem para a história da região, chamando atenção para um resguardo do valor da memória e incentivando a pesquisa na instituição. Nos salões do edifício encontram-se diversos mobiliários encomendados pelos antigos proprietários do espaço, além de bustos espalhados pelos corredores do Solar. Na

reserva técnica, há medalhas, espadas e demais armarias, algumas indumentárias e diversos quadros armazenados. A partir de um diagnóstico por parte do Projeto de Documentação, o acervo do MIHGP dividiu-se em cinco diferentes esferas: Numismática e Medalhística, Mobiliário, Armaria, Indumentária e Artes Visuais.

Figura 2 - Acervo do MIHGP



Fonte: Acervo pessoal do autor

No que se refere ao acervo de numismática e medalhística, o MIHGP possui cerca de cem peças, entre medalhas e moedas, adquiridas por meio de doações. Ao tratar estes objetos, o Projeto de Documentação preocupou-se com as características e informações significativas, gravadas na superfície da peça, para o entendimento de uma porcentagem da história nacional, regional e local. Os objetos pertencentes a este acervo estão divididos em três formas: as medalhas comemorativas, em grande parte referente a centenários e demais festejos; as medalhas de homenagem, ligadas a honra ao mérito, em homenagem a alguma personalidade histórica ou pesquisador relevante; e uma classe geral, com moedas não divididas por territorialidade ou época.

O mobiliário que compõe o acervo do MIHGP é em estilo regencial europeu. Entretanto, o acervo também contém características mistas, por haverem peças que possuem mais de uma influência estilística dos séculos XVIII e XIX. A confecção de móveis no Brasil aumentou consideravelmente, após a chegada da família real em 1808, resultando em características advindas do estilo europeu vigente da época. Nesse sentido, parte da mobília se

insere ao contexto da Belle Époque Paraense, no momento do grande boom do ciclo da borracha e que teve como espelho o modo de vida europeu, entre os anos 1870 e 1900. Assim, o acervo possui armários, cadeiras de palhinha, colunas, guarda-roupas, mesas, vitrines e outros tipos de móveis que compõem a narrativa histórica do Solar do Barão do Guajará (NOGUEIRA; CABRAL, 2015).

O acervo de Armaria do MIHGP abarca um número considerável de espadas, baionetas, canhões, entre outros. Estas peças possuem grande carga histórica, por terem sido utilizadas nos séculos XVIII, XIX e XX, por personalidades históricas brasileiras, soldados ou até mesmo por civis (BESSA, 2014). Além disso, o acervo de armaria do MIHGP dispõe de uma gama de características iconográficas presentes nas superfícies de espadas e punhais.

O acervo de indumentárias é constituído por peças variadas, com um maior número de uniformes militares. Entre as peças do acervo estão incluídas o uniforme completo de Augusto Assis de Vasconcelos, interventor federal que usava o mesmo uniforme, incluindo os acessórios ainda presos a ele, no dia em que foi mortalmente ferido em combate. Assim como a farda e gorro do aviador brasileiro Euclides Pinto Martins, falecido em 12 de abril de 1924.

O acervo de Artes Visuais foi formado por meio de doações dos sócios que compuseram a esfera intelectual nos primeiros anos do IHGP. Encontram-se neste acervo telas referentes aos bustos dos Barões da borracha, gravuras, aquarelas de paisagens naturais, esculturas, bustos e demais objetos. As peças são compostas por tinta acrílica, à óleo, e por grafites preto e branco. As esculturas são compostas por gesso, ferro, mármore, etc. Além disso, destaca-se a pinacoteca, o acervo de telas, como o primeiro foco para as propostas de documentação. Dentro deste acervo, o projeto de documentação classificou a coleção de telas como uma pinacoteca.

O MIHGP é constituído por peças que fazem alusão aos diferentes contextos históricos, compreende-se que este é importante na propagação do conhecimento histórico paraense e no resguardo da memória. Para Zanirato (2009), os acervos museológicos

[...] são conformados pelas manifestações materiais e imateriais criadas pelos sujeitos que nos precederam. Neles se incluem objetos e estruturas dotados de valores históricos, culturais e artísticos, bens que representam as fontes culturais de uma sociedade ou de um grupo social e que podem ser materiais ou imateriais. Conservá-lo é uma forma de garantir o testemunho e referencial, não apenas de ser valor arquitetônico e histórico, mas dos valores culturais, simbólicos, de sua representatividade técnica e social. (ZANIRATO, 2009, p. 138).

Nesse sentido, destaca-se o potencial dos acervos do MIHGP em proporem reflexões críticas e complementos que possam colaborar para o entendimento histórico e social de um determinado período. Mesmo diferentes em seus formatos, os acervos museológicos do MIHGP se complementam por evidenciarem pontos essenciais, tais como a que nível estes colaboram para a construção da identidade regional e se são realmente representativos para maior parte dos grupos sociais de Belém – Pa.

4.3 PROPOSTAS DE SALVAGUARDA

Um projeto/ação de salvaguarda em instituições histórico-museológicas integra um macro cenário de proteção e promoção de coleções e acervos residentes nestes locais. Nesse sentido, o processo de salvaguarda do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará foi desenvolvido na esperança de preservar grande percentagem do acervo da instituição. Este processo é um resultado da parceria entre o curso de Bacharelado em Museologia e a direção do MIHGP, ocorrida em 2014 e atualmente em vigência. A partir dele, foram formulados métodos de registro das informações das peças e técnicas para a conservação básica destes objetos.

As etapas de Documentação Museológica foram elaboradas na esperança de sanar as necessidades de registro das peças. Foram desenvolvidas fichas de arrolamento, fichas de catalogação e rascunhos para um futuro inventário. Foi desenvolvido também um sistema de numeração e técnicas de marcações, com base nos estudos das diferentes tipologias que formam o acervo do Museu. A necessidade desses procedimentos era alta, pois não havia nenhum sistema de registro que auxiliasse na pesquisa das peças. A documentação estava resumida apenas por um levantamento de objetos presente no relatório de 2002-2003, do ex-diretor do Museu, Pedro Roumié. Dessa maneira, a partir do reconhecimento e quantificação do acervo, foi proposto um arrolamento e, logo após, a idealização de uma ficha de catalogação que buscava detalhes mais específicos sobre as peças, com o intuito de potencializar o setor de pesquisa do MIHGP.

No quesito da conservação dos objetos, notou-se que as peças localizadas pelas salas do Museu fossem imediatamente higienizadas e armazenadas em local apropriado. Sendo assim, uma reserva técnica foi concebida no intuito de abrigar grande parte dos objetos que antes estavam espalhados sem proteção. Logo após esta etapa, buscou-se estudos para um aprofundamento dos métodos de conservação dos materiais que formavam as peças, assim como no uso destas em pesquisas. Desta maneira, foi adotado o uso de máscaras, luvas e

avertais para o manuseio dos objetos, impossibilitando o contato direto e proporcionando um alongamento da vida útil desses itens.

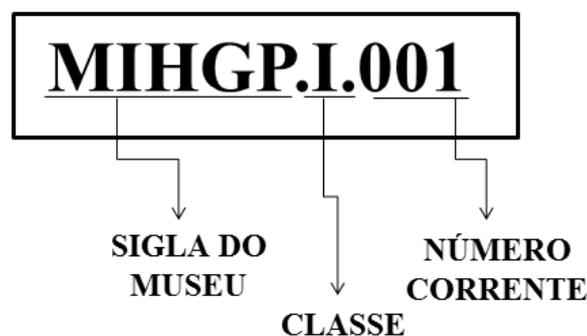
O MIHGP, após a formulação do processo de salvaguarda, obteve como resultado um aumento de pesquisas e parcerias em seu prédio e acervos, além de obter possibilidades de captação de recursos para a atualização de seus sistemas (REIS, 2017).

4.4 SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO DO MIHGP

O Sistema de Documentação do MIHGP, conforme citado, foi um dos resultados do Projeto de Documentação. Este foi formulado com intuito de organizar as informações contidas nas peças do museu, para, posteriormente, serem aproveitadas em futuras exposições. O sistema, assim como todos os instrumentos de pesquisa, é utilizado de forma analógica, com o processo de registro sendo realizado à mão e posteriormente passado para o meio virtual. Dessa maneira, o processo de entrada do objeto e o tratamento documental não são realizados por intermédio do meio eletrônico, somente seus resultados, fichas, registros de posse, etc., são digitalizados.

O sistema teve início a partir da criação da ficha de arrolamento, que realizou a quantificação e primeiro diagnóstico dos objetos, e prosseguiu com a criação da ficha catalográfica. Com a quantificação desses itens, notou-se a necessidade da criação de uma numeração e plano de classificação dos acervos que pudesse organizar os objetos a partir das suas funções. A partir destas necessidades, formulou-se um sistema de numeração, no qual Camargo-Moro (1986) aponta como elemento básico de todo sistema de registro. Nesse sentido, atribui-se aos objetos uma numeração alfanumérica tripartida, conforme apresentado na figura a seguir:

Figura 3 - Numeração dos objetos do MIHGP



Fonte: Elaborada pelo autor

A numeração engloba as siglas do Museu, sua classificação, uma numeração corrente em modo crescente e, caso necessário, o desdobramento do objeto (ex. MIHGP.I.001.a). O

item “MIHGP” refere-se ao Museu; o item “I” refere-se à primeira classe, sendo esta Artes Visuais, de acordo com o plano de classificação do Museu; o item “001” refere-se à numeração corrente. Em alguns casos, o objeto contém desdobramentos em sua estrutura física, como, por exemplo, um bule e a tampa. Ainda nesse caso, a numeração contém sílabas que indicam o desdobramento do objeto (MIHGP.I.001.a, no caso do bule; MIHGP.I.001.b, no caso da tampa).

No que se refere à classificação do acervo, aponta-se que o plano de classificação em museus responsabiliza-se pelo enquadramento e determinação de uma função museológica de cada peça resguardada. Camargo-Moro (1986) afirma que a classificação de um objeto de museu, ou *museália*, está sempre relacionada à interpretação que ela recebe do instituidor do sistema de documentação. No entanto, Cândido (2006), sob um caráter de atribuição e reconhecimento das funções de um objeto, afirma que

[...] a classificação do objeto adota como critério uma função original secundária, também inerente à sua fatura, mas de significado simbólico, que se revela pela leitura de seu sentido documental e que vem associada à sua função utilitária primária. Como exemplo, podemos citar a classificação de um espadim. Se aplicarmos a sua função original/utilitária como critério, devemos classificá-lo como arma. Entretanto, podemos optar por classificar o mesmo espadim como insígnia, por sua função original/simbólica, objetivando priorizá-lo como signo de distinção. Neste segundo caso, arbitra-se que o significado documental intrínseco do objeto é determinante e tacitamente reconhecido, sobrepondo-se à sua função original utilitária (CÂNDIDO, 2006, p. 39).

Compreende-se, nessa abordagem museológica, que a classificação dos objetos ocorre a partir das atribuições que o museu concede. Dessa maneira, a instituição museológica, a partir do sistema de documentação de seu acervo, se responsabiliza pelo reconhecimento das funções da peça salvaguardada, a partir de sua missão e temática. Por exemplo, um museu de ciências irá atribuir uma função diferenciada comparada a de um museu histórico sobre um microscópio. Para um museu de ciência, o microscópio possui sua função primária de observar os organismos invisíveis ao olho nu. Talvez, para o museu histórico, a função será atribuída aquele objeto como o pioneiro nos estudos históricos que contribuíram para o avanço do meio científico. Como pode-se notar, o microscópio pode se encaixar em dois planos de classificação, a partir das funções atribuídas por diferentes tipos de museus.

O que torna o plano de classificação possível são as funções atribuídas aos objetos de museu, assim como suas funções primárias. Ferrez (1987) explica que o plano de classificação está sempre relacionado a um propósito, desenvolvendo-se a partir do preceito de que todo objeto possui uma função.

O plano de classificação do MIHGP buscou abarcar e atribuir as funções dos objetos museológicos. Baseado na adaptação de Cândido (2006) do Esquema Classificatório proposto pelo Thesaurus para Acervos Museológicos de Ferrez (1987), o plano de classificação possibilitou o enquadramento, compreensão e divisão do acervo, a partir de classes e subclasses, guiadas por termos gerais, conforme a figura abaixo:

Figura 4 - Plano de Classificação

CLASSE	SUBCLASSE	TERMOS (OBJETOS)
I ARTES VISUAIS Objetos de arte (exclui fotografia e cópias fotomecânicas).	Pintura	Quadro, pintura. ¹
	Desenho	Quadro, desenho.*
	Gravura – imagens sobre papel, produzidas através das técnicas de gravura e/ou impressão.	Quadro, gravura. *
	Escultura	Busto, herma, cabeça, escultura abstrata, escultura figurativa, relevo, imagem, estátua, estatueta, etc.
	Construção Artística - objetos artísticos não definidos como uma das subclasses acima, por usar mais de uma técnica.	Construção pictórica, colagem, construção escultórica, móbile, etc.

Fonte: CÂNDIDO, 2006, p. 69

A figura acima foi retirada do estudo de Cândido (2006) e refere-se à primeira categoria, do total de dezesseis, de objetos museológicos encontrados no Thesaurus. Utilizando esse instrumento, o plano de classificação do MIHGP segue as mesmas diretrizes encontradas na obra, desde as classes gerais até os termos. Nesse quesito, destaca-se a problemática da existência de termos limitados que não representam, de forma específica, os objetos do museu. Como exemplo, o termo “quadro” pode se referir a qualquer peça da pinacoteca, não especificando a temática ou contexto da obra. Entende-se que, apesar deste esquema ter sua importância para a organização de acervos, ao utilizá-lo sem adaptações, como é a situação atual, pode resultar em falhas no processo de representação e recuperação da informação. Além disso, destaca-se também a presença de classes que não se referem a nenhuma peça do MIHGP. Como exemplo, a classe “Transporte”, presente na obra (Figura 5), não se referindo a objeto algum do MIHGP.

Figura 5 - Classe "Transporte"

CLASSE	SUBCLASSE	TERMOS (OBJETOS)
16 TRANSPORTE Artefatos que servem como veículo para transporte de passageiros ou de carga.	Acessório de Transporte Aéreo	
	Acessório de Transporte Marítimo	Âncora, capuchana, carranca, lanterna de embarcação, leme de embarcação, remo, etc.
	Acessório de Transporte Terrestre	Arreio, bolsa de sela, cabresto, canga, chicote, espora, estribo ferradura, sela, selim, etc.
	Transporte Aéreo	Balão dirigível, etc.
	Transporte Marítimo – inclui os fluviais.	Barca, barco, canoa, escuna, fragata, iate, jangada, saveiro, submarino, etc.
	Transporte Terrestre	Automóvel, berlinda, carro de boi, carroça, liteira, locomotiva, vagão, etc.

Fonte: CÂNDIDO, 2006, p. 75

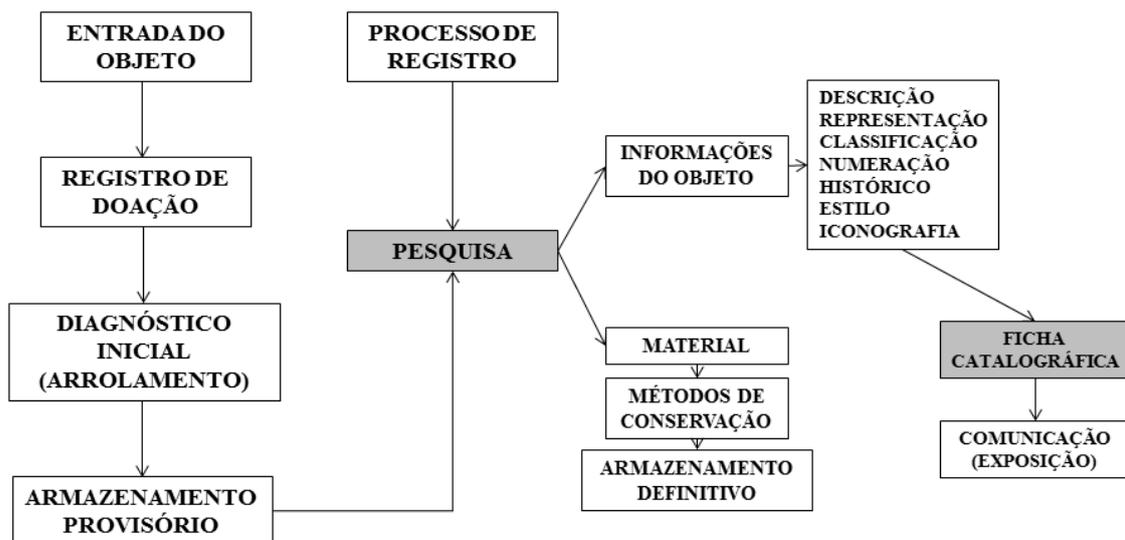
A problemática desta classe refere-se à ausência de peças desse tipo no MIHGP, transformando este segmento em uma categoria ociosa e sem funcionalidade na organização do acervo. Entretanto, caso houver uma peça similar, esta não irá possuir a mesma função e propósito daqueles encontrados no esquema classificatório de Cândido (2006), por conta das narrativas e objetivos do MIHGP. A presença de classes desnecessárias também pode influenciar, de forma confusa, a atribuição de termos. Como exemplo, uma escultura de âncora deve conter o termo “escultura”, conforme encontrado na primeira classe, mas também deve haver o termo “âncora”, em outra classe, para levar o documentalista a representar o objeto neste termo, podendo classificar de forma diferenciada, o que expande a classificação mas criando também classificações antagônicas da função atribuída pelo museu, por este termo estar ligado com uma classe que não se liga a função do objeto. Dessa maneira, a escultura passaria para a classe de transporte, desorganizando o acervo. Destaca-se que a aplicação do termo “âncora” colaboraria para a recuperação das informações da escultura, todavia, as informações ficariam dispersas.

Estas problemáticas talvez não sejam encontradas em grande parte dos espaços museológicos que utilizam este esquema. Entretanto, compreende-se que, dentro da perspectiva da organização e representação da informação, esta relação entre classe e termo encontrada no esquema de Cândido (2006) e utilizada no MIHGP, pode causar alguma confusão nos processos do sistema de documentação da instituição. Dessa forma, destaca-se a importância do Tratamento Temático da Informação no processo de construção de termos e de classe. O plano de classificação do MIHGP contribui para organização dos acervos. Mesmo

necessitando de alguns reajustes, este instrumento encontra sua relevância no Sistema de Documentação ao classificar e representar, de forma inicial, os objetos museológicos.

Logo após a formulação da classificação e da numeração dos objetos, foram desenvolvidos, e adaptados de outras obras, documentos de registro de entrada dos objetos e demais normas, como termos de doação e políticas de descrição. O Sistema de Documentação não seguiu uma linha de idealização linear, sendo formado conforme o surgimento de necessidades e problemáticas. Com a evolução do sistema e a criação de instrumentos que auxiliassem no registro dos objetos, os processos de organização e representação da informação do acervo foram potencializados, resultando versão na atual deste sistema, conforme ilustrado a seguir:

Figura 6 - Sistema de Documentação do MIHGP



Fonte: Elaborada pelo autor

Conforme o sistema ilustrado acima, nota-se que este segue por duas vertentes, a administração do objeto e a investigação informacional. No que tange a administração do objeto, são executadas etapas de entrada de objeto, a partir da produção de documentos que registram o processo de aquisição realizado pelo MIHGP. Destaca-se neste processo a carta de doação, no qual o doador preenche os dados, especificando o objeto doado. Logo após esta etapa, o objeto passa por um diagnóstico inicial, com apoio da aplicação da ficha de arrolamento, onde é possível registrar informações iniciais acerca do material do objeto. Pós diagnóstico, o objeto é armazenado de forma provisória, gerando um documento que consta a numeração provisória e medidas do objeto.

Estas etapas correspondem a um processo administrativo, buscando estabelecer um controle das peças. Após esses procedimentos, o objeto passa por um processo de pesquisa, no qual se aplicam registros referentes à investigação informacional, processos de organização e representação da informação e demais processos de documentação. Nesta etapa de pesquisa, a investigação para a conservação do objeto também é realizada, gerando documentos de diagnósticos mais específicos.

Destaca-se, para esta pesquisa, o processo de pesquisa das informações do objeto/documento. Nesse sentido, a ficha catalográfica é o instrumento que realiza grande parte deste processo de pesquisa de informações. Com a aplicação deste instrumento de pesquisa, realiza-se a descrição do objeto, a “forma”, a descrição das propriedades físicas; o processo de representação, a aplicação de termos encontrados no planos de classificação; a classificação, conforme as classes e subclasses estabelecidas no plano; a numeração e a descrição do conteúdo, definido como o histórico, estilo e iconografia, a descrição das propriedades que tornam o objeto em *museália*. Em continuidade a estes processos, o objeto é encaminhado para a comunicação e mediação, a exposição. Esta etapa ainda não é consistente no Sistema de Documentação do MIHGP pelo motivo da instituição não conter uma exposição museológica planejada.

O Sistema de Documentação do MIHGP contém características semelhantes aos Sistemas de Documentação em Museus (SDM), a partir da esfera administrativa, no qual são produzidos documentos de controle interno – mas também contém propriedades encontradas nos Sistemas de Informações Documentárias em Museus (SDIM), no que se refere a investigação informacional, a descrição e aplicação de termos. Compreende-se que o sistema do MIHGP foi construído a partir das necessidades do acervo, todavia, este expandiu-se de forma satisfatória até chegar em preocupações como a recuperação da informação. O sistema do MIHGP ainda não executa suas etapas no âmbito virtual, propostas que sigam esta vertente talvez potencializam ainda mais o funcionamento do sistema. Entretanto, para serem realizadas mudanças dentro do sistema, algumas questões devem ser reparadas, como no caso do plano de classificação e a atribuição de termos.

Além disso, nota-se que a ficha catalográfica é a ponte entre o processo de organização/representação da informação e o processo de mediação, dentro do Sistema de Documentação do MIHGP. Destaca-se que este instrumento também pode ser considerado como o ponto chave do sistema, pois é por meio deste instrumento que a investigação informacional, e os demais processos, é realizada. A ficha catalográfica do MIHGP executa

etapas que permitem a descrição e a representação do objeto, além de orientar a classificação deste, conforme especificado no tópico a seguir.

4.5 FICHA CATALOGRÁFICA DO MIHGP

A ficha de catalogação do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará surgiu como um dos resultados obtidos nas primeiras etapas do Projeto de Documentação desenvolvido na instituição, a partir do estudo e quantificação das peças residentes no MIHGP. Esta ficha buscou abarcar todas as propriedades presentes nas características de um objeto ou coleção, formulando campos que pudessem suprir todas as necessidades que apareceram nos primeiros processos de registro das coleções da instituição. Anteriormente, o MIHGP controlava as informações dos seus acervos a partir de listas limitadas, no qual estas listas continham dados a respeito da nomenclatura das peças e um número de tombo, conforme a figura abaixo.

Figura 7 - Lista de objetos tombados

- PINACOTECA DO I.H.G.P.
- 0001 — Gravura da Ermida de N. S. de Nazareth, em Belém, no ano de 1848. Ofertada pelo Prof. Abelardo Leão Condurú em 28 de março de 1957.
- 0002 — Gravura do Hospital D. Luiz I, edificado na antiga travessa 2 de dezembro (atual avenida Generalíssimo Deodoro). Ofertada pelo Prof. Abelardo Leão Condurú em 28 de março de 1957.
- 0003 — Gravura do Largo do Quartel, que passou a denominar-se posteriormente praça Saldanha Marinho (é atualmente a praça da Bandeira). Ofertada pelo Prof. Abelardo Leão Condurú em 28 de março de 1957.
- 0004 — Gravura do Banco Comercial do Pará, atualmente Biblioteca e Arquivo Público, edificado na antiga travessa do Passinho (atual travessa Campos Sales). Ofertada pelo Professor Abelardo Condurú em 28 de março de 1957.
- 0005 — Gravura do Largo de N. S. de Nazareth. Ofertada pelo Prof. Abelardo Leão Condurú em 28 de março de 1957.
- 0006 — Gravura da Igreja da Sé, atualmente Catedral de Belém, edificada no antigo Largo da Sé (atual parça D. Frei Caetano Brandão). Ofertada pelo Prof. Abelardo Leão Condurú em 28 de março de 1957.

Nota-se a limitação de informações na lista, no qual foram registrados somente dados referentes ao título do objeto, o doador e a técnica, no caso de telas. Justifica-se esta limitação a partir da ausência de um instrumento que pudesse catalogar informações mais específicas do objeto. Mediante a isso, a ficha de catalogação procurou traçar um horizonte de informações mais aprofundadas, possibilitando a compreensão do valor patrimonial dos objetos e a quem pertencia estes artefatos. Entretanto, a lista de tombo pode ser reconhecida como um instrumento de arrolamento primário, no qual as informações presentes neste documento colaboraram para a investigação informacional dos objetos, pois já continha dados referentes ao doados e a titulação do objeto.

Antes da ficha catalográfica ser desenvolvida, as primeiras investigações nos acervos foram realizadas a partir de uma ficha de arrolamento, no qual o instrumento possibilitou o levantamento de questões e lacunas referentes ao acervo museológico. Este instrumento primário também realizou, no cenário inicial de conhecimento dos acervos do MIHGP, as primeiras etapas de catalogação do material que formavam as peças, assim como seu estado de conservação atual.

A ficha de arrolamento é um instrumento de pesquisa que funciona como base inicial nas primeiras atividades de documentação em museu. Segundo Padilha (2014), o arrolamento é “o ato por meio do qual se realiza a contagem e todos os objetos que façam parte do museu, sendo criada uma lista numerada para controle e identificação geral do acervo museológico” (PADILHA, 2014, p. 46). Compreende-se que uma ficha de arrolamento se enquadra no caráter quantitativo das coleções de um museu, responsabilizando-se pelo levantamento superficial das peças que compõem um acervo.

No entanto, a ficha de arrolamento do Museu buscou identificar além da quantidade de peças salvaguardadas, também pelo registro inicial dos materiais, dimensões, estado de conservação e descrição referente ao objeto. Podemos compreender a dinâmica da ficha de arrolamento do MIHGP na figura a seguir.

Figura 8 – Instrumento de Arrolamento do MIHGP

Número	Dimensão	Nome	Ano	Descrição	Estado de conservação	Observação
					Bom/Regular/Ruim/Péssimo	

Fonte: Sistema de Documentação do MIHGP

Número: Está relacionado à ordem de escolha do objeto, em numeração crescente (ex. 001, 002, 003, etc.);

Dimensão: Se define como a dimensão total do objeto, no caso de objetos circulares a área é calculada pelo diâmetro da peça, para objetos bidimensionais, a área é definida no cálculo de altura x largura e em objetos tridimensionais, consideram-se as unidades altura x largura x profundidade;

Nome: Se refere ao nome, ou titulação, do objeto (ex. Busto do Barão do Guajará);

Ano: Compreende-se ano como a datação presente em alguns objetos. Em grande parte, este campo se refere às peças da Pinacoteca e da Numismática;

Descrição: Processo de descrição das características intrínsecas presentes nos objetos salvaguardados; Descrição física do objeto;

Estado de Conservação: Refere-se ao estado conservação atual do objeto, sendo este campo especificado em bom, regular, ruim e péssimo;

Observação: Enquadra-se neste campo qualquer informação adicional que não se refere a nenhum dos campos anteriores.

A ficha de arrolamento do MIHGP busca realizar o diagnóstico inicial e o reconhecimento do acervo, executando um processo inicial de registro das informações dos acervos museológicos e possibilitando a abertura de novos experimentos a serem realizados nos acervos. Contudo, este instrumento não consegue registrar, ou descrever, informações mais amplas pertencentes à estas peças onde, dessa maneira, limitando-se ao processo de primeiro contato com os objetos museológicos. Mesmo assim, considera-se que a ficha de arrolamento contribuiu na formulação da ficha catalográfica do MIHGP, influenciando na construção de metadados descritivos mais amplos.

Em retrospectiva, conforme citado, a ficha de catalogação do MIHGP surgiu como resultado das primeiras etapas de registro dos acervos. Deste modo, esta foi influenciada pelas metodologias e documentos idealizados neste primeiro momento de catalogação, herdando assim alguns campos e modos de preenchimento. Como exemplo, destaca-se o campo de descrição, no qual a prática realizada com o apoio da ficha de arrolamento refletia no processo de descrição realizado pela ficha catalográfica. Além disso, parte dos metadados presentes no instrumento de arrolamento foram inseridos na ficha catalográfica, exceto o “Número”, pois

este campo refere-se à uma numeração corrente, não seguindo as instruções de numeração, conforme apresentadas acima.

A ficha de catalogação a vigor está sendo utilizada, como principal foco, na pinacoteca e no acervo de numismática do Museu. A ficha de catalogação ainda não apresentou problemas de preenchimento. Com base no modelo apresentado por Cândido (2006), este instrumento realiza o registro e organização das informações pertencentes aos objetos museológicos do MIHGP. Sob uma análise superficial, pode-se afirmar que este instrumento de catalogação consegue abarcar uma porcentagem considerável de dados a respeito de um objeto. A ficha catalográfica contém 38 campos de descrição divididos em seis esferas, sendo estas: Identificação do objeto, englobando metadados referentes à descrição da forma e conteúdo do objeto, a atribuição de termos e a classificação; Análise do objeto, referente ao registro das dimensões estilísticas, históricas e iconográficas; Conservação do objeto, incluindo campos a respeito do diagnóstico, restauração, reconhecimento de pragas e demais intervenções; Notas, referente ao reconhecimento de publicações e exposições que envolvem o objeto; Dados de Preenchimento, trata a identificação do documentalista que realizou a descrição, registrando o nome e a data da descrição; Reprodução Fotográfica, última esfera que engloba os dados pictóricos do objeto, a fotografia e o fotógrafo responsável.

Com a construção de campos de registro amplos, a ficha catalográfica do MIHGP configurou-se como um instrumento de investigação do objeto, podendo ser visualizada na Figura 9 e detalhada por seguinte.

Figura 9 - Ficha Catalográfica do MIHGP

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ
MIHGP - MUSEU DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO			
01.Nº de inventário:	02.Coleção:	03.Termo:	04.Nº de inventário anterior:
05.Título:	06.Classificação:	07.Subclassificação:	08.Data de produção:
09.Autoria:	10.Dimensões (Em cm):	11.Origem:	12.Procedência:
13.Modo de aquisição:	14. Data de aquisição:	15. Material / técnica:	
16. Marcas e inscrições:		17.Estado de conservação: () Bom () Regular () Ruim () Péssimo	
18.Descrição do objeto:			
ANÁLISE DO OBJETO			
19. Dados históricos:			
20.Características iconográficas:			
21.Características estilísticas:			
22.Características técnicas:			
CONSERVAÇÃO DO OBJETO			
23.Diagnóstico:			
24.Intervenções anteriores:		25.Recomendações:	
NOTAS			
26. Histórico de exposições / prêmios			
27.Histórico de publicações			
28.Referências arquivísticas / bibliográficas			
29.Valor de seguro:	30.Observações:	31.Localização:	
DADOS DE PREENCHIMENTO			
32.Preenchimento / data			
33.Revisão / data			
REPRODUÇÃO FOTOGRÁFICA			
34.Imagem frontal	35.Imagem posterior	36.Fotógrafo / data	
		37.Controle	
		38.Dados da Imagem:	

Os campos da ficha catalográfica atuam da seguinte maneira:

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

01. N° de inventário: Este campo se refere a numeração formulada pelo setor de documentação do MIHGP. Já explicitada acima.

02. Coleção: Este campo se refere à coleção que o objeto pertence. Estas coleções podem fazer alusão a tipologia de acervos que o MIHGP abriga (ex. Pinacoteca, Indumentária, etc.).

03. Termo: Este campo se refere a terminologia atribuída ao objeto. Em casos de telas que retratam o busto de alguma personalidade histórica, é atribuído o termo de “Retrato” à esta peça. Consequentemente, algumas peças já são possuintes de uma terminologia própria.

04. N° de inventário anterior: Este campo se refere a numeração de inventário anterior. Com isso, neste campo deve ser preenchido a informação referentes às antigas numerações que o objeto recebeu. No caso de algumas telas, estes já eram possuintes de números anteriores, com isso, era necessário registrar essa numeração para pesquisas futuras.

05. Título: Este campo se refere a titulação do objeto. Deste modo, podem ser registrados os termos comuns do objeto ou o título da obra.

06. Classificação: Este campo se refere a classificação em que o objeto se enquadra.

07. Subclassificação: Este campo se refere a subclassificação em que o objeto se enquadra.

08. Data de produção: Este campo se refere a datação em que o objeto fora fabricado ou produzido. Este campo busca investigar o contexto histórico e que a peça foi produzida. Em casos de telas, esta informação está, na maioria das vezes, em evidência.

09. Autoria: Este campo se refere à autoria da peça. Deste modo, este campo busca registrar quem foi que produziu o artefato. Este campo também engloba qualquer personalidade, organização, instituição ou fábrica que produziu o objeto.

10. Dimensões (em cm): Este campo se refere as dimensões do objeto. Ressalta-se que este campo foi uma das heranças da ficha de arrolamento. As dimensões são registradas em centímetros.

11. Origem: Este campo se refere a origem do objeto. Neste campo são registradas as informações referentes a localização (Município, Estado e País) em que o objeto foi produzido. Em alguns casos, o local está evidência na superfície das telas.

12. Procedência: Este campo se refere a procedência do objeto. Neste campo são registradas as informações referentes a procedência a que a peça pertence. No caso das telas, deve-se considerar o preenchimento deste campo com “Pinacoteca”.

13. Modo de Aquisição: Este campo se refere ao meio em que o objeto foi adquirido pelo Museu. Neste campo são registradas as informações referentes ao modo em que a peça constituiu o acervo, sendo estes modos classificados como: doação, permuta e compra.

14. Data de Aquisição: Este campo se refere à data em que objeto foi adquirido pelo Museu. A partir de uma política de aquisição, estes dados podem ser registrados no momento de entrada da peça no MIHGP.

15. Material/Técnica: Este campo se refere aos materiais e técnicas que compõem o objeto. Neste campo são registradas as informações referentes a tipologia do material e quais técnicas foram utilizadas para a formação da peça (ex. Óleo sob tela).

16. Marcas e inscrições: Este campo se refere às marcas e inscrições presentes nos objetos. No caso dos quadros, as inscrições estão presentes na superfície das telas. Geralmente, este campo se refere a assinatura do autor ou alguma marca de fabricação.

17. Estado de Conservação: Este campo se refere ao estado de conservação do objeto. Ressalta-se que este campo foi uma das heranças da ficha de arrolamento. Deste modo, este campo pretende classificar o atual estado de conservação da peça, em bom, regular, ruim ou péssimo.

18. Descrição do objeto: Este campo se refere a descrição geral do objeto. Neste campo são registradas as informações referentes à toda complexidade da peça. No caso das telas, este campo permite descrever as personas, o cenário a coloração e as demais características presentes na tela.

ANÁLISE DO OBJETO

19. Dados históricos: Este campo se refere aos dados históricos da peça. São evidenciadas neste campo as informações históricas pertencentes ao objeto. Deste modo, o

registro de dados deve ser preciso, tanto no caráter histórico da personalidade retratada, quanto no histórico do artefato.

20. Características iconográficas: Este campo se refere às características iconográficas da peça. No caso das telas, bustos, medalhas e outras peças a mais, são evidenciados os dados referentes a personalidade retratada, como exemplo, quem foi e sua relevância no cenário histórico.

21. Características estilísticas: Este campo se refere aos dados estilísticos do objeto. Geralmente, este campo se refere a classificação Artes Visuais, buscando registrar o estilo artístico da obra.

22. Características técnicas: Este campo se refere à tecnicidade do objeto. São registradas as informações referentes às metodologias e técnicas que formaram a peça. Este campo é uma extensão mais detalhada do item 15.

CONSERVAÇÃO DO OBJETO

23. Diagnóstico: Neste campo, evidencia-se as informações referentes a todos os danos presentes no objeto. São registrados neste campo desde os danos antrópicos, a presença de pragas e sujidades.

24. Intervenções anteriores: Este campo se refere à toda informação ligada às atividades aplicadas no objeto, sendo estas definidas como restauração, limpeza e demais intervenções.

25. Recomendações: Este campo preenchido com sugestões a respeito da prolongação da vida útil do objeto.

NOTAS

26. Histórico de exposições/prêmios: Neste campo são registradas as informações referentes à trajetória de exposições da peça. Este campo se responsabiliza pela apresentação das exposições que a peça participou e pelos prêmios obtidos pelo autor desta.

27. Histórico de publicações: Este campo se refere ao registro de toda bibliografia referente ao objeto.

28. Referências arquivísticas/bibliográficas: Este campo se refere ao registro de todo arquivo, diagnóstico, levantamento e demais bibliografias internas ligadas ao objeto (ex. Relatório do ex. diretor do MIHGP).

29. Valor de seguro: Este campo se refere ao valor do seguro atribuído ao objeto.

30. Observações: Este campo se refere a qualquer informação adicional que não se enquadra em nenhum dos campos anteriores.

31. Localização: Este campo se refere a localização precisa do objeto (ex. Sala 0 – Reserva Técnica).

DADOS DE PREENCHIMENTO

32. Preenchimento/data: Neste campo há o registro do nome completo do pesquisador ou técnico que preencheu a ficha, assim como a data.

33. Revisão/data: Caso haja alguma revisão das informações na ficha, este campo deve ser preenchido com o nome completo do indivíduo que realizou a revisão, assim como a data.

REPRODUÇÃO FOTOGRÁFICA

34. Imagem frontal: Deve-se anexar a foto frontal do objeto.

35. Imagem posterior: Deve-se anexar a foto posterior do objeto.

36. Fotógrafo/data: Este campo deve ser preenchido com o nome do fotógrafo e data em que a fotografia foi tirada.

37. Controle: Refere-se à numeração digital presente no banco de fotografias do MIHGP.

38. Dados da imagem: Refere-se às informações digitais pertencentes à fotografia tirada.

A ficha de catalogação do MIHGP possui campos mais específicos quando relacionada à ficha de arrolamento. Dessa maneira, este instrumento, a partir de seus campos, consegue abarcar grande parte das informações de um objeto, possibilitando, desta forma, um bom funcionamento do sistema de documentação do Museu, organizando de forma coerente os objetos museológicos e suas determinadas funções. No Anexo I, é possível visualizar a descrição e demais registros referentes a uma pintura em formato de convite.

Observa-se no Anexo I que a descrição do convite está em acordo com o documento original, partindo do registro das marcas e inscrições no documento, mas também do processo cognitivo do documentalista ao descrever as figuras e o formato do convite. No que tange a descrição física, a ficha catalográfica apresenta metadados que permitem direcionar o

responsável pelo registro a realizar tal ação. Além disso, o tratamento temático do objeto está presente no macrocampo de “Análise do Objeto”, no qual é necessária uma pesquisa do objeto e seu contexto para a realização da descrição, resultando na construção de resumos documentários inseridos em cada campo. Ao realizar estes processos, o documentalista deve estar em consonância às normas previstas em manuais estabelecidos pela própria instituição.

Para a utilização da ficha catalográfica, adotou-se um manual que auxilia no processo de descrição dos objetos. O manual foi desenvolvido por Cândido (2006), no qual esta especifica de que forma deve ser realizar a descrição, além de auxiliar o processo de leitura documentária do objeto. Nesse sentido, destacam-se as instruções de leitura das telas, presente nas instruções de descrição, no qual é afirmado que para a realização da leitura, deve-se dividir a peça em quatro planos, de baixo para cima e da esquerda para a direita.

Interpretando o objeto museológico como um artefato portador de uma densa carga informacional, a partir da definição conjunta de Ortega e Lara (2009) do documento/objeto como uma instância física e informacional, a ficha do MIHGP se preocupa pelo registro total de todas as características ligadas ao objeto, desde as informações referentes à materialidade da peça até o seu histórico de posse. Com isso, este instrumento atinge, sob os primeiros olhares, um nível satisfatório de registro a partir de seus trinta e oito campos específicos.

Contudo, não era constatado que esta ficha de catalogação era capaz de registrar e organizar uma porcentagem máxima de dados. À vista disso, foi necessário formular uma metodologia de avaliação que permitiu uma investigação sobre a eficácia deste instrumento. Esta investigação está presente em meu Trabalho de Conclusão de Curso, denominado “Museu e Informação: Uma Proposta de Avaliação da Ficha de Catalogação do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará”, buscando formular um método de avaliação da ficha de catalogação do MIHGP, como podemos acompanhar no tópico a seguir.

4.5.1 Procedimento de Avaliação

Utilizada, no período da primeira avaliação, somente na pinacoteca do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, a ficha de catalogação buscou contribuir no registro da informação das telas, informações estas que poderão ser utilizadas para a criação de conhecimentos futuros, visando, como primeira instância, o público referente aos profissionais de museus, pesquisadores interessados e demais visitantes. O procedimento de avaliação foi realizado nos anos de 2017 e 2018, partindo da investigação proposta pelo projeto de trabalho de conclusão de curso, denominado “Museu e Informação: Uma Proposta

de Avaliação da Ficha de Catalogação do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará”, de minha autoria e orientado pela Prof^ª Me. Marcela Guedes Cabral. A proposta de avaliação desse instrumento surgiu com intuito de investigar se esta informação registrada está em suma totalidade e coerência, propondo uma avaliação que abarcasse os diferentes campos responsáveis pela documentação museológica do MIHGP. Para isso, foi organizado uma investigação com o objetivo de criar um método que possibilitasse a avaliação da dinâmica e dos campos da ficha.

Na pesquisa, esta metodologia definiu-se pela criação de um questionário avaliativo com cinco interrogativas, onde foi possível testar a eficácia deste instrumento na perspectiva do registro das informações presentes nas telas da pinacoteca. Este questionário buscou avaliar os campos da ficha catalográfica a partir da perspectiva de profissionais e pesquisadores, no qual foi possível descobrir quais setores eram ineficazes. As interrogativas desenvolvidas tinham por finalidade avaliar a eficácia do sistema de recuperação de informações do Museu; avaliar diretamente todos os campos do instrumento documentário; propor aos avaliadores a opção de retirar algum campo da ficha catalográfica, a partir da noção deste do que não era eficaz na dinâmica de registro das informações; propor aos avaliadores a sugestão de novos campos para a ficha de catalogação; e propor aos avaliadores comentários a respeito da ficha de catalogação.

O questionário buscou permitir uma avaliação dos campos da ficha de catalogação sob a perspectiva de 10 indivíduos, a escolha de dez indivíduos justificou-se pelo pequeno número de pesquisadores que buscam a instituição para fins acadêmicos. À vista disso, supôs-se que este pequeno fluxo de pesquisadores ocorreu por conta do MIHGP ainda se encontrar de portas fechadas.

Para a formação dos grupos de indivíduos, foram considerados perfis de indivíduos que trabalhassem, ou tivessem algum contato, com um sistema de documentação museológica, sendo o manuseamento de fichas de catalogação o maior foco. Por seguinte, foram escolhidos 10 indivíduos, a partir de suas experiências em meio a documentação em museus, reservas técnicas e demais centros de documentação. Os perfis destes indivíduos correspondiam às características necessárias para a aplicação do questionário de aplicação, sendo estas a de possuir experiência em preenchimento de fichas de catalogação e recuperação da informação. Dessa maneira, foram localizadas problemáticas em alguns campos do instrumento de pesquisa, conforme sinalizado na figura a seguir.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ
MIHGP - MUSEU DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO			
01.Nº de inventário:	02.Coleção:	03.Termo:	04.Nº de inventário anterior:
05.Título:	06.Classificação:	07.Subclassificação:	08.Data de produção:
09.Autoria:	10.Dimensões (Em cm):	11.Origem:	12.Procedência:
13.Modos de aquisição:	14.Data de aquisição:	15. Material / técnica:	
16. Marcas e inscrições:	17.Estado de conservação: () Bom () Regular () Ruim () Péssimo		
18.Descrição do objeto:			
ANÁLISE DO OBJETO			
19. Dados históricos:			
20.Características iconográficas:			
21.Características estilísticas:			
22.Características técnicas:			
CONSERVAÇÃO DO OBJETO			
23.Diagnóstico:			
24.Intervenções anteriores:		25.Recomendações:	
NOTAS			
26. Histórico de exposições / prêmios			
27.Histórico de publicações			
28.Referências arquivísticas / bibliográficas			
29.Valor de seguro:	30.Observações:	31.Localização:	
DADOS DE PREENCHIMENTO			
32.Preenchimento / data			
33.Revisão / data			
REPRODUÇÃO FOTOGRÁFICA			
34.Imagem frontal	35.Imagem posterior	36.Fotógrafo / data	
		37.Controle	
		38.Dados da Imagem:	

Como constatações, a problemática mais apontada pelos avaliadores se referia à organização e estruturação dos campos da ficha. Estes afirmaram que alguns setores de registro deveriam ser desmembrados, realocados e melhor especificados. Como exemplo dessas práticas, foram levantadas observações a respeito do campo “Marcas e inscrições”, onde foi sugerido que este deveria estar conjugado ao item de descrição do objeto.

Foram também levantadas ressalvas a respeito do campo de recomendações, onde deveria ser adicionado um campo de assinatura do profissional que recomendou novas intervenções. O campo “Observações” também foi problematizado, por conta de sua má localização na ficha. Com isso, a recomendação a respeito da transferência desse campo para um espaço mais adequado também foi sugerida. Deste modo, foi indicado que este metadado fosse transferido para o macrocampo de “Identificação do objeto”. Foi sugerido a realocação dos campos referentes à identificação do responsável que preencheu a ficha, onde este passaria para o final do instrumento, possibilitando melhor preenchimento de novas revisões. Por fim, foi sugerido também que o campo referente ao “controle da imagem” fosse integrado ao item de “dados da imagem”.

Foram explicitadas opiniões referentes ao campo de aquisição, onde este não especifica quais são os modos de aquisição definidos pelo MIHGP. Dessa maneira, foi sugerido que se adicionasse estas opções para que se pudesse compreender melhor o meio de aquisição da peça. No entanto, estes meios estão evidenciados no manual de preenchimento da ficha, sendo identificados como adoção, compra, coleta e permuta. Foram problematizados também os campos de “Diagnóstico” e “Recomendações”, onde os avaliadores afirmaram que estes não especificam a que se referem, mesmo localizados e destacados no macrocampo “Conservação do objeto”. Com isso, foi sugerido uma renomeação destes campos. A sugestão de renomear foi atribuída também aos campos de “Preenchimento/data” e “Revisão/data”.

Foi possível evidenciar nesta primeira avaliação que a ficha de catalogação do MIHGP, apesar dessas ressalvas, possui parcial êxito em sua missão de registrar e organizar as informações referentes aos acervos do Museu. Compreendeu-se que ao executar os procedimentos de registro, este instrumento contribui de forma relativamente eficaz para a otimização do sistema de documentação da instituição museológica. No entanto, foi possível considerar que, de acordo com os avaliadores, a ficha catalográfica também apresenta várias problemáticas em seu desempenho, com principal foco na estruturação dos campos. Ademais, constatou-se que ficha de catalogação apresenta também lacunas informacionais a respeito da catalogação dos dados da peça. À vista disso, concluiu-se neste primeiro momento que,

mesmo que este instrumento funcione sem nenhum risco grave, devem ser aplicadas mudanças para um êxito máximo de registro, organização e difusão das informações das peças.

Em suma, a avaliação da ficha catalográfica, realizada em 2017 e 2018, permitiu investigar problemáticas implícitas nos metadados descritivos e no processo de descrição do objeto. Entretanto, para além disso, esta avaliação abriu margem para a observação de outras fragilidades, como a ausência de uma lista de terminologias mais específica e a classificação utilizada. Além disso, notou-se a necessidade da construção de um repositório que pudesse armazenar os dados referentes aos objetos do MIHGP.

Além disso, em algumas situações de doação no MIHGP, o objeto é adquirido junto a documentos e livros que correspondem à narrativa deste objeto. À vista disso, estes documentos complementares colaboram para a compreensão do objeto museológico doado e suas relações. Dessa maneira, notou-se que a catalogação destes documentos, como diários, pode potencializar o processo de comunicação e curadoria do objeto doado, permitindo um aprofundamento do contexto, a partir do uso das informações complementares.

Nos próximos capítulos, indico os processos de análise do tratamento da informação do Museu, focando na ficha catalográfica, e de construção do novo instrumento documentário que possa sanar as necessidades levantadas.

5 METODOLOGIA

O percurso metodológico desta pesquisa configurou-se como descritivo e experimental. Para a realização do processo de análise do tratamento da informação no MIHGP, buscou-se inicialmente delimitar níveis de eficácia para cada operação, com base nas bibliografias apresentadas no primeiro capítulo, referente à Organização da Informação e do Conhecimento, especificando quais processos tornariam o tratamento descritivo e temático eficaz. Em sequência, com a delimitação deste grau de eficácia como parâmetro, buscou-se investigar se os campos da ficha se aproximam a tais níveis.

Para formular níveis de operação descritiva satisfatórios, esta pesquisa buscou utilizar bibliografias ligadas à temática de tratamento descritivo. Com isso, foram analisadas e sintetizadas perspectivas de autores como Maimone, Silveira e Tálamo (2011), Baptista (2007), Reis et al (2018) e Campos (2006), nos quais definem a operação descritiva a partir das noções de individualização do documento, identificação e localização, pontos de acesso e possibilidades para replicação da obra em outras manifestações.

A partir da análise e síntese dessas noções, foi possível formular cinco níveis consecutivos de tratamento descritivo, especificados a seguir.

Nível 1 – Permite a identificação e localização do objeto/documento (Nível baixo de descrição): Neste nível, utilizou-se a obra de Campos (2006), na qual é apontado que o tratamento descritivo deve permitir identificar o documento e especificar a sua localização no acervo, possibilitando uma boa gestão.

Nível 2 – Permite a individualização do objeto/documento (Nível regular de descrição): Neste nível, utilizou-se como direcionamento a pesquisa de Maimone, Silveira e Tálamo (2011), onde as autoras especificam que um tratamento descritivo eficaz possibilita o realce das principais características de suporte que compõem um documento, como exemplo a estrutura que o torna diferente de outros itens.

Nível 3 – Permite identificar a obra (essência) e a manifestação do objeto/documento (Nível bom de descrição): A delimitação deste nível utilizou como base a pesquisa de Reis et al (2018), no qual afirmam que o tratamento descritivo deve identificar a descrever a obra e seus detalhes, assim como deve especificar de que modo a obra é manifestada, ou seja, o tipo de suporte.

Nível 4 – Permite formular pontos de acesso (Nível excelente de descrição): O último nível se baseou na pesquisa de Baptista (2006), no qual é apresentado que o objeto principal do tratamento descritivo é possibilitar a formulação de pontos de acesso entre os usuários e os documentos, assim como os documentos e suas entidades detentoras.

Para a formulação de níveis aceitáveis de tratamento temático, buscou-se investigar as noções de autores que delineiam esta operação e suas possibilidades, a partir dos estudos de Guimarães, Ferreira e Freitas (2013), Kobashi (1996), Guimarães (2009) e Sousa, Bandeira e Silva (2012), para a construção de níveis que delimitam se a operação temática do MIHGP alcança um baixo ou alto grau de eficácia ao investigar o conteúdo informacional dos objetos.

A partir da análise e síntese das noções de tratamento temático dos autores citados, foi possível formular cinco níveis consecutivos, especificados a seguir.

Nível 1 – Permite a Análise geral do conteúdo (Nível baixo de tematicidade): Este nível é baseado no estudo de Guimarães, Ferreira e Freitas (2013), no qual aponta que o tratamento temático deve possibilitar, sob uma perspectiva geral, a análise do contexto do documento, a partir de etapas como a leitura da forma e do conteúdo.

Nível 2 – Permite a Análise Documental e a construção de resumos informacionais (Nível regular de tematicidade): Para desenvolvimento deste nível, a pesquisa se baseou nas considerações de Kobashi (1996) acerca da operação temática e a relação junto à Análise Documental. Nesse sentido, este nível possibilita identificar se o tratamento informacional possibilita as etapas analítico-sintéticas, resultando na construção de termos e resumos, a qual a autora define estes como pontes de aproximação com o documento-base.

Nível 3 – Permite o entendimento da relação entre produção e uso da informação (Nível bom de tematicidade): Também baseado na pesquisa de Guimarães, Ferreira e Freitas (2013), este nível delimita a possibilidade do tratamento temático provocar o entendimento das relações do documento, em uma esfera de produção, a função primária; e o uso e significado, a função metafísica.

Nível 4 – Possibilita representação temática (indexação) (Nível excelente de tematicidade): Baseado nos estudos de Guimarães (2009) e Sousa, Bandeira e Silva (2012), este nível investiga se o tratamento temático possibilita a representação temática do objeto, a partir da indexação de termos ligados ao conteúdo e significado do item registrado.

Como resposta aos resultados da análise do tratamento informacional, a partir da utilização dos níveis desenvolvidos, a pesquisa buscou complementar a discussão com o desenvolvimento de um instrumento que pudesse preencher as lacunas de tratamento informacional apontadas na análise.

O processo de construção deste instrumento documentário buscou suprir necessidades informacionais a partir da utilização de normas, diretrizes e bibliografias que possam otimizar essa ficha. Deste modo, para tratar a questão de estrutura na ficha catalográfica, foi utilizada a Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus, do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC), do ICOM. A utilização desta diretriz corresponde à necessidade de renomear e realocar os metadados da ficha, assim como inserir campos que possam auxiliar na formação de um panorama informacional referente ao objeto. Além disso, para resolver a questão do Tratamento Temático da Informação, o processo de reestruturação da ficha buscou incluir metadados que pudessem indexar termos ligados ao contexto, conteúdo e significância do objeto. Focando nos documentos complementares, tais como artigos e demais documentos, a busca poderá ser atendida pela criação de metadados descritivos que possam representar sua forma e conteúdo, seguindo as diretrizes da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE).

Este segmento irá indicar as etapas de desenvolvimento de um protótipo de repositório, a partir da resolução das necessidades apresentadas na análise do tratamento da informação. Para isso, o instrumento foi reestruturado em um ambiente digital, a partir da customização no software de gestão museológica Tainacan. A escolha do Tainacan, e não do Acess To Memory (AToM), justifica-se pela flexibilidade no processo de customização de metadados e no processo de instalação, oferecendo alternativas que se adequassem melhor ao meio museológico e as demandas desta pesquisa.

O software Tainacan é uma ferramenta de gestão museológica que busca organizar, mediar e assegurar o conjunto informacional ligado a um museu ou coleção pública ou particular. Este atua como um plugin no WordPress e colabora para publicação de informações de objetos e acervos museológicos no ciberespaço. Além disso, o software também funciona como uma plataforma profissional para formação de um repositório digital, possibilitando a criação e personalização livre de metadados para o registro de itens e coleções. Conforme Martins, Carmo e Germani (2018, p. 144), o Tainacan está agregado ao Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) desde 2015, no qual tem por objetivo “facilitar a

publicação de acervos digitais em rede das instituições de cultura, sobretudo dos museus”. Para Castro Maia (2018), o software possibilita uma hiperconectividade entre espaços e acervos museais, tornando a participação do usuário ativa no processo. Ademais, Martins et al. (2017) complementam que o projeto Tainacan possibilita o link entre usuários de redes sociais e a rede museal ampliando “o grau de participação social de usuários do repositório em atividades de sua gestão e manutenção, se tornando uma referência na perspectiva da cultura digital para o mundo dos repositórios digitais.” (MARTINS et al., 2017, p. 7).

Para a execução deste processo de reestruturação no ambiente digital, foram necessários ajustes em problemáticas apresentadas anteriormente, tal como a posição, nomenclatura e ausência de metadados que colaborassem para um amplo registro de um panorama informacional do objeto a ser descrito. À vista disso, a Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus, do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC) foi consultada com intuito de auxiliar na customização e criação de novos metadados. Esta declaração busca definir grupos de informação que direcionem os espaços museológicos na formação de instrumentos de pesquisa para acervos museológicos. Deste modo, o documento apresenta diversos modos de inclusão de metadados que possam se adequar ao status de cada espaço. Além disso, as diretrizes ressaltam o processo de documentação como necessário para o acesso, uso, segurança e associação de acervos museológicos (CIDOC, 2014), objetivando a organização informacional deste sob uma mesma diretriz.

Nesse sentido, os grupos de informação utilizados foram os seguintes: Informação sobre aquisição; Informação sobre o estado de conservação; Informação sobre descrição; Informação sobre a imagem; Informação sobre a instituição; Informação sobre localização; Informação sobre material e técnica; Informação sobre marca e inscrição; Informação sobre associação do objeto.

Todavia, algumas nomenclaturas e metadados formulados a partir das recomendações apresentadas por Cândido (2006) foram mantidas, tais como os metadados do macrocampo referente à **Identificação do objeto**, considerando o potencial desta no processo de organização e mediação da informação no ambiente digital do MIHGP, possibilitado pela utilização do Tainacan.

Em relação à consulta da Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), foram utilizadas, para o processo de desenvolvimento do instrumento, diretrizes das seguintes

áreas: Área de Identificação; Área de Contextualização; Área de Conteúdo e Estrutura; Área de Condições de Acesso e Uso.

6 ANÁLISE DA FICHA CATALOGRÁFICA DO MUSEU DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ

A ficha catalográfica de museus é um dos principais instrumentos de pesquisa que possibilita a realização do tratamento da informação dos objetos/documentos museológicos, a partir de campos de registro que direcionam o documentalista à execução de operações descritivas e temáticas, tomando como diretriz as normas e padrões formuladas pelo museu ou por entidades nacionais ou internacionais, tais como o CIDOC. Nesse sentido, compreende-se que este instrumento de pesquisa reúne informações não só ligadas às características intrínsecas do item museológico, como também possibilita a representação temática, direcionado ao processo de Análise Documental e Documentação Museológica, resultando na construção de resumos referentes ao conteúdo do objeto descrito.

Neste capítulo serão analisados os campos que compõem a ficha catalográfica, na qual realiza, no âmbito do MIHGP, o tratamento da informação nas dimensões descritiva e temática da informação. Utilizando como base a revisão de literatura presente no primeiro capítulo, serão levantadas questões acerca do tratamento informacional do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, com foco no instrumento de pesquisa, buscando explicitar a presença ou ausências de elementos que permitem a Organização da Informação e do Conhecimento.

5.1. OPERAÇÃO DESCRITIVA

No âmbito museológico, o objeto/documento corresponde a um testemunho da realidade sob a perspectiva de um determinado indivíduo ou grupo social, ao qual Maroevic (2000) define como um elemento informacional básico para construção do conhecimento humano. Deste modo, o documento museológico, assim como seus semelhantes nas áreas da Arquivologia e Biblioteconomia, é composto por diferentes níveis informacionais, interligados entre as dimensões de forma e de contexto. Nesse sentido, Mensch, (1989) aponta que a primeira dimensão informacional que compõe o documento de museu é a de propriedades físicas, a partir de características referentes à composição material e segmentos morfológicos, como dimensões e estrutura.

Nesse cenário, a operação descritiva se insere como responsável por registrar informações das características intrínsecas do objeto, partindo de métodos de investigação e observação. Em síntese, o tratamento descritivo de forma busca aperfeiçoar a busca de

documentos a partir da captação de informações ligadas às particularidades do suporte, possibilitando relacionar os usuários a esses documentos, a partir de pontos de acesso.

Deve-se ressaltar que a análise do tratamento informacional do MIHGP buscou nivelar a operação descritiva do Museu de modo a compreender se esta realiza os procedimentos especificados em cada nível, tais como identificação, individualização, etc. Dessa maneira, se o tratamento descritivo atingir um nível excelente de descrição (Nível 4), significa que este também consegue executar todas as atividades dos níveis inferiores.

A partir da utilização da observação direta como técnica metodológica para esta análise, foram levantados os seguintes resultados (Figura 11).

Figura 11 - Análise da operação descritiva

Níveis	Permite a operação?	Quais campos?
Nível 1	Sim	Nº de inventário; Título; Localização
Nível 2	Sim	Data de produção; Dimensões; Material/técnica; Marcas e inscrições; Estado de conservação; Diagnóstico
Nível 3	Sim	Descrição do objeto
Nível 4	Sim	Autoria; Origem; Procedência

Fonte: Elaborada pelo autor

Conforme os resultados apresentados na figura acima, foi observado que a operação descritiva do MIHGP alcança o Nível 1, a partir da presença de campos na ficha catalográfica que possibilitam a identificação e localização do objeto, tais como os metadados de número de inventário, Título e Localização, onde é permitido incluir informações necessárias para atingir este nível. Além disso, o tratamento descritivo do Museu também atinge o segundo nível, baseado na presença de campos no instrumento de pesquisa que possibilitam a individualização do objeto descrito, como o registro da data de produção, dimensões, material e técnicas, marcas e inscrições, estado de conservação e diagnóstico, permitindo a construção de um relatório mais específico para cada item descrito. A operação descritiva do MIHGP também atinge o terceiro nível, no qual é possível especificar as propriedades da obra e identificar a sua manifestação, a partir das diretrizes do campo “Descrição do objeto”, onde é especificado que o documentalista deve descrever detalhes, posicionamentos, e entalhes que compõem o objeto registrado.

Por fim, o tratamento descritivo do MIHGP atinge o Nível 4 (excelente nível de descrição), baseado na presença de campos que possibilitam pontos de acesso ao documento e suas entidades detentoras, a partir dos campos de Autoria, Origem e Procedência. Entretanto, algumas questões são levantadas acerca do tratamento descritivo deste nível. Entre estas questões, destaca-se a simplicidade destes pontos de acessos, tornando o registro acessível, sem especificações acerca das entidades detentoras e o tipo de relações dessas obras com os documentos. Além disso, mesmo que contenha um metadado para a inclusão de um termo, foi questionado se é ligado a um termo referente à dimensão de suporte ou de conteúdo do objeto registrado, provocando uma desorganização na representação da informação do item.

5.2. OPERAÇÃO TEMÁTICA

Para além das propriedades físicas, o objeto/documento de museu também contém características ligadas ao contexto e conteúdo que delineiam seu significado. Para Souza (2009), é fundamental considerar dimensões além da sintática, levando em consideração a semântica do objeto. Segundo o autor, para analisar o tratamento informacional em espaços museológicos deve-se primeiro interpretar a informação do objeto, no qual remete “ao processo interpretativo que, na percepção dos teóricos, pode considerar dois tipos de significados: o principal, que diz respeito à funcionalidade e uso; e o secundário, referente à agregação de valores simbólicos” (SOUZA, 2009, p. 4). Nesse sentido, o conteúdo do objeto subdivide-se em duas categorias: a função primária, referente ao seu uso inicial; e a função metafísica, ligada à representação simbólica para determinado contexto, envolvendo questões de memória, identidade e patrimônio. Mensch (1989) complementa essa discussão apontando que o conteúdo do objeto museológico é representado em um *significado primário*, funcional e expressivo, e o *significado secundário*, simbólico e metafísico. O autor também implanta um terceiro nível representativo do conteúdo, a História, no qual Mensch define como o processo onde a matéria e a ideia se unem na forma.

Nesse contexto, o tratamento temático da informação busca identificar as dimensões que compõem o objeto museológico, analisando e sintetizando o conteúdo deste para representá-lo. Em resumo, a operação temática do tratamento informacional investiga as propriedades subjetivas do documento, objetivando compreender suas relações, o contexto em que foi produzido ou inserido e suas significações, ou seja, sobre sua definição, em um determinado grupo social ou político.

Do mesmo modo que a análise da operação descritiva, esta pesquisa buscou nivelar a operação temática do MIHGP, com intuito de compreender se esta realiza os procedimentos

especificados em cada nível, tais como de análise e síntese do conteúdo e compreensão das relações entre uso e informação. Dessa maneira, se o tratamento temático atingir um nível excelente de descrição (Nível 4), significa que este também consegue executar todas as atividades dos níveis inferiores.

A partir da utilização da observação direta como técnica metodológica para esta análise, foram levantados os seguintes resultados (Figura 12).

Figura 12 - Análise da operação temática

Níveis	Permite a operação?	Quais campos?
Nível 1	Sim	Classificação; Subclassificação; Dados históricos; Características iconográficas; Características estilísticas
Nível 2	Sim	Descrição; Dados históricos; Características iconográficas; Características estilísticas
Nível 3	Não	-
Nível 4	Não	-

Fonte: Elaborada pelo autor

Com base nos resultados apresentados na figura acima, foi observado que a operação temática do MIHGP alcança o Nível 1, a partir da presença de campos que realizam a análise geral do conteúdo do documento descrito. Entre os metadados do instrumento, destacam-se os de Classificação e Subclassificação, no qual é possível atribuir uma classe ao item a partir de sua função primária. Além disso, campos como os de “Dados históricos”, “Características iconográficas” e “Características estilísticas” permitem a investigação e análise do conteúdo na esfera metafísica e de significado, a partir das propriedades extrínsecas que compõem o documento museológico. O tratamento temático do MIHGP também atinge o Nível 2, um nível regular de tematicidade, pois a ficha catalográfica e suas diretrizes de preenchimento direcionam o documentalista ao processo de análise e síntese do objeto, no qual o próprio é induzido à etapas de investigação e de leitura do item museológico, inserindo posteriormente resumos documentários que representam o conteúdo do objeto. Estes resumos podem ser inseridos nos campos de “Dados históricos”, “Características iconográficas” e “Características estilísticas”, no qual cada um especifica as camadas de conteúdo que compõem o documento museológico, dialogando entre as funções de uso e significado. Além disso, os resumos

produzidos com base no documento original podem ser incluídos junto aos resumos do tratamento descritivo, no metadado de Descrição.

Ao analisar os resultados, notou-se que a operação temática não alcança o Nível 3 de tematicidade. Isso é comprovado pela ausência de campos no instrumento de pesquisa que possibilitem o entendimento entre a relação do uso x informação x detentor, onde a ficha não permite o registro da função inicial do objeto, função esta atribuída pelo proprietário. Campos que destacassem a relação entre o documento e o seu antigo detentor, assim como especificasse a quem o item pertencia, seu contexto e como ele era interpretado, colaborariam para um maior aprofundamento da operação temática nos acervos do MIHGP.

O tratamento temático também não atinge o nível, de excelência, por não possibilitar a indexação de termos que representem o conteúdo. A causa dessa problemática é o conflito entre o que deve inserido no campo “Termo”, resultando em um descritor que não representa precisamente o documento. A falta de uma representação temática não só provoca uma falta de síntese do conteúdo do objeto como também não permite um acesso eficaz dos usuários no sistema de registro do Museu. Nesse sentido, a ausência neste nível torna-se uma das principais problemáticas no tratamento informacional dos acervos museológicos, ao não considerar a indexação como principal ponto de acesso entre usuários e o conteúdo informacional dos objetos.

Em suma, com base na análise proposta, notou-se que o tratamento informacional do MIHGP atinge níveis consideráveis quando referente à operação descritiva, no qual o instrumento de pesquisa possibilita o registro de diferentes propriedades que envolvem o suporte do objeto. Entretanto, o tratamento da informação do Museu atinge somente um nível regular de tematicidade, a partir de necessidades que a ficha catalográfica não consegue suprir, como a ausência de campos e diretrizes que auxiliem o documentalista na investigação das relações entre documento x indivíduo e a falta de representações temáticas do documento, dificultando o acesso dos usuários.

Como opção para solucionar estas problemáticas, esta pesquisa buscou construir um novo instrumento de pesquisa que facilitasse o tratamento informacional em ambas as dimensões, descritiva e temática, a partir da inclusão e customização de novos campos de registro e da criação de metadados que possam armazenar e preservar os documentos registrados, baseando-se no formato e funcionamento dos Repositórios Arquivísticos Digitais, como pode ser conferido no próximo capítulo.

7 PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA

Neste capítulo será apresentado o processo de construção do instrumento de pesquisa a partir das necessidades de informação dos usuários e os meios que possam atendê-las. Inicialmente, conforme já citado, a avaliação da ficha catalográfica do MIHGP apresenta fragilidades, a partir do parecer de outros profissionais. Por possuir problemas referentes à sua estrutura, as reflexões levantadas abrem a possibilidade de reformulação para um novo instrumento documentário, tendo como foco a reorganização de dados e a criação de metadados.

As necessidades para um novo instrumento de pesquisa configuraram-se em três dimensões: estrutura, referente a localização dos metadados, nomenclatura e presença de campos desnecessários; Tratamento Temático da Informação, ligada à ausência de metadados para a representação temática e indexação de termos que possam representar o conteúdo do objeto museológico; e documentos complementares, como cartas e periódicos relacionados às peças, ligados à necessidade de campos de descrição e catalogação que interliguem as informações com o objeto registrado.

Este instrumento expandirá a atual ficha catalográfica para uma abordagem interdisciplinar, com a implementação de novos campos, a partir de discussões ligadas ao tratamento documental e descrição, nas esferas da Organização e Representação da Informação no âmbito da Arquivologia.

Entretanto, a necessidade deste novo instrumento não corresponde à ausência de métodos e normas na Museologia, pois o campo museológico também contém diretrizes para a construção de instrumentos de pesquisas ligados ao registro dos objetos em museus, levando em consideração as dimensões físicas e de contexto para sua descrição objetiva. Somando-se a isso, a ausência de maior expansão para o tratamento de informações complementares pode acarretar na construção de um panorama informacional incompleto, prejudicando a mediação da informação e a idealização de exposições museológicas. Deste modo, o instrumento documentário a ser construído encontra seu potencial a partir da proposta de reunir, sob uma única ferramenta, informações ligadas ao objeto museológico e aos seus documentos relacionados, no qual serão descritos, classificados e representados com base nas diretrizes de cada tipo documental.

Por possuir diferentes abordagens, algumas noções acerca da missão do instrumento devem ser delineadas. Como já citado, o instrumento desenvolvido buscará descrever,

classificar e representar os documentos de primeira instância, ou seja, os objetos museológicos do MIHGP. O foco são as informações do objeto e suas relações, utilizando, como segunda instância, outras tipologias documentais como forma complementar para o entendimento das interfaces entre essas instâncias. Deste modo, caracterizam-se, na segunda instância, os documentos arquivísticos, ou seja, publicações relacionadas ao objeto. A partir dessa abordagem, este instrumento reúne informações sobre o objeto em uma primeira perspectiva, desdobrando-se para demais campos informacionais.

A “reconstrução” do instrumento potencializa também a produção de um repositório virtual, contendo informações dos objetos e seus desdobramentos documentais. No ambiente virtual, o instrumento funcionaria como meio de descrição e digitalização dos documentos, direcionando os dados para uma visualização de uma ficha digital contendo informações, imagens e documentos complementares já descritos e representados no objeto. Com isso, para esta pesquisa, será desenvolvido um protótipo de repositório, com foco no armazenamento e busca informacional, a partir da utilização da ficha atualizada.

7.1 REESTRUTURAÇÃO DA FICHA CATALOGRÁFICA NO SOFTWARE TAINACAN

A ficha catalográfica do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará foi reestruturada seguindo as diretrizes de documentação e utilizando o software Tainacan para a customização no ambiente digital. Nesse sentido, o novo instrumento de pesquisa contém metadados que permitem o tratamento informacional, na esfera descritiva e temática, a partir de operações que realizam a investigação da *forma* e do *conteúdo*, tal como a inserção de campos que permitem a indexação de termos. A apresentação do processo de reestruturação seguirá os seguintes sub tópicos, seguindo a organização do instrumento anterior: Identificação do objeto; Análise do objeto; Conservação do objeto; Notas; e Outros dados.

7.1.1 Identificação do objeto

Tal como especificado por Cândido (2006), a identificação do objeto reúne informações acerca das propriedades físicas e as associações que o item museológico possui. Nesse sentido, foram adicionados e customizados ao instrumento metadados que incluíssem o título, a descrição de marcas e inscrições, a origem, a identificação numérica e demais campos para realização da operação, como pode ser identificado na figura a seguir.

Figura 13 - Instrumento construído no Tainacan (Segmento 1)

The screenshot displays the Tainacan interface for creating a new item. The top navigation bar includes the Tainacan logo, a search bar, and a 'Busca Avançada' link. The main header identifies the collection as 'Coleção Medalhística e Numismática'. Below this, a breadcrumb trail shows the path: 'Repositório > Coleções > Medalhística e Num... > Itens > Novo'. The interface is divided into several sections:

- Documento vazio:** Three circular icons representing document types: 'Arquivo', 'Texto simples', and 'URL'.
- Miniatura:** A placeholder for a thumbnail image, labeled 'Miniatura vazia'.
- Coleção:** A dropdown menu currently set to 'Medalhística e Numismática'.
- Visibilidade:** Radio buttons for 'Público (visível para todos)' (selected) and 'Privado (visível apenas para editores)'.
- Comentários:** A checkbox for 'Permitir Comentários'.
- Metadados:** A section titled 'Recolher todos' containing several required fields:
 - 'Nome/sigla da instituição * (Texto simples)': A text input field with an 'Adicionar valor' button below it.
 - 'N° de inventário * (Numérico)': A numeric input field.
 - 'Coleção * (Texto simples)': A text input field.
 - 'Descritor físico * (Taxonomia)': A dropdown menu.

At the bottom of the form, there are three buttons: 'Descartar', 'Salvar como rascunho', and 'Publicar'. A timestamp at the bottom left indicates the page was updated on 08/01/2020 at 07:19:19.

Fonte: Elaborada pelo autor

Neste segmento, foram adicionados os metadados “Nome/sigla da instituição”, seguindo as diretrizes do CIDOC, no qual serão adicionadas as informações “MIHGP – Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará”. Além disso, é possível adicionar mais instituições, caso o objeto seja compartilhado com outro espaço museológico.

Foram mantidos os metadados que permitem o registro do número de inventário e a coleção a qual os objetos pertencem. Ademais, o registro destes é obrigatório dentro do repositório, não permitindo a adição do item à coleção sem um número de registro. Como apresentado na imagem, o repositório também permite o anexo de documentos referentes ao objeto e as imagens de registros.

Dando prosseguimento, o instrumento também contém os seguintes metadados (Figura 14).

Figura 14 - Instrumento construído no Tainacan (Segmento 2)

The screenshot shows the Tainacan interface for creating a record in the 'Coleção Medalhística e Numismática' collection. The form includes the following fields:

- Descritor físico** (Taxonomia): A dropdown menu with the option 'Limpar seleção única selecionada' selected.
- Descritores temáticos** (Taxonomia): A dropdown menu with two options: 'Medalha' and 'Medalha Comemorativa'.
- Nº de inventário anterior** (Numérico): A text input field.
- Título** (Texto simples): A text input field.
- Tipo de título** (Lista de Seleção): A dropdown menu with three options: 'Selecionar...', 'Título comum', and 'Título Taxonômico'.

At the bottom of the form, there are three buttons: 'Descartar', 'Salvar como rascunho', and 'Publicar'. The interface also shows a search bar at the top right and a navigation menu on the left.

Fonte: Elaborada pelo autor

Neste segmento, o instrumento permite a indexação de um descritor físico, a partir de um termo proveniente da terminologia presente no Plano de Classificação¹³ do MIHGP, baseado na obra de Cândido (2006). Além disso, é permitido também indexar termos ligados à tematicidade do objeto, no metadado “Descritores temáticos” possibilitando a adição de vários termos provenientes de um tesouro ou lista taxonômica registrada no sistema. Como exemplo, a figura contém dois termos a serem indexados, sendo estes “Medalha” e “Medalha comemorativa”, ligados ao tesouro de numismática e medalhística do MIHGP.

A opção de número de inventário anterior também foi adicionada, possibilitando a adição de um número anterior ao atual. Este metadado torna-se opcional, caso o item registrado não possua nenhuma numeração anterior. O metadado de título foi mantido, entretanto, seguindo as diretrizes do CIDOC, foi adicionado um campo complementar denominado “Tipo de título”, no qual este informa se o título é comum, ou seja, apresentado na superfície do objeto ou dado pelo proprietário da peça; ou se o título é taxonômico, no qual este foi empregado pelo próprio museu a partir da terminologia presente no Plano de Classificação, com termos específicos para cada item.

O repositório formulado também contém os seguintes metadados (Figura 15).

¹³ A lista de termos presente no Plano de Classificação do MIHGP contempla somente os termos gerais referentes à função primária do objeto, empregando somente um nome comum ao item descrito.

Figura 15 - Instrumento construído no Tainacan (Segmento 3)

The screenshot shows the Tainacan interface for creating a new item. The page title is 'Coleção Medalhística e Numismática'. The breadcrumb trail is 'Repositório > Coleções > Medalhística e Num... > Itens > Novo'. The form contains the following fields:

- Classificação *** (Taxonomia): Includes 'Termos disponíveis:' and a radio button for 'Limpar seleção única selecionada'.
- Autoria** (Texto simples): A text input field.
- Dimensões *** (Texto simples): A text input field.
- Origem** (Texto simples): A text input field.
- Método de aquisição *** (Lista de Seleção): A dropdown menu with 'Selecionar...' as the current selection.
- Data de aquisição** (Data): A text input field with the format 'dd/mm/yyyy'.

At the bottom of the form, there is a timestamp 'Atualizado em 08/01/2020 07:19:19' and three buttons: 'Descartar', 'Salvar como rascunho', and 'Publicar'.

Fonte: Elaborada pelo autor

Conforme a figura, o metadado de Classificação foi mantido, podendo inserir os segmentos presentes no Plano de classificação do MIHGP, ainda a ser incluído no sistema. Os metadados de autoria, dimensões e origem também foram mantidos. A nomenclatura do metadado “Modo de aquisição” foi alterada para “Método de aquisição”, seguindo as diretrizes do CIDOC, no qual este agora contém alternativas para serem selecionadas, sendo estas: Doação, Compra, Troca, Legado, Desconhecido e Coleta de campo. A data de aquisição também pode ser adicionada.

Seguindo as normas e diretrizes do CIDOC, os seguintes metadados apresentados na Figura 16 também foram adicionados.

Figura 16 - Instrumento construído no Tainacan (Segmento 4)

The screenshot displays the Tainacan interface for adding a new item to the 'Coleção Medalhística e Numismática' repository. The interface includes a search bar at the top right with the text 'Buscar no repositório' and a 'Busca Avançada' link. The breadcrumb navigation shows 'Repositório > Coleções > Medalhística e Num... > Itens > Novo'. The form contains the following fields:

- Data de entrada *** (Data): A date input field with a placeholder 'dd/mm/yyyy'.
- Depositante *** (Texto Longo): A large text area for entering the depositor's name, with an 'Adicionar valor' button below it.
- Proprietário atual *** (Texto Longo): A large text area for entering the current owner's name, with an 'Adicionar valor' button below it.
- Data de produção *** (Data): A date input field with a placeholder 'dd/mm/yyyy'.

At the bottom of the form, there are three buttons: 'Descartar', 'Salvar como rascunho', and 'Publicar'. The status bar at the bottom left indicates 'Atualizado em 08/01/2020 07:19:19'.

Fonte: Elaborada pelo autor

Neste segmento, a data de entrada foi incluída com intuito de informar o período em que o item foi entregue ao museu para avaliação pré aquisição. O instrumento também requer que sejam registrados o depositante do objeto e o proprietário atual. Nesse caso, a informação ao ser registrada pode conter os mesmos nomes. Além disso, o repositório também adiciona a data de produção do item.

No que tange o tratamento descritivo do item museológico a ser adicionado, o repositório contém os seguintes metadados (Figura 17).

Figura 17 - Instrumento construído no Tainacan (Segmento 5)

The screenshot displays the Tainacan web interface for creating a new item. The top navigation bar includes the Tainacan logo, a search bar with the text 'Buscar no repositório', and a 'Busca Avançada' button. Below this, the collection name 'Coleção Medalhística e Numismática' is shown. The breadcrumb trail indicates the current path: 'Repositório > Coleções > Medalhística e Num... > Itens > Novo'. The main content area contains four expandable sections, each with a text input field:

- Texto de marcas e inscrições *** (Texto Longo)
- Descrição de marcas e inscrições *** (Texto Longo)
- Tipo de marcas e inscrições *** (Texto Longo)
- Técnica de marcas e inscrições *** (Lista de Seleção)

At the bottom of the form, there is a timestamp 'Atualizado em 08/01/2020 07:19:19' and three buttons: 'Descartar', 'Salvar como rascunho', and 'Publicar'.

Fonte: Elaborada pelo autor

Neste segmento, a opção de marcas e inscrições foi expandida para a adição de detalhes mais específicos, tais como: Texto de marcas e inscrições, no qual este requer que seja adicionado o texto ou marca presente na superfície do objeto registrado; Descrição de marcas e inscrições, no qual são adicionadas informações acerca das especificidades do texto, tais como cor e demais dados; e Tipo de marcas e inscrições, no qual é especificado a natureza da marca, como exemplo, assinaturas, carimbos, etc.

Além disso, o instrumento contém campos que contemplam as dimensões de marcas e inscrições (Figura 18).

Figura 18 - Instrumento construído no Tainacan (Segmento 6)

The screenshot shows the Tainacan interface for creating a new item. The header includes the Tainacan logo and a search bar. The breadcrumb trail is: Repositório > Coleções > Medalhística e Num... > Itens > Novo. The main content area contains three form sections:

- Técnica de marcas e inscrições *** (Lista de Seleção): A dropdown menu with the option 'Selecionar' and a link to 'Adicionar valor'.
- Posição de marcas e inscrições *** (Texto Longo): A large text input area.
- Tradução de marcas e inscrições *** (Texto Longo): Another large text input area.

At the bottom, there is a timestamp 'Atualizado em 08/01/2020 07:19:19' and three buttons: 'Descartar', 'Salvar como rascunho', and 'Publicar'.

Fonte: Elaborada pelo autor

Nesta parte, a técnica de marcas e inscrições também é registrada, seguindo a especificidade presente do objeto museológico, a partir da seleção das seguintes técnicas: entalhada; pintada; impressa; e gravada. O instrumento também permite o registro da posição das inscrições do objeto, identificando em que setor estão as informações. Além disso, o instrumento também permite inserir a tradução das marcas, caso sejam inscritas em língua estrangeira.

Dando finalidade ao segmento de identificação do objeto, o repositório contém os demais metadados (Figura 19).

Figura 19 - Instrumento construído no Tainacan (Segmento 7)

The screenshot displays the Tainacan interface for creating a new item. The header shows the Tainacan logo and a search bar. The main content area is titled 'Coleção Medalhística e Numismática' and contains a form with the following fields:

- Estado de conservação *** (Lista de Seleção): A dropdown menu with 'Selecionar...' as the current selection.
- Descrição física *** (Texto Longo): A large text area for entering the physical description.
- Tipo do objeto *** (Lista de Seleção): A dropdown menu with 'Selecionar...' as the current selection.
- Características de material e técnica *** (Texto Longo): A large text area for entering material and technical characteristics.
- Dados históricos *** (Texto Longo): A large text area for entering historical data.

At the bottom of the form, there are three buttons: 'Descartar', 'Salvar como rascunho', and 'Publicar'. The footer indicates the page was updated on 09/01/2020 at 16:34:34.

Fonte: Elaborada pelo autor

Nesta parte, o campo acerca do estado de conservação foi mantido, contendo as mesmas opções da ficha anterior (bom, regular, ruim e péssimo). O metadado de descrição física do objeto também foi mantido, no qual foi adicionada ao repositório a opção de marcar o tipo de objeto, indicando se este é um holótipo, o único espécime da coleção, ou um parátipo, no qual o objeto contém um ou mais itens de mesma semelhança e significado. Além disso, neste segmento o campo “Características de material e técnica” foi adicionado, possibilitando especificar os detalhes de produção do objeto.

7.1.2 Análise do Objeto

No instrumento de pesquisa anterior, o setor de análise do objeto direcionava o documentalista ao registro do conteúdo, contexto e tematicidade do objeto museológico, ao qual eram incluídas informações acerca da iconografia, estilo e associações sociais e históricas. No processo de reestruturação, a customização dos campos existentes foi necessária para dar continuidade ao tratamento temático da informação, a partir do potencial destes para o direcionamento do processo de construção de resumos que representem o conteúdo do item a ser registrado. Além disso, a partir das normas do CIDOC acerca do tratamento da informação, referente à associação entre itens e indivíduos ou comunidades, foram adicionados metadados que incluem o registro desses relacionamentos e outras

especificidades. A partir destas afirmativas, o repositório contém os seguintes metadados (Figura 20).

Figura 20 - Instrumento construído no Tainacan (Segmento 8)

The screenshot displays the Tainacan interface for creating a new item. The top navigation bar includes the Tainacan logo, a search bar with the text 'Buscar no repositório', and a 'Busca Avançada' link. Below the navigation bar, the breadcrumb trail reads 'Repositório > Coleções > Medalhística e Num... > Itens > Novo'. The main content area contains four text input fields, each with a dropdown arrow and a help icon:

- Dados históricos** * (Texto Longo) ⓘ
- Características iconográficas** * (Texto Longo) ⓘ
- Características estilísticas** * (Texto Longo) ⓘ
- Nome do grupo/indivíduo associado ao obje...** * (Texto Longo) ⓘ

At the bottom of the form, there is a footer area with the text 'Atualizado em 09/01/2020 16:34:34' and three buttons: 'Descartar', 'Salvar como rascunho', and 'Publicar'.

Fonte: Elaborada pelo autor

Neste segmento, denota-se a opção em manter os metadados que envolvem o registro de dados históricos, iconográficos e estilísticos. Nesse sentido, tal como o instrumento de pesquisa anterior, o documentalista poderá incluir um resumos acerca do conteúdo do objeto, a partir do processo de pesquisa e de Análise Documental.

Em seguida, o novo instrumento também permite os seguintes registros (Figura 21).

Figura 21 - Instrumento construído no Tainacan (Segmento 9)

The screenshot shows the Tainacan interface for creating a new item. The header includes the Tainacan logo, a search bar, and navigation icons. The main content area is titled 'Coleção Medalhística e Numismática' and shows a breadcrumb trail: 'Repositório > Coleções > Medalhística e Num... > Itens > Novo'. The form consists of several sections:

- A large empty text area at the top.
- A section labeled 'Nome do grupo/indivíduo associado ao objeto' (Text Longo).
- A section labeled 'Tipo de associação' (Lista de Seleção) with a dropdown menu showing 'Selecionar' and an 'Adicionar valor' button.
- A section labeled 'Função original' (Text Longo).

At the bottom of the form, there is a timestamp 'Atualizado em 09/01/2020 16:34:34' and three buttons: 'Descartar', 'Salvar como rascunho', and 'Publicar'.

Fonte: Elaborada pelo autor

Os campos formulados no segmento da Figura 21 seguem as diretrizes do CIDOC, no qual desenvolve uma categoria de informação que aborda associações entre itens museológicos e seus proprietários, atuais ou passados, destacando a função inicial que estes atribuem aos objetos. Nesse sentido, foram adicionados ao repositório os seguintes metadados: Nome do grupo/indivíduo associado ao objeto, no qual são adicionados dados acerca do indivíduo ou coletividade que mantinha o objeto; Tipo de associação, onde o documentalista poderá marcar o tipo de relacionamento da entidade com o item, sendo as opções registradas no sistema de uso, escavação, coleção e criação, podendo ser adicionado mais de um tipo de relacionamento; e Função original, ao qual o documentalista irá registrar a função que o proprietário ou coletividade atribuía ao objeto.

7.1.3 Conservação do Objeto

Os campos de registro de conservação do objeto foram, em sua maioria, mantidos, apenas sendo reorganizados e tendo suas nomenclaturas alteradas. O campo de recomendações foi retirado. Para mais, foi adicionado o metadado de data de avaliação da conservação, como pode ser observado na figura a seguir.

Figura 22 - Instrumento construído no Tainacan (Segmento 10)

The screenshot displays the Tainacan interface for creating a new item. The header shows the Tainacan logo and a search bar. The main content area is titled 'Coleção Medalhística e Numismática' and contains a breadcrumb trail: 'Repositório > Coleções > Medalhística e Num... > Itens > Novo'. The form includes several fields:

- A large empty text area at the top.
- A dropdown menu labeled 'Sumário de conservação * (Texto Longo)' with a help icon.
- A date input field labeled 'Data de avaliação * (Data)' with a help icon and a placeholder 'dd/mm/yyyy'.
- A dropdown menu labeled 'Intervenções anteriores * (Texto Longo)' with a help icon.

At the bottom of the form, there is a timestamp 'Atualizado em 09/01/2020 16:34:34' and three buttons: 'Descartar', 'Salvar como rascunho', and 'Publicar'.

Fonte: Elaborada pelo autor

Nota-se, neste segmento, a alteração de nomenclatura “Diagnóstico” para “Sumário de conservação”, seguindo a terminologia apresentada pelas normas do CIDOC. Além disso, pode ser adicionada a data de avaliação do estado de conservação do objeto e o registro de intervenções anteriores, como restauros e higienizações.

7.1.4 Notas

Conforme as diretrizes de Cândido (2006), este setor reúne informações ligadas a documentos e valores referentes ao objeto registrado. Deste modo, mostrou-se necessário não só manter os mesmos campos de registro, como também adicionar diretrizes que pudessem colaborar para a segurança e localização dos itens museológicos. Nesse sentido, com base nas recomendações do CIDOC, foram especificados metadados que, no instrumento anterior, registravam estas informações de modo superficial, como a localização do item resguardado, expandido para o registro de informações mais precisas. Com isso, os metadados customizados e adicionados podem ser visualizados na figura a seguir.

Figura 23 - Instrumento construído no Tainacan (Segmento 11)

The screenshot shows the Tainacan interface for the 'Coleção Medalhística e Numismática'. The breadcrumb trail is 'Repositório > Coleções > Medalhística e Num... > Itens > Novo'. The form contains the following fields:

- Histórico de exposições/prêmios** (Texto Longo): A large text area for recording exhibition and award history.
- Valor do seguro** (Texto simples): A simple text input field for the insurance value.
- Localização atual** (Texto Longo): A large text area for the current location of the item.
- Tipo de localização** (Lista de Seleção): A dropdown menu with options: 'Selecione...', 'Reserva técnica', 'Salão de exposições - 1º andar', and 'Salão de exposições - 2º andar'.

At the bottom left, it says 'Atualizado em 09/01/2020 17:54:01'. At the bottom right, there is a 'Publicar' button.

Fonte: Elaborada pelo autor

Neste segmento, o campo referente aos históricos de prêmios foi mantido, conservando a necessidade em registrar o percurso do objeto em salões e mostras. O metadado referente ao valor do seguro também foi mantido. Todavia, a partir das possibilidades do software Tainacan, optou-se, neste repositório, tornar a informação oculta para os usuários, podendo somente ser acessada por funcionários específicos do MIHGP. Além disso, o campo referente à localização do objeto no museu foi expandido para três novos metadados, sendo estes: Localização atual, no qual deve ser atualizada em tempo real a localização do item dentro do MIHGP, podendo registrar o número da sala ou o andar; Tipo de localização, dando prosseguimento ao campo anterior, onde são marcadas alternativas mais específicas, sendo estas: Reserva técnica, Salão de exposições – 1º andar e Salão de exposições – 2º andar; e Localização usual, ao qual deve ser registrado o local em que o objeto museológico passa mais tempo.

7.1.5 Outros dados

Neste setor foram mantidos diversos campos do instrumento de pesquisa anterior, nos quais registravam informações ligadas ao nome do documentalista que realizou a descrição do objeto, assim como os dados e datas dos registros fotográficos, como pode ser conferido na figura a seguir.

Figura 24 - Instrumento construído no Tainacan (Segmento 12)

The screenshot shows the Tainacan interface for creating a new item. The header includes the Tainacan logo, a search bar, and navigation icons. The main content area is titled 'Coleção Medalhística e Numismática' and shows a breadcrumb trail: 'Repositório > Coleções > Medalhística e Num... > Itens > Novo'. The form consists of several sections:

- A large empty text area at the top for a main description.
- A section for 'Responsável pela descrição' (Text simple) with an input field and an 'Adicionar valor' button.
- A section for 'Data da descrição' (Data) with an input field containing the placeholder 'dd/mm/yyyy'.
- A section for 'Responsável pela fotografia' (Text simple) with an input field.
- A section for 'Dados da imagem' (Text simple) with an input field.
- A section for 'Número de referência da imagem' (Text simple) with an input field.

At the bottom of the form, there are three buttons: 'Descartar', 'Salvar como rascunho', and 'Publicar'. The footer indicates the page was updated on 09/01/2020 at 17:54:01.

Fonte: Elaborada pelo autor

Foram seguidas nomenclaturas encontradas nas normas do CIDOC, ao qual foi possível customizar os metadados no repositório, de modo que sejam registrados dados que complementem o panorama informacional do objeto museológico. Nesse sentido, destacam-se os metadados “Dados da imagem” e “Número de referência da imagem”, que possibilitam identificar o formato da imagem anexada no repositório e o número de referência no banco pictórico.

A partir dos apontamentos apresentados no decorrer desta pesquisa, notou-se a possibilidade de expandir este setor para um registro de dados adicionais. Dessa maneira, esta investigação abriu margem para a inclusão de outros campos no novo instrumento de pesquisa, no qual estes permitem acrescentar informações de documentos complementares, como diários, fotografias e relatórios que se relacionam com o objeto descrito. A adição de metadados não só colabora para a confirmação da existência de documentos complementares, como também colabora para um tratamento informacional, em primeiro nível, dos documentos a serem registrados.

Os novos metadados que possibilitam a operação de descrição dos documentos complementares, agora denominados como documentos arquivísticos, têm por base as diretrizes presentes na Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), colaborando para a nomenclatura e função no processo de criação dos campos de descrição do

repositório virtual. Nesse sentido, os metadados permitem adicionar titulações de documentos, número de referências e produtores, como pode ser conferido na figura a seguir.

Figura 25 - Instrumento construído no Tainacan (Segmento 13)

The screenshot displays the Tainacan interface for adding metadata to a collection item. The page title is "Coleção Medalhística e Numismática". The breadcrumb trail is "Repositório > Coleções > Medalhística e Num... > Itens > Novo". The form includes the following fields:

- Documentos de referência *** (Lista de Seleção): A dropdown menu with the option "Selecionar...".
- Código de referência do documento** (Numérico): A text input field with a calendar icon on the right.
- Título do documento** (Texto simples): A text input field.
- Data de produção do documento** (Data): A text input field with a date format mask "dd/mm/yyyy".
- Dimensões do documento** (Texto simples): A text input field.
- Suporte do documento** (Texto simples): A text input field.
- Nomes dos produtores do documento** (Texto simples): A text input field.

At the bottom of the form, there are three buttons: "Descartar", "Salvar como rascunho", and "Publicar". The footer indicates the page was updated on 11/01/2020 at 11:10:59.

Fonte: Elaborada pelo autor

Este segmento se inicia com a opção em informar se o objeto museológico descrito contém algum documento arquivístico complementar. Caso não contenha, o processo de registro do item é finalizado. Caso positivo, o repositório solicita a inclusão de um número de referência do documento arquivístico, proveniente de um sistema de numerais dedicado somente à esfera arquivística do MIHGP. Em prosseguimento, podem ser incluídas as informações acerca da titulação do documento, sua data de produção, dimensões, suporte ao qual está gravado e o nome dos produtores do item.

Em sequência, o instrumento de pesquisa é complementado com os seguintes metadados (Figura 26).

Figura 26 - Instrumento construído no Tainacan (Segmento 14)

The image shows a web interface for Tainacan, a digital repository. The top navigation bar includes the Tainacan logo, a search bar with the text 'Buscar no repositório', and a 'Busca Avançada' link. Below this is a teal header for the 'Coleção Medalhística e Numismática'. A breadcrumb trail reads 'Repositório > Coleções > Medalhística e Num... > Itens > Novo'. The main content area contains a form with four sections, each with a dropdown arrow and a 'Text Longo' label: 'Procedência do documento', 'Âmbito do documento', 'Conteúdo do documento', and 'Condição de acesso do documento'. At the bottom of the form, there are three buttons: 'Descartar', 'Salvar como rascunho', and 'Publicar'. A footer at the bottom left indicates 'Atualizado em 11/01/2020 11:10:59'.

Fonte: Elaborada pelo autor

Neste setor, é possível incluir informações acerca da procedência do documento, identificando a entidade que possuía o documento e contextualizando este, a partir da relação entre o item e o objeto museológico descrito. Além disso, podem ser adicionados dados acerca do âmbito do documento, como dados geográficos e históricos, segundo a NOBRADE, e o conteúdo do documento, onde é possível fornecer um resumo de informações relevantes ao usuário. Por fim, o metadado de condição de acesso ao documento permitirá o registro da situação do documento quanto ao acesso, informando se este pode ser de fácil acesso (disponível em rede ou no arquivo do MIHGP, contendo um bom estado de conservação) ou de difícil acesso (indisponível para consultas sem autorização, contendo um péssimo estado de conservação).

Após a construção deste novo instrumento, tornou-se necessário comparar a funcionalidade deste instrumento com a do instrumento anterior, buscando investigar se houve alguma mudança no tratamento da informação dos objetos museológicos do MIHGP, como pode ser conferido no tópico a seguir.

7.2 COMPARAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Para comparar o nível de tratamento da informação entre os instrumentos de pesquisa, selecionou-se um objeto registrado nas duas fichas, permitindo identificar as mudanças nas operações descritivas e temáticas entre os instrumentos. Deste modo, foi selecionado um item

do acervo de numismática e medalhística do MIHGP, com a justificativa deste acervo conter número considerável de objetos museológicos registrados no sistema de documentação. Com isso, esse sub tópico buscou levantar os principais pontos que diferem os instrumentos de pesquisa e a execução do tratamento informacional. O objeto selecionado foi a Medalha do Centenário da Revolução Republicana de Pernambuco, no qual foi registrada no instrumento anterior – **Instrumento 1.0** (Apêndice I) e no novo instrumento de pesquisa – **Instrumento 2.0** (Apêndice II).

Com base no registro do objeto nos dois instrumentos de pesquisa, notou-se diferenças relevantes no tratamento informacional. O aspecto principal nesta mudança é a presença de metadados que possibilitam a indexação de termos ligados ao conteúdo do objeto. Anteriormente, como pode ser notada no instrumento 1.0, a ficha catalográfica não possibilitava a inserção de uma representação temática, contendo somente um campo de inclusão de termo que não se referia a nenhum assunto. Com a construção deste novo instrumento, notou-se que este não só permite a indexação de termos ligados ao assunto do objeto, como também possibilita a inclusão de termos gerais ligados à materialidade do item, como, por exemplo, o descritor físico “Medalha”, presente no instrumento 2.0. Esta alteração se caracteriza pela idealização da operação temática do tratamento informacional, apresenta por Guimarães (2009) e Sousa, Bandeira e Silva (2012), no qual os autores apontam a representação temática como potencial para um tratamento de conteúdo ideal. Nesse sentido, com esta mudança, o instrumento 2.0 atinge o nível 4 de tematicidade, possibilitando ações que permitam a indexação de terminologias ligadas ao conceito e conteúdo do objeto documento.

Além disso, o instrumento 1.0 não se aprofundou na questão das associações dos objetos registrados, identificando, de modo simples, somente seus produtores e sua procedência. Para essa questão, o desenvolvimento do instrumento 2.0 buscou expandir a procedência do objeto e incluir metadados que pudessem registrar as associações entre item x usuário, ressaltando a função original e quais eram seus detentores. A questão da segurança e localização do item também foi aprimorada no instrumento 2.0, especificando o local atual e usual do item registrado. O motivo destas alterações corresponde a necessidade em alcançar o nível 3 de tematicidade que o instrumento 1.0 não continha. Mesmo que o instrumento 1.0 atingisse um regular nível de tematicidade, este ainda continha lacunas referente às associações entre os produtores da informação e os usuários. Dessa maneira, seguindo os apontamentos de Guimarães, Ferreira e Freitas (2013), nos quais afirmam que a operação

temática do tratamento informacional deve incluir o entendimento da relação entre produtor x informação x usuário, o instrumento 2.0 buscou inserir metadados que permitissem aprofundar a identificação dos indivíduos que compõem esta relação.

Outro ponto que difere os dois instrumentos é o modo de registro sobre a conservação do objeto, no qual o item 1.0 permitia incluir recomendações para o tratamento do objeto, sendo higienização, restauro, descarte, etc. Entretanto, este tipo de recomendação não deve ser sugerida por um documentalista, mas sim por profissionais especializados na área que determinam quais medidas devem ser tomadas para a conservação do objeto. Nesse sentido, o campo “Recomendações” foi retirado no instrumento 2.0, a partir da justificativa de que estas informações devem estar presentes em uma Ficha de Conservação e Mapeamento de Danos.

No quesito de documentos e referências complementares, o instrumento 1.0 continha campos que incluíam o histórico e publicações referentes ao item. No instrumento 2.0, esse segmento foi expandido para que pudesse construir um panorama informacional completo do objeto, a partir de relações entre este e os documentos que complementam sua trajetória. Nesse sentido, nota-se no instrumento 2.0 a inserção de informações referentes ao Relatório do MIHGP, no qual contém informações de referência que complementam o assunto do objeto descrito, como titulação e data de produção.

Enquanto o instrumento anterior alcançava, de forma parcial, o excelente nível de descrição (Nível 4) e atingia o nível regular de tematicidade (Nível 2), este novo instrumento atinge não só funções necessárias para um excelente tratamento descritivo, como também aperfeiçoa o tratamento temático, possibilitando a representação dos metadados de descritores temáticos, e o entendimento da relação entre item e proprietário, ressaltando o tipo de relação e sua função original. Em resumo, pode-se observar a diferença entre níveis dos dois instrumentos na Tabela 1.

Tabela 1 - Comparação entre instrumentos

INSTRUMENTO 1.0	INSTRUMENTO 2.0
<ul style="list-style-type: none"> - Atinge os quatro níveis de descrição. Entretanto, atende de forma parcial a necessidade de pontos de acesso ao documento; - Não especifica a dimensão de representação por termo e contém somente um metadado 	<ul style="list-style-type: none"> - Atinge os quatro níveis de descrição. Expande as possibilidades de pontos de acesso ao documento; - Permite a inclusão de descritores ligados ao suporte do objeto; - Aprofunda informações do objeto,

para esta ação, podendo incluir um termo ligado ao suporte do documento;	otimizando o processo de individualização deste (Nível 2 de descrição);
- Não atinge o nível 3 de tematicidade, impossibilitando a relação entre produtor x informação x usuário;	- Atinge o nível 3 de tematicidade, a partir da inclusão de metadados que direcionam à interpretação da relação entre informação, usuários e produtores;
- Não atinge o nível 4 de tematicidade, impossibilitando a indexação de termos ligados ao conteúdo do documento;	- Atinge o nível 4 de tematicidade, possibilitando a inclusão de representações temáticas do conteúdo;
- Permite a inserção de informações complementares, como a inclusão de bibliografias e documentos ligados ao objeto museológico.	- Expande as possibilidades referentes à inserção de informações complementares, podendo incluir dados de documentos e bibliografias a partir de diretrizes da NOBRADE.

Fonte: Elaborada pelo autor

Nesse sentido, a partir da construção deste novo instrumento de pesquisa, o tratamento informacional do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará atinge níveis satisfatórios de tratamento informacional, otimizando demais processos e possibilitando a criação de pontos de acesso para usuários.

A discussão formulada para esta pesquisa teve por objetivo investigar os limites da Museologia no campo da Ciência da Informação e da Organização do Conhecimento, partindo de uma condensação teórica referente ao tratamento informacional, em dimensões descritivas e temáticas, aplicando-a no âmbito museológico a partir de ferramentas interdisciplinares. À vista disso, ressalta-se o trunfo que este estudo pode trazer a ambos os campos, no qual pôde-se delinear a atuação das operações descritivas e temáticas no tratamento da informação de objetos de museu, delimitando o entendimento da forma e dos níveis conceituais do conteúdo do item museológico. Nesse sentido, compreende-se que esta discussão buscou colaborar na aproximação dos apontamentos do campo museológico junto à esfera teórica da Ciência da Informação, complementando as dimensões e conceitos de documento e tratamento informação e se aprofundando em propostas teórico-metodológicas interdisciplinares, com foco na relação Arquivologia x Museologia.

Além disso, este trabalho também pode complementar o campo da Organização da Informação e do Conhecimento, a partir do percurso metodológico para a análise do tratamento informacional proposto, com o uso de níveis teóricos que possam delimitar o grau

de excelência de operações descritivas e temáticas na organização e representação de documentos.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Tratamento da Informação objetiva investigar as dimensões de forma e conteúdo, partindo de operações descritivas e temáticas, com intuito de sistematizar e representar informações ligadas ao documento. Nesse sentido, buscou-se nesta pesquisa analisar o tratamento informacional do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, com intuito de nivelar as operações deste tratamento de modo que pudessem ser ressaltadas possíveis problemáticas e seus ajustes. O foco foi a ficha catalográfica, principal instrumento de registro que induz ao tratamento informacional, na qual já haviam sido identificadas limitações em seus campos de descrição.

A ficha catalográfica é integrante no processo de desenvolvimento de atividades e pesquisas realizadas nos museus, a partir de sua contribuição para a mediação das informações registradas, e em captar, reunir e difundir os dados informacionais de diversos acervos museológicos.

Entretanto, a pesquisa identificou que o instrumento de pesquisa do MIHGP contém falhas no tratamento dos objetos. Em parte, essas falhas caracterizam-se pela presença de campos que não especificam as informações registradas, tornando os resumos documentários superficiais. Além disso, através dos níveis aceitáveis de descrição e tematicidade, notou-se que o instrumento de pesquisa não possibilita a inclusão de dados que colaboraram para um eficiente panorama informacional dos documentos.

O tratamento da informação no MIHGP, focando na ficha catalográfica, mostrou a ausência de campos ligados à representação temática dos objetos museológicos descritos, assim como a falta de metadados que envolvessem pontos de associação entre itens e proprietários. Além disso, o instrumento também não alcança um grau mais específico de descrição e nem possibilita a construção de pontos de acesso.

Como resposta a essas limitações, a pesquisa formulou um novo instrumento de pesquisa, construído em ambiente virtual Tainacan, onde buscou-se incluir e customizar metadados da ficha anterior, a partir da utilização da Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus, do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC), do ICOM, como base para o estabelecimento de nomenclatura e funcionamento. Com a construção deste instrumento, o tratamento informacional do MIHGP poderá obter um nível considerável de descrição, a partir de metadados que especificam e representam informações relacionadas ao assunto e ao

suporte do objeto, além de explorar questões ligadas aos documentos arquivísticos que complementam o objeto descrito.

Considera-se que propor uma investigação a instrumentos de pesquisa que induzem o tratamento informacional em museus, tais como a ficha catalográfica, possibilita identificar o status do processo de registro e interpretação das informações dos itens resguardados pelos espaços museológicos, possibilitando a detecção de falhas relacionadas à descrição de suporte e tratamento de assunto. Os instrumentos de pesquisa também contribuem para a construção do discurso museológico, promovendo a análise, avaliação e reestruturação da informação para um eficaz processo de organização do conhecimento, permitindo uma consistente ligação entre os usuários, espaços museológicos e objetos.

O tratamento da informação do MIHGP ainda não é totalmente eficaz, por conta de problemáticas encontradas no Plano de Classificação e no uso de outras terminologias de representação dos objetos. Além disso, apesar do novo instrumento de pesquisa permitir a representação temática, será necessário avaliar o nível de indexação e a profundidade do domínio ligado ao tesouro dos acervos do museu. Nesse sentido, ainda serão necessários processos e instrumentos que possam direcionar a representação de assunto dos acervos do MIHGP, tais como as etapas presentes nos processos de Análise Documentária e Catalogação de Assunto, nos quais possam resultar em terminologias, ligadas ao conceito do item museológico, e basear a construção de Sistemas de Organização do Conhecimento, como minitesauros e taxonomias.

Esta discussão compõe uma série de debates que buscam minimizar as problemáticas que cercam o contexto informacional da instituição museológica apresentada. Esta investigação pode complementar a trajetória do MIHGP referente à necessidade de organização das informações de seus acervos, podendo ser encarada como um dos passos para normas e diretrizes mais eficazes para a representação da informação, como por exemplo, uma política de indexação.

Esta pesquisa não objetiva descartar a ficha catalográfica do MIHGP, mas apresentar novos parâmetros que possibilitem a evolução e melhor aproveitamento para museus e usuários. Com isso, pretende-se enviar o novo instrumento de pesquisa para a administração do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará para avaliação e possível inclusão em seu sistema de documentação. Pretende-se também normalizar os procedimentos

metodológicos usados nesse instrumento reformulado, com intuito de oferecer essa opção a outros espaços museológicos.

Além disso, busca-se posteriormente expandir a aplicabilidade do instrumento proposto, a partir de testes em acervos mistos e avaliações, junto a profissionais, que possam observar o grau de eficiência referente ao tratamento informacional dos objetos em diversas realidades, resultando em uma validação do instrumento de pesquisa.

Por fim, este estudo serve de base para pesquisas que buscam discutir questões ligadas à limitação dos instrumentos de pesquisa em museus, integrando discussões referentes à otimização do tratamento informacional, a partir do uso de alternativas presentes no campo da Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. Tratamento temático da informação e a documentação museológica: aspectos e reflexões referentes à classificação. In: **XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. 2015.
- BAPTISTA, Dulce Maria. O impacto dos metadados na representação. **Revista ACB**, v. 12, n. 2, p. 177-190, 2007.
- BATISTA, Lucinéia da Silva. O redesign do sistema Access to Memory (AtoM) para a curadoria digital de acervos museológicos heterogêneos. 2018.
- BERNARDES, Ieda Pimenta; DELATORRE, Hilda. Gestão documental aplicada. **São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo**, 2008.
- BESSA, Adriele V. do S. Curadoria Museológica: O Acervo de Espadas do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. Belém, 2014. p. 20-52. Trabalho de Conclusão de Curso da Graduação em Museologia da Universidade Federal do Pará – Belém, 2014.
- BOCCATO, Vera Regina Casari; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Discutindo a análise documental de fotografias: uma síntese bibliográfica. **Cadernos Bad**, n. 2, 2006.
- BORKO, Harold. Information science: what is it?. **American documentation**, v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968.
- BOTTALLO, M. Diretrizes em documentação museológica. In: ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE AMIGOS DO MUSEU CASA DE PORTINARI. **Documentação e conservação de acervos museológicos: diretrizes**. Brodowski: Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari; São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2010, p. 48-79.
- BRAGA, K. S. Aspectos relevantes para seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. In: MUELLER, S. P. M. (Org.). **Métodos para pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007.
- BRASCHER, Marisa; CAFÉ, Lígia. Organização da informação ou organização do conhecimento?. In: **IX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. 2009.
- BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Implementação de Repositórios Arquivísticos Digitais Confiáveis – RDC-Arq. 2015.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. **Nobrade: norma brasileira de descrição arquivística**. Conselho nacional de arquivos, 2006.

BRIET, Suzanne. O que é a documentação? / Suzanne Briet ; tradução de Maria de Nazareth Rocha Furtado. — Brasília, df: Briquet de Lemos / Livros, 2016.

CAFÉ, Lígia; BRÄSCHER, Marisa. Organização da informação e bibliometria. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, n. Esp, p. 54-75, 2008.

CAMARGO-MORO, Fernanda de. **Museu: Aquisição e Documentação**. Livraria Eça Educadora. Rio de Janeiro, p. 82-83, 1986.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. Indexação e descrição em arquivos: a questão da representação e recuperação de informações. **Arquivo & administração**, v. 5, p. 17, 2006.

CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação Museológica. **Caderno de Diretrizes Museológicas**. 2ª edição. Rio de Janeiro, IPHAN, 2006, p. 33-92.

CARLAN, Eliana; MEDEIROS, Marisa Bräscher Basílio. Sistemas de organização do conhecimento na visão da Ciência da Informação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 4, n. 2, p. 53-73, ago./dez. 2011.

CARPES, Franciele Simon; FLORES, Daniel. Instrumento de descrição arquivística em meio eletrônico: definição do quadro de padrões, normas e metadados. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 19, n. 4, p. 67-80, 2014.

CASTRO MAIA, M. R.. Museus brasileiros e a hiperconectividade: a experiência com a plataforma Tainacan no acesso ao patrimônio Afro-Digital. In: **Museus Hiperconectados. Novas abordagens, novos públicos**. 2018.

CATARINO, Maria Elisabete; SOUZA, Terezinha Batista de. A representação descritiva no contexto da web semântica. **Transinformação**, v. 24, n. 2, p. 77-90, 2012.

CERAVOLO, Suely Moraes. **Proposta de sistema de informação documentária para museus (SIDIM): a organização da informação para o Museu de Anatomia Veterinária da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo. 1998. 125 f.** 1998. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia e Documentação) Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CERAVOLO, Suely Moraes; TÁLAMO, M. F. G. M. Tratamento e organização de informações documentárias em museus. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v. 10, p. 241-253, 2000.

CERAVOLO, Suely. TÁLAMO, Fátima G. Moreira. Os museus e a representação do conhecimento: uma retrospectiva sobre a documentação em museus e o processamento da informação. In: **VIII ENANCIB — Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 2007.

CHAGAS, Mário de Souza. **Em busca do documento perdido: a problemática da construção teórica na área da documentação**. 1994.

COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO (CIDOC). CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM). Declaração de princípios de documentação em museus e diretrizes internacionais de informação sobre objetos de museus : categorias de informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM). São Paulo : Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo : Associação de Amigos do Museu do Café : Pinacoteca do Estado, 2014.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR (CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias/tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed., Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

CUNHA, Isabel. Análise Documentária. In: **Análise documentária: a análise da síntese**. 1987.

CURY, Marília Xavier. **Exposição: concepção, montagem e avaliação**. São Paulo: Anna blume, 2005.

CURY, Marília Xavier. **Museologia-marcos referenciais**. Revista Cadernos do Ceom, v. 18, n. 21, p. 45-74, 2014.

DA SILVA, Gleiciany Barbosa et al. **A importância da preservação, conservação e tratamento dos registros arquivísticos da Comunica-UFRN. Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**-ISSN 2237-6658, v. 3, n. 2, 2014.

DESVALLÉES, André. MAIRESSE, François. Conceitos-chaves em museologia, **ICOM/Armand Colin/Museu da Língua Portuguesa, São Paulo: Comitê do Conselho Internacional de Museus**, 2013.

DIAS, E. W. Contexto digital e tratamento da informação. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 2, n. 5, p. 1-10, 2001.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. **Tesouro: linguagem de representação da memória documentária**. Niterói, Intertexto; Rio de Janeiro. Interciência, v. 47, p. 22-25, 2002.

ESTATUTOS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ, p. 18.

FABBRI, Angélica. **Informatização dos Acervos dos Museus como ferramenta de acesso**. In: Documentação e conservação de acervos museológicos: diretrizes. Associação Cultural de Amigos do Museu Casa de Portinari Governo do Estado de São Paulo. Secretaria do Estado de São Paulo, p. 26-29, 2010.

FERREZ, Helena Dodd. **Documentação museológica: teoria para uma boa prática**. In: CADERNOS de ensaios, nº 2. Estudos de museologia. Rio de Janeiro, Minc/ Iphan, 1994.

FERREZ, Helena Dodd; BIANCHINI, Maria Helena S. Thesaurus para acervos museológicos. Ministério da Cultura, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Fundação Nacional Pró-Memória, Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos, 1987.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P.; BOCCATO, V. R. C. O contexto sociocognitivo do catalogador em bibliotecas universitárias: perspectivas para uma política de tratamento da informação documentária. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 10, n. 2, 2009.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A leitura documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto. **DataGramZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 5, n. 4, 2004.

FUJITA, Mariângela Spotti; NARDI, Maria Izabel Aspeti. A leitura em análise documentária. **Transinformação**, v. 10, n. 3, 2012.

GIL, Antônio Carlos. Metodologia da pesquisa. **São Paulo: Atlas**, 2002.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Abordagens teóricas de tratamento temático da informação (TTI): catalogação de assunto, indexação e análise documental. **Ibersid: revista de sistemas de información y documentación**, v. 3, p. 105-117, 2009.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; DE MORAES, João Batista Ernesto; GUARIDO, Maura Duarte Moreira. Análisis documental de contenido de textos narrativos: bases epistemológicas y perspectivas metodológicas. **Ibersid: revista de sistemas de información y documentación**, v. 1, p. 93-99, 2007.

GUIMARÃES, José Augusto; FERREIRA, Gustavo M.; FREITAS, Maria Fernanda M. Correntes teóricas do tratamento temático da informação: uma análise de domínio da presença da catalogação de assunto e da indexação nos congressos de ISKO-España. 2013.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. **Ciência da Informação**, v. 27, n. 3, 1998.

HJØRLAND, Birger. O que é organização do conhecimento (KO) ?. **ORGANIZAÇÃO DO CONHECIMENTO KO**, v. 35, n. 2-3, p. 86-101, 2008.

KOBASHI, N. Y. Análise documentária e representação da informação. Informare. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, p. 5-27, 1996.

LARA, Marilda L.G. O unicórnio (o rinoceronte, o ornitorrinco...), a análise documentária e a linguagem documentária. **DataGramZero–Revista de Ciência da Informação**, v. 2, n. 6, 2001.

LARA, Marilda L. G. Algumas contribuições da semiologia e da semiótica para a análise das linguagens documentárias. **Ci. Inf.**, Brasília, v.22, n.3, p.223-226, set/dez. 1993.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Briquet de lemos Livros, 2004, p. 14.

LÉVY, Pierre. Cibercultura. **São Paulo: Editora**, v. 34, p. 169-176, 1999.

LIMA, Eliseu dos santos; FLORES, Daniel. A utilização do Ica-Atom como plataforma de acesso, difusão e descrição dos documentos arquivísticos de instituições públicas. **Informação & informação**, v. 21, n. 3, p. 207-227, 2016.

LIMA, Fábio Rogério Batista; SANTOS, Plácida Leopoldina VAC; SEGUNDO, José Eduardo Santarém. Padrão de metadados no domínio museológico. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 21, n. 3, p. 50-69, 2016.

LIMA, José Leonardo Oliveira; ALVARES, Lillian. Organização e representação da informação e do conhecimento. **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4 Editores, v. 248, p. 21-48, 2012.

LOPES, E. C.; VALENTIM, M. L. P. Processos de gestão da informação: tratamento, recuperação e uso da informação no mercado de capitais. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 3, n. 1, p. 157-174, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/114940>. Acesso em: 05 dez. 2019.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. O Objeto de museu como documento: um panorama introdutório. **Em Questão**, v. 25, n. 1, p. 13-36, 2019.

LUCCA, Giana; CHARÃO, Andrea Schwertner; STEIN, Benhur de Oliveira. Metadados para um sistema de gestão eletrônica de documentos arquivísticos. **Arquivística. net, Rio de Janeiro**, v. 2, n. 1, p. 70-84, 2006.

MAIMONE, G. D.; TÁLAMO, M. F. G. M. Tratamento informacional de imagens artístico-pictóricas no contexto da Ciência da Informação. **DataGramZero-Revista de Ciência da Informação**, v. 9, n. 2, 2008.

MAIMONE, Giovana Deliberali et al. Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva. **Informação & Sociedade: Estudos, João Pessoa**, v. 21, n. 1, p. 27-35, 2011.

MARQUES DA FONSECA, Vitor Manoel et al. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. 2005.

MARTINS, D. L.; CARMO, D.; GERMANI, L. B. Museu do índio: estudo de caso do processo de migração e abertura dos dados ligados semânticos do acervo museológico com o software livre tainacan. **Informação & Tecnologia**, v. 5, n. 2, p. 142-162, 2018.

MEDEIROS, Nilcéia Lage de; AMARAL, Cléia Márcia Gomes do. A representação do ciclo vital dos documentos: uma discussão sob a ótica da gestão de documentos. **Em Questão**, v. 16, n. 2, p. 297-310, 2010.

MARTINS, D. L.; SEGUNDO, J. E. S.; SILVA, M. F.; SIQUEIRA, J. Repositório digital com o software livre tainacan: revisão da ferramenta e exemplo de implantação na área cultural com a revista filme cultura. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XVIII ENANCIB, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/105154>. Acesso em: 25 jan. 2020.

MENSCH, Peter Van. El Objeto como Portador de Datos. In: Cuadernos de Museologia. Lima, Museo de Arte Popular. 1989, p. 53-62.

MENSCH, Peter Van. **O objeto de estudo da museologia**. Uni-Rio; UGF, p. 15, 1994.

MOLINA, María Pinto. Introducción al análisis documental y sus niveles: el análisis de contenido. **Boletín de la ANABAD**, v. 39, n. 2, p. 323-342, 1989.

NASCIMENTO, Rosana. Documentação museológica e comunicação. 1994.

NEGRÃO, Ana; MAIA, José. **Arquivo palma muniz: um novo espaço para a pesquisa**. Revista de História, n. 138, p. 181-184, 1998.

NEGREIROS, Leandro Ribeiro; DIAS, Eduardo José Wense. A prática arquivística: os métodos da disciplina e os documentos tradicionais e contemporâneos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 13, n. 3, p. 2-19, 2008.

NOGUEIRA, Daniela; CABRAL, M. G. Curadoria Museológica: Mobiliário do MIHGP, o discurso da exposição. In: **II Seminário Brasileiro de Museologia**, 2015, Recife - PE. ANAIS SEBRAMUS 2015 - Pesquisa em Museologia e Perspectivas Disciplinares, 2015. v.5. p.551-559.

OLIVEIRA, Marlene de. Origens e evolução da Ciência da Informação. In: OLIVEIRA, Marlene de (Org.). **Ciência da Informação e Biblioteconomia: novos conteúdos e espaços de atuação**. 2. ed. Belo Horizonte: ed. UFMG, 2011. pp. 09-28.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes Ginez de. A noção de estrutura e os registros de informação dos sistemas documentários. **TransInformação**, v. 22, n. 1, p. 07-17, 2010.

ORTEGA, Cristina Dotta; LARA, Marilda Lopes Ginez. A noção de documento: de otlet aos dias de hoje. In: **Nuevas perspectivas para la difusión y organización del conocimiento: actas del congreso**. Servicio de Publicaciones, 2009. p. 528-544.

OTLET, Paul. *Traité de Documentation: le livre sur le livre*. Bruxelas: Mundaneum, 1934.

PADILHA, Renata Cardozo. Coleção Estudos Museológicos, v.2. **Documentação Museológica e Gestão de Acervos**. Florianópolis: FCC edições, p. 13-39, 2014.

REIS, Daniela Majorie Akama dos *et al.* Tratamento descritivo e temático da informação: recomendações para estudos sobre aspectos semióticos na criação de registros bibliográficos. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 11, n. 1, p. 42-58.

REIS, FCM. A análise documentária na representação do conhecimento: estudo bibliométrico da produção científica. 2015. 110 f. Dissertação de Mestrado. **Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil**, 2015.

REIS, Mateus da Silva et al. Análise documental na Museologia: um breve exercício de identificação de conceitos:: Brapci 2.0. **Ciência da Informação em Revista; v. 6, n. 2 (2019); 90-102**, v. 24, n. 2, p. 102-90, 2018.

REIS, Mateus da Silva. Uma Luz sob as Instituições Históricas: O processo de salvaguarda do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará. In: III Seminário Brasileiro de Museologia, Belém – Pa. 2017.

ROCHA, Cláudia Regina Alves da. **Da Pinacoteca ao Museu: historicizando processos museológicos**. 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo..

RODRIGUES, Ana Marcia Lutterbach. A teoria dos arquivos e a gestão de documentos. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 11, n. 1, 2006.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. Preservação de documentos arquivísticos digitais. **Ciência da Informação**, v. 41, n. 1, 2012.

SARACEVIC, Tefko. Ciência da informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 1, n. 1, 2008.

SAYÃO, Luís Fernando. Uma outra face dos metadados: informações para a gestão da preservação digital. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 15, n. 30, p. 1-31, 2010.

SCHEINER, Teresa Cristina Moletta; CARVALHO, Luciana Menezes. REFLEXÕES SOBRE MUSEOLOGIA: DOCUMENTAÇÃO EM MUSEUS OU

MUSEOLÓGICA?. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, v. 15, 2014.

SILVA, Márcio Bezerra; DE SOUSA, Dulce Elizabeth Lima; BANDEIRA, Pablo Matias. A representação temática em documentos arquivísticos: o caso da indexação documental realizada pelos alunos de Arquivologia da UFPB. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 3, n. 2, p. 124-141, 2012.

SIQUEIRA, Jessica Camara. Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: história, sociedade, tecnologia e pós-modernidade. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 3, p. 52-66, 2010.

SOUSA, Ana Paula de Moura et al. Princípios da descrição arquivística: do suporte convencional ao eletrônico. **Arquivística. net (www. arquivistica. net)**, v. 2, n. 2, p. 38-51, 2006.

SOUSA, Brisa Pozzi de. Políticas para representação descritiva: ponderações para discussão. **RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 11, p. 238-254, 2015.

SOUZA, Daniel MV. Informação e construção de conhecimento no horizonte museológico. **DataGramZero**, v. 10, n. 6, 2009.

STRANSKY, Zbynek Z. *Muséologie. Introduction aux études*, Brno, Université Masaryk, 1995.

TANUS, Gabrielle Francinne; RENAULT, Leonardo Vasconcelos; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. O conceito de documento na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. **RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 8, n. 2, p. 158-174, 2012.

TRINDADE, Elna Maria Andersen. Solar Barão do Guajará. 1995. Levantamento para a participação no curso de especialização em Preservação e Restauração do Patrimônio Arquitetônico. Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Pará.

YASSUDA, Sílvia Nathaly. **Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista.

ZANIRATO, Silvia Helena. Usos sociais do patrimônio cultural e natural. **Patrimônio e Memória**, v. 5, n. 1, p. 137-152, 2007.

APÊNDICE I – Medalha registrada no instrumento 1.0

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ MIHGP - MUSEU DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO			
01.Nº de inventário: MIHGP.XII.001	02.Coleção: Acervo MIHGP	03.Termo: Medalha	04.Nº de inventário anterior: S/R
05.Título: Medalha do Centenário da Revolução Republicana de Pernambuco	06.Classificação: Objeto cerimonial	07.Subclassificação: Objeto comemorativo	08.Data de produção: 1917
09.Autoria: S/R	10.Dimensões (Em cm): 9 cm	11.Origem: Pernambuco – Brasil	12.Procedência: S/R
13.Modo de aquisição: Doação	14. Data de aquisição: 2002	15. Material / técnica: Metal – Bronze	
16. Marcas e inscrições: Anverso: CENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO REPUBLICANA DE PERNAMBUCO; 1817 – 1917. Reverso: HOMENAGEM DO INST. ARCH. E GEO. PERNAMBUCANO AOS MARTYRES DA REVOLUÇÃO DE 1817; PADRE ROMA; PADRE MIGUELINHO; PADRE JOÃO RIBEIRO; BARROS LIMA (LEÃO COROADO); AMARO G. COUTINHO; PADRE PEDRO TENORIO; IGNACIO LEOPOLDO; ANTONIO PEREIRA; JOSÉ PEREGRINO; FRANCISCO J. SILVEIRA; JOSÉ LUIZ DE MENDONÇA; DOMINGOS J. MARTINS; ANTONIO H. RABELLO; DOMINGOS THEOTONIO.		17.Estado de conservação: () Bom () Regular () Ruim (X) Péssimo	
18.Descrição do objeto: Medalha de bronze no formato circular. O anverso contém a figura de um leão no centro em cima de uma pedra, com a bandeira do estado do Pernambuco no fundo. No lado esquerdo, há plantas semelhantes a bambus, e no lado direito, plantas semelhantes a pés de algodão. Acima da bandeira de Pernambuco há as seguintes inscrições "CENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO REPUBLICANA DE PERNAMBUCO; 1817 – 1917". O reverso contém em seu centro o que aparenta ser um obelisco, coma figura de um elmo acima. No lado esquerdo, a medalha contém as seguintes inscrições: "PADRE ROMA; PADRE MIGUELINHO; PADRE JOÃO RIBEIRO; BARROS LIMA (LEÃO COROADO); AMARO G. COUTINHO; PADRE PEDRO TENORIO; IGNACIO LEOPOLDO". No direito, contém as seguintes inscrições: "ANTONIO PEREIRA; JOSÉ PEREGRINO; FRANCISCO J. SILVEIRA; JOSÉ LUIZ DE MENDONÇA; DOMINGOS J. MARTINS; ANTONIO H. RABELLO; DOMINGOS THEOTONIO". Na borda, a medalha contém inscrições que se iniciam na borda inferior esquerda, sendo estas: "HOMENAGEM DO INST. ARCH. E GEO. PERNAMBUCANO AOS MARTYRES DA REVOLUÇÃO DE 1817"			
ANÁLISE DO OBJETO			
19. Dados históricos: A medalha presta homenagem ao Centenário da Revolução Republicana de Pernambuco. A Revolução Republicana de Pernambuco, de 1817, foi um movimento separatista de caráter republicano que aconteceu na Capitania de Pernambuco. O movimento foi liderado pelas elites locais, porém contou com o apoio do povo assim que foi deflagrado. A revolta teve como causa direta as mudanças ocasionadas nessa região por causa da transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1808.			
20.Características iconográficas: A medalha contém três figuras iconográficas: a bandeira de Pernambuco, fazendo alusão ao estado no qual ocorreu a Revolução de 1817; o Leão, no qual representa o poder e resistência; e o obelisco com um elmo acima, representado os mártires da revolução.			
21.Características estilísticas: A medalha foi produzida nos moldes padronizados de homenagem de guerra, na qual contém figuras iconográficas ligadas ao contexto de revolução.			
22.Características técnicas: A medalha foi produzida em material de bronze, a partir de uma prensa.			
CONSERVAÇÃO DO OBJETO			
23.Diagnóstico: O objeto possui desgaste por toda superfície. Contém também sujidades e deterioração do material. No reverso, destaca-se uma mancha causada pela aplicação de fita gomada, provocando esmaecimento no centro do objeto.			
24.Intervenções anteriores: S/R		25.Recomendações: Higienização	
NOTAS			
26.Histórico de exposições / prêmios: S/R			
27.Histórico de publicações: S/R			
28.Referências arquivísticas / bibliográficas: ROUMIÉ, Pedro. Relatório do IHGP – Instituto Histórico e Geográfico do Pará. 2002-2003.			
29.Valor de seguro: R\$ 0		30.Observações: --	
31.Localização: Sala 3 – Reserva Técnica			
DADOS DE PREENCHIMENTO			
32.Preenchimento / data: Mateus da Silva Reis – 16/05/2016			
33.Revisão / data			
REPRODUÇÃO FOTOGRÁFICA			
34.Imagem frontal		35.Imagem posterior	
			
36.Fotógrafo / data: Mateus da Silva Reis – 16/05/2016			
37.Controle: 001			
38.Dados da Imagem: 1,94 MB; Arquivo JPG; 2040 x 2040.			

APÊNDICE II – Medalha registrada no instrumento 2.0

Rascunho Item

Documento



Miniatura



Coleção	Visibilidade	Comentários
Medalhistica e Numismática	Público (visível para todos)	Não permitido
Metadado	Anexos (1)	Atividades
Nome/signa da instituição		
Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará		
Número de inventário		
MIHGPXII.001		
Coleção		
Acervo MIHGP		
Descritor físico		
Medalha		
Descritores temáticos		
Medalha Medalha - Medalha Comemorativa		
Nº de inventário anterior		
Valor não informado.		
Título		
Medalha do Centenário da Revolução Republicana de Pernambuco		
Tipo de título		
Título comum		
Classificação		
Objeto Cerimonial Objeto Cerimonial - Objeto Comemorativo		
Autoria		
S/R		
Dimensões		
9 cm		
Origem		
Pernambuco - Brasil		
Método de aquisição		
Doação		
Data de aquisição		
15 de fevereiro de 2002		
Data de entrada		
9 de fevereiro de 2002		
Depositante		
S/R		
Proprietário atual		
Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará		
Data de produção		
1 de março de 1917		

Texto de marcas e inscrições

Anverso: CENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO REPUBLICANA DE PERNAMBUCO; 1817 – 1917.
Reverso: HOMENAGEM DO INST. ARCH. E GEO. PERNAMBUCANO AOS MARTYRES DA REVOLUÇÃO DE 1817; PADRE ROMA; PADRE MIGUELINHO; PADRE JOÃO RIBEIRO; BARROS LIMA (LÉAO CORADO); AMARO G. COUTINHO; PADRE PEDRO TENORIO; IGNACIO LEOPOLDO; ANTONIO PEREIRA; JOSÉ PEREGRINO; FRANCISCO J. SILVEIRA; JOSÉ LUIZ DE MENDONÇA; DOMINGOS J. MARTINS; ANTONIO H. RABELLO; DOMINGOS THEOTONIO.

Descrição de marcas e inscrições

Inscrições prensadas no material

Tipo de marcas e inscrições

Texto em homenagem

Técnica de marcas e inscrições

Gravada

Posição de marcas e inscrições

Anverso: Superior
Reverso: Toda a borda; Lados direito e esquerdo

Tradução de marcas e inscrições

Reverso: "HOMENAGEM DO INST. ARCH. E GEO. PERNAMBUCANO AOS MARTYRES DA REVOLUÇÃO DE 1817" - Homenagem do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano aos Mártires da Revolução de 1987.

Estado de conservação

Péssimo

Descrição física

Medalha de bronze no formato circular. O anverso contém a figura de um leão no centro em cima de uma pedra, com a bandeira do estado do Pernambuco no fundo. No lado esquerdo, há plantas semelhantes a bambus, e no lado direito, plantas semelhantes a pés de algodão. Acima da bandeira de Pernambuco há as seguintes inscrições "CENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO REPUBLICANA DE PERNAMBUCO; 1817 – 1917". O reverso contém em seu centro o que aparenta ser um obelisco, com a figura de um elmo acima. No lado esquerdo, a medalha contém as seguintes inscrições: "PADRE ROMA; PADRE MIGUELINHO; PADRE JOÃO RIBEIRO; BARROS LIMA (LÉAO CORADO); AMARO G. COUTINHO; PADRE PEDRO TENORIO; IGNACIO LEOPOLDO". No direito, contém as seguintes inscrições: "ANTONIO PEREIRA; JOSÉ PEREGRINO; FRANCISCO J. SILVEIRA; JOSÉ LUIZ DE MENDONÇA; DOMINGOS J. MARTINS; ANTONIO H. RABELLO; DOMINGOS THEOTONIO". Na borda, a medalha contém inscrições que se iniciam na borda inferior esquerda, sendo estas: "HOMENAGEM DO INST. ARCH. E GEO. PERNAMBUCANO AOS MARTYRES DA REVOLUÇÃO DE 1817".

Tipo do objeto

Holótipo

Características de material e técnica

A medalha foi produzida em material de bronze, com uso de uma prensa.

Dados históricos

A medalha presta homenagem ao Centenário da Revolução Republicana de Pernambuco. A Revolução Republicana de Pernambuco, de 1817, foi um movimento separatista de caráter republicano que aconteceu na Capitania de Pernambuco. O movimento foi liderado pelas elites locais, porém contou com o apoio do povo assim que foi deflagrado. A revolta teve como causa direta as mudanças ocasionadas nessa região por causa da transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1808.

Características iconográficas

A medalha contém três figuras iconográficas: a bandeira de Pernambuco, fazendo alusão ao estado no qual ocorreu a Revolução de 1817; o Leão, no qual representa o poder e resistência; e o obelisco com um elmo acima, representado os mártires da revolução.

Características estilísticas

A medalha foi produzida nos moldes padronizados de homenagem de guerra, na qual contém figuras iconográficas ligadas ao contexto de revolução.

Nome do grupo/indivíduo associado ao objeto

S/R

Tipo de associação

Coleção

Função original

Colecionável

Sumário de conservação

O objeto possui desgaste por toda superfície. Contém também sujidades e deterioração do material. No reverso, destaca-se uma mancha causada pela aplicação de fita gomada, provocando embaçamento no centro do objeto.

Data de avaliação

16 de Maio de 2016

Intervenções anteriores

Não

Histórico de exposições/prêmios

Não

Valor do seguro

RS 0

Localização atual

Reserva Técnica - Sala 3

Tipo de localização

Reserva técnica

Localização usual

Reserva Técnica - Sala 3

Responsável pela descrição

Mateus da Silva Reis

Data da descrição

16 de Maio de 2016

Responsável pela fotografia

Mateus da Silva Reis

Dados da imagem

1,94 MB; Arquivo JPG; 2040 x 2040.

Número de referência da imagem

001

Documentos de referência

Sim

Código de referência do documento

1

Título do documento

Relatório do IHGP - Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Data de produção do documento

4 de fevereiro de 2004

Dimensões do documento

21.0 X 29.7 cm

Suporte do documento

Papel

Nomes dos produtores do documento

Pedro Roumíe

Procedência do documento

Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Âmbito do documento

Belém - Pará - Brasil

Conteúdo do documento

O documento refere-se a uma gama de registros de coleções que compõem o acervo do Museu, assim como catálogos de exposições promovidas pelo Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

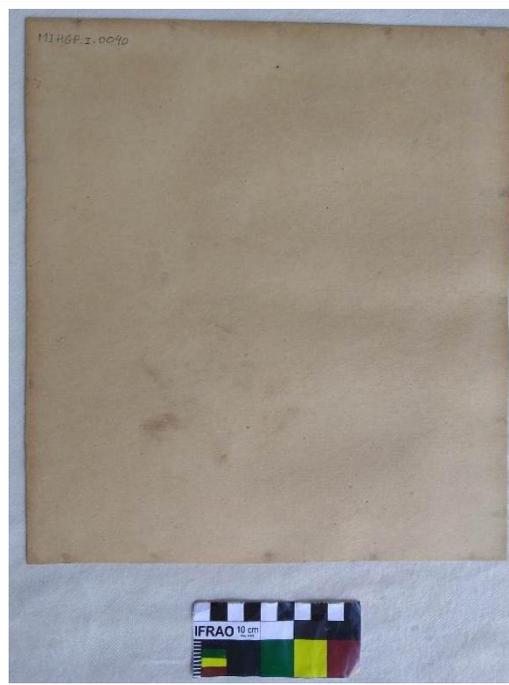
Condição de acesso do documento

Fácil acesso - Disponível online e no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

ANEXO I – Ficha preenchida

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO			
01.Nº de inventário: MIHGP.I.0040	02.Coleção: Pinacoteca	03.Termo: Convite	04.Nº de inventário anterior: P.0040; P.000169
05.Título: Convite Intendente Municipal de Belém para participar do IV Congresso Internacional de Cidades realizado de 18 a 21 de março de 1929	06.Classificação: Comunicação	07.Subclassificação: Documento	08.Data de produção: 01/12/1928
09.Autoria: Prefeitura de Sevilla	10.Dimensões (Em cm): 30,02x37,08cm (passe-partout) 24,04x31,01cm (convite)	11.Origem: Sevilla	12.Procedência: S/R
13.Modos de aquisição: S/R	14. Data de aquisição: S/R	15. Material / técnica: Papel; Caneta Bico de Pena e Tinta	
16. Marcas e inscrições: “legida Sevilla en la conferencia de Duesseldorf para celebrar aqui el próximo IV Congeso Internacional de Ciudades; acogido por la union de Municipios Españoles, y por el Exmo Ayuntamiento de esta ciudad con satisfaccion vivisima, tanto por la trascendencia para la vida municipal de las matérias que han de tratarse, entre otras muchas las Haciendas locales, las Empresas municipales de caracter econômico, la expropiacion por causa de utilidad publica, cuanto porque la privilegiada Metropolis de Andalucia albergara en su recinto á los representantes de muchos pueblos europeos y á todos ó casi todos los de ambas Américas, en la ocasion solemne de calebrarse el Gran Certamen Ibero Americano – espléndida manifestacion de la cultura de la gloriosa espana, y del engradecimento de las progresivas republicas de allende el Atlântico – y porque de su comunicacion intima con unos y otras sacar á provechosas enseñanzas y estrechará los lazos que con todas la ligan; el Alcalde de Sevilla espera confiadamente de V.S. que secundando los altos fines, en parte realizadas en las Juntas de Amsterdam Duesseldorf y Paris, se associará á esta grande obra de los pueblos civilizados y que el Municipio de su digna presidencia tendrá representacion cumplida em el IV Congreso Internacional de Cuidades que se celebrará en esta durate los dias 18 al 21 de Marzo de 1029. Queda de V.S. con la mayor consideracion En Sevilla e uno de Diciembre de 1928 El Alcade Sr. Intendente Municipal de Belem “		17.Estado de conservação: () Bom () Regular (X) Ruim () Péssimo	

18.Descrição do objeto: O convite está sobreposto a um papel mais grosso, onde o mesmo está colado apenas pela parte superior, deixando o restante do convite solto, nele encontrasse uma imagem que contem a fira de três (03) homens, onde um está sentado no trone e os outros em cada lado respectivo, os dois homens que estão em pé possuem a vestimenta em cor amarela, o que está sentado apenas a parte de baixo da roupa é da mesma cor, a parte de cima está na cor branca. Há uns detalhes que fazem a borda da imagem, que parecem galhos de um lado e enfeites do outro.		
ANÁLISE DO OBJETO		
19. Dados históricos: a pesquisar		
20.Características iconográficas: a pesquisar		
21.Características estilísticas: a pesquisar		
22.Características técnicas: a pesquisar		
CONSERVAÇÃO DO OBJETO		
23.Diagnóstico:a obra encontra-se com sinais de oxidação, sujidades e manchas.		
24.Intervenções anteriores: S/R	25.Recomendações: Confeccionar uma embalagem de papel mais adequada.	
NOTAS		
26. Histórico de exposições / prêmios: S/R		
27.Histórico de publicações: S/R		
28.Referências arquivísticas / bibliográficas: a pesquisar		
29.Valor de seguro: R\$0,00	30.Observações: -	31.Localização: Reserva Técnica – Sala 15 – Mapoteca – Gaveta 04
DADOS DE PREENCHIMENTO		
32.Preenchimento / data: Juscelino dos Passos de Oliveira Junior / 24/08/2018		
33.Revisão / data		
REPRODUÇÃO FOTOGRÁFICA		
34.Imagem frontal	35.Imagem posterior	36.Fotógrafo / data: Juscelino Junior – 31/07/2018
		37.Controle: MIHGP.I.0040 (1) e MIHGP.I.0040(2)



38.Dados da Imagem: ISO 119; Balanço de branco automático; Abertura F/2; Tempo de exp. 1/60s.



Ministério da Educação
Universidade Federal do Pará
Sistema de Bibliotecas

DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Autor(a): Mateus da Silva Reis

Afiliação do(a) autor(a): _____
Instituição de vínculo empregatício do(a) autor(a)

CPF: 017.216.132-00 Matrícula: 201875470005

Telefone: (91) 984178878 E-mail: mateusreis42@hotmail.com

Curso/Programa: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Orientador(a): Roberto Lopes dos Santos Junior

Coorientador(a): _____

Título/Subtítulo: Análise do Tratamento da Informação no Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará _____

Data da Defesa: 28 / 02 / 2020

Tipo do documento: () TCC¹ () TCCE² (X) Dissertação () Tese () Artigo Científico () Livro
() Capítulo de livro () Trabalho Apresentado em evento () Outro: _____

Declaro que, para os devidos fins, o presente trabalho é de minha autoria e que estou ciente:

- Dos Artigos 297 a 299 do Código Penal, Decreto-Lei n. 2.848 de 7 de dezembro de 1940;
- Da Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre os Direitos Autorais;
- Do Regimento Interno da Universidade Federal do Pará;
- Da lei 12.527 de novembro de 2011, que trata da Lei de Acesso à Informação;
- Da utilização da licença pública internacional *Creative Commons 4.0*;
- Que plágio consiste na reprodução de obra alheia e submissão da mesma como trabalho próprio ou na inclusão, em trabalho próprio, de idéias, textos, tabelas ou ilustrações transcritos de obras de terceiros sem a devida e correta citação referencial.

Belém, 29 de junho de 2020

Local e Data

Mateus da Silva Reis

Assinatura do(a) autor(a)



Ministério da Educação
Universidade Federal do Pará
Sistema de Bibliotecas

TERMO DE AUTORIZAÇÃO E DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO EXCLUSIVA PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NO PORTAL INSTITUCIONAL DE ACESSO ABERTO DA UFPA

1. **Tipo de documento:** () TCC³ () TCCE⁴ (X) Dissertação () Tese () Artigo Científico () Livro () Capítulo de Livro () Trabalho Apresentado em evento () Outro: _____

2. Informações sobre a obra:

Autor(a): Mateus da Silva Reis

RG: 6200966

CPF: 017.216.132-00

E-mail: mateusreis42@hotmail.com

Telefone: (91) 984178878

Programa: Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Orientador(a): Roberto Lopes dos Santos Junior

Coorientador(a): _____

Título do documento: Análise do Tratamento da Informação no Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

Data da defesa: 28/02/2020 Área do Conhecimento (tabela do CNPq): Ciências Sociais Aplicadas

Área de Concentração (Se Tese ou Dissertação): Gestão da Informação e Organização do Conhecimento

Linha de Pesquisa (Se Tese ou Dissertação): Organização da Informação

Agência de Fomento (se houver): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

3. Informação de disponibilização do documento:

Restrição para publicação: () Total* () Parcial* (X) Sem restrição

Justificativa de restrição total: _____

Em caso de restrição parcial, especifique os capítulos restritos: _____

A partir de qual data esse documento poderá ser disponibilizado: 15/07/2020

4. Permissões⁵

Permite o uso comercial da obra? () Sim (X) Não

Permitir modificações na obra? () Sim (X) Não

O documento está sujeito a patentes? (X) Sim () Não

5. T&D defendidas fora da instituição

É Tese ou Dissertação defendida fora da UFPA? () Sim (X) Não

Belém, 29 de junho de 2020

Local e Data

Mateus da Silva Reis

Assinatura do(a) autor(a)

³ Trabalho de Conclusão de Curso em Graduação

⁴ Trabalho de Conclusão de Curso em Especialização

⁵ Creative Commons Internacional 4.0

* Não será disponibilizado, somente após a data informada neste termo, se houver